

**II CONGRESSO INTERNO NUPE- UNISUZ
23 a 27 de novembro de 2009**

**TRABALHOS APRESENTADOS E ENTREGUES PARA
PUBLICAÇÃO.**



Conteúdo

VALORES PARA A HUMANIZAÇÃO DA PRÁTICA DOCENTE _____	3
EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO NA SOCIEDADE DO CAPITAL: A DESUMANIZAÇÃO DO HOMEM _____	7
LEITURA SIGNIFICATIVA NA ALFABETIZAÇÃO _____	12
EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL _____	17
PRÁTICAS EDUCACIONAIS NA AQUISIÇÃO DA CULTURA ESCRITA NUMA PERSPECTIVA CONSTRUTIVISTA _____	25
O INFINITO: UM ESTUDO SOBRE AS DIFERENTES CONCEPÇÕES _____	31
OS SUBENTENDIDOS DAS CHARGES _____	38
PARÂMETROS PARA A AVALIAÇÃO POSTURAL EM ESCOLARES COM FAIXA ETÁRIA DE 10 A 14 ANOS _____	49
A PRESENÇA PATERNA COMO CONDUTOR DO ESTÍMULO PARA O DESENVOLVIMENTO ESPORTIVO NA INFÂNCIA _____	58
O TEMPO DE PRÁTICA DO FUTSAL COMO FATOR MEDIADOR DA COMPOSIÇÃO CORPORAL DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL I _____	66
A INCIDÊNCIA DO ISS NAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS OPERADORAS DE PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE _____	71
O NASCITURO E O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA FACE À LIBERAÇÃO DAS PESQUISAS CIENTÍFICAS COM O USO DE EMBRIÕES _____	80
A INICIATIVA INSTRUTÓRIA DO JUIZ NO INQUÉRITO POLICIAL E NA INSTRUÇÃO CRIMINAL. _____	85
A GESTÃO POR COMPETÊNCIAS COMO INSTRUMENTO PARA ADMINISTRAÇÃO ESTRATÉGICA DE RECURSOS HUMANOS _____	92

VALORES PARA A HUMANIZAÇÃO DA PRÁTICA DOCENTE**Cristine Campos**

O mundo atual vive imerso em uma inversão de valores, cheio de injustiças e desigualdade social, sendo fundamental o resgate de valores que possibilitam a esperança de um melhor convívio em sociedade. E como a educação é peça chave na perspectiva de um mundo melhor, os valores estão embutidos na área. Porém, o ensino de valores só se efetiva se o professor tiver tais valores incorporados, afinal na relação professor-aluno ele é o exemplo. Ademais, é fundamental que a prática do professor seja humanizada para que o objetivo da educação seja alcançado, que é formar cidadãos plenos, autônomos, capazes de ver o mundo com um olhar crítico, auxiliando na transformação deste.

Diante disto, este trabalho busca mostrar o que são valores e a importância destes na relação professor-aluno, mas mais do que isso atentar um olhar ao principal profissional da Educação, o professor, focando a necessidade de uma prática docente mais humana. O trabalho apresenta relevância para a formação do professor, já que é fundamental que o professor esteja atento às suas atitudes, à sua maneira de ser em sala de aula, pois a sua atuação pode influenciar significativamente na formação de seus educandos.

Em vista da desvalorização do profissional, não é difícil perceber a desmotivação de muitos professores, o que afeta o trabalho em sala de aula. Além disso, a desumanização do professor, a falta de consciência de que seus valores e condutas são modelos a serem seguidos pelos alunos, e a ideia de que a profissão professor é só mais um emprego tornam-se problemas que fazem a verdadeira função do professor ser desvalorizada e conseqüentemente a sua prática deixa a desejar.

É necessário conscientizar o futuro educador de seu papel em sala de aula, de que a função do educador não é somente mediar conteúdos, de que a profissão professor não é só mais um simples emprego, mas sim uma prática que vai além da sala de aula.

Assim, o trabalho tem como objetivos compreender o conceito de valores e a importância destes, analisar a relevância de alguns valores para a prática docente, e perceber a importância de uma atuação mais humana por parte do professor.

Para tanto, desenvolveu-se pesquisa bibliográfica de autores como Ulisses Araújo, Paulo Freire, Nilson Machado, Rubem Alves, Jacques Delors, Miguel Arroyo, entre outros.

O conceito de ética é apresentado para que se entenda o conceito de valores. A partir daí, a psicologia ajuda a entender o que são os valores e como são construídos pelo indivíduo. Desta forma, entende-se que os valores estão ligados a maneira de ser do indivíduo, e também relacionados à troca afetiva que o sujeito faz com o mundo ao seu redor, ao valorar pessoas ou coisas. Dá-se a explicação de que todo sujeito constrói em sua identidade um sistema de valores, sendo estes positivos ou contravalores (os negativos), e que estes ainda podem ser centrais (com mais importância na identidade), ou periféricos (com menos importância na identidade). Os valores morais ainda são citados, podendo estar ou não incorporados neste sistema. O

capítulo também apresenta uma relação entre a teoria da complexidade e a construção de valores, e ainda apresenta uma justificativa da necessidade de uma educação voltada para a construção de valores positivos.

Ainda buscou-se entender alguns valores considerados essenciais à prática docente, sendo eles: o diálogo, a tolerância, o respeito e a solidariedade. O diálogo é considerado um valor fundamental na relação professor-aluno, pois este possibilita a diversidade na maneira de ver o mundo. Este valor proporciona o conhecimento do outro, a convivência harmoniosa e a solidariedade entre os seres, e faz com que o ser inacabado busque se completar e se atualizar por meio da interação com o outro. A tolerância é um valor fundamental para uma educação democrática. Ter tolerância é reconhecer o outro, o seu espaço, e ainda colocar-se no lugar deste outro compreendendo sua visão de mundo e respeitando a diversidade entre as visões, portanto, a diversidade entre seres. O respeito é um valor essencial para o ambiente escolar, sendo é dever do professor respeitar os saberes que os educandos já trazem de suas realidades e ligar esses saberes aos conteúdos abordados em sala de aula. É necessário que o professor respeite a autonomia do educando, o seu jeito de ser, sendo que atos contrários transgridem princípios éticos, são imorais. A solidariedade é o valor que encerra este capítulo, sendo de grande importância para a relação professor-aluno, já que este é considerado um gesto de acolhimento, de doação. Construir a solidariedade como um valor na identidade é fundamental para a educação de amanhã, já que é necessário formar futuros cidadãos que se responsabilizem pelo bem-estar da humanidade e do planeta.

Abordou-se ainda a importância de se humanizar a prática docente para que o ambiente escolar seja propício à construção de valores positivos pelos educandos. Há muitos professores que consideram sua profissão um simples emprego, estando adaptados às ideologias de instituições capitalistas, e assim colaboram para a manutenção de uma educação tradicionalista. A sociedade atual vem evoluindo de maneira menos humana e mais tecnicista, sendo necessário preparar as crianças de hoje para a futura transformação dessa realidade. A educação ideal tem como princípio favorecer para o desenvolvimento total do ser, entretanto, a educação atual precisa ser repensada, assim como o papel do professor. Para que a educação alcance o objetivo esperado, é preciso que a atuação do professor seja mais humana, com base no diálogo, respeito e solidariedade. O professor deve sempre estar atento à sua atuação, pois em sala de aula ele é o exemplo a ser seguido. O professor humano tem paixão e prazer pelo que faz, ele é dedicado e age com amor, respeitando a identidade de cada educando. Esse professor é um ser autônomo que busca fazer a diferença por meio de sua prática.

Assim, o trabalho visa levar a uma reflexão sobre este tema que tem se mostrado tão atual, em decorrência das constantes mudanças na vida do homem, hoje tão menos humanizado e mais vulnerável à ideologia capitalista. O resgate de valores humanos torna-se fundamental hoje, para que no futuro alcance-se um equilíbrio e mais qualidade de vida.

Referências Bibliográficas

ALFAYATE, Manuel González. "Para um Sistema Básico de Valores Compartilhados no Projeto Educativo de Centro". Aula de Innovación Educativa, n. 38, p. 31-40, 1995 In:



II CONGRESSO INTERNO NUPE-UNISUZ (23 a 27 de novembro de 2009)

- ALVAREZ, Maria Nieves. **Valores e Temas Transversais no Currículo**. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- ALMEIDA, Laurinda Ramalho. "O coordenador pedagógico e a questão do cuidar" In: ALMEIDA, Laurinda Ramalho; PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza. (Orgs) **O coordenador pedagógico e questões da contemporaneidade**. São Paulo: Loyola, 2006.
- ALVES, Rubem. **Conversas com quem gosta de ensinar**. 6. ed. Campinas: Papyrus, 2003.
- ARAÚJO, Ulisses F; PUIG, Josep Maria; ARANTES, Valéria Amorim, (orgs) **Educação e Valores: Pontos e Contrapontos**. São Paulo: Summus, 2007.
- ARROYO, Miguel G. **Ofício de Mestre – Imagens e auto-imagens**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A canção das sete cores: educando para a paz**. São Paulo: Contexto, 2005.
- CARVALHO, Miréia Maria Joau, **Educação, valores e ética**, Expectativa, Campos de Toledo, vol. 6, n. 6, 2007, p.21-29
- CURY, Augusto. **Pais Brilhantes, Professores Fascinantes**. Rio de Janeiro: Sextante, 2007.
- DELORS, Jacques. **Educação um tesouro a descobrir – Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI**. 10 ed. Cortez. Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2006.
- GIMENO, Cristina; NEUS, Balaguer. "Educação em Valores na Educação Infantil" In: ALVAREZ, Maria Nieves. Org. **Valores e Temas Transversais no Currículo**, Porto Alegre: Artmed, 2002.
- FRANCO, Francisco Carlos. "O coordenador pedagógico e a questão do protagonismo juvenil". In: ALMEIDA, Laurinda Ramalho; PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza. (Orgs) **O coordenador pedagógico e questões da contemporaneidade**. São Paulo: Loyola, 2006.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- MACHADO, José Nilson. **Educação: Projetos e Valores**. São Paulo: Escrituras Editora, Coleção Ensaio Transversais, 2000.
- NANZHAO, Zhou. "Interações entre educação e cultura, na óptica do desenvolvimento econômico e humano: uma perspectiva asiática". In: DELORS, Jacques. **Educação um tesouro a descobrir – Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI**. 10 ed. Cortez. Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2006.
- NASCIMENTO, Mara Moura. **A psicopedagogia e a relação professor-aluno no Ensino Médio: Solidariedade ao sentir, pensar e agir**. Projeto a vez do mestre, Monografia (Pós-graduação em Psicopedagogia), Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro, 2005.
- NETO, João Colares da Mota; BARBOSA, Rafael Grigório Reis. **O diálogo como fundamento da educação intercultural: contribuições de Paulo Freire e Martin Buber**. V Colóquio Internacional Paulo Freire, Recife, 2005.
- RICOTTA, Luiza. **Valores do Educador: uma ponte para a sociedade do futuro**. São Paulo: Ágora, 2006.
- SANCHEZ, Adolfo Vasquez. **Ética**. 18 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

II CONGRESSO INTERNO NUPE-UNISUZ (23 a 27 de novembro de 2009)

SOUZA, Vera Lucia Trevisan; PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza. **O auto-respeito na escola**, Cadernos de Pesquisa, vol.38 no.135 São Paulo, 2008

VALLS, Alvaro L. M. **O que é Ética**. São Paulo: Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 2003.

TOGNETTA, Luciene Regina Paulino; ASSIS, Orly Zucatto Montovani, **A construção da solidariedade na escola: as virtudes, a razão e a afetividade**. Educação e Pesquisa, vol. 32, n. 1, p. 49-66, 2006.

**EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO NA SOCIEDADE DO CAPITAL: A
DESUMANIZAÇÃO DO HOMEM****Maria Consolação Araújo Macri
Renato Mitsui Pisciotta****Resumo**

Como a educação é parte representativa na vida das pessoas devido à sua duração e seus objetivos e, como o trabalho é a forma pelo qual os indivíduos em sua maioria garantem a sobrevivência, o presente estudo teve por objetivo demonstrar que o modelo de educação atual, cuja finalidade principal é a formação para o trabalho em uma sociedade planetária, cujo sistema de produção predominante é o capitalista, pode estar conduzindo o homem a um estado de desumanização. A divisão da sociedade em classes, a educação para o esclarecimento da razão (técnica), as teorias que iludem os trabalhadores com o fim de mantê-los dóceis e obedientes, foram questões abordadas neste estudo. E, por ser os Estados Unidos da América uma das maiores potências capitalistas na atualidade, sua educação foi analisada, suas origens, seus objetivos e suas contradições. Como a problemática deste estudo baseava-se na possível desumanização do homem pela educação para o trabalho na sociedade do capital, foram sugeridas duas alternativas: uma indicando o caminho do despertar das consciências, por meio do diálogo; e, a outra indicando o caminho da busca pelo entendimento e aplicação do pensamento complexo, o qual convida a fazer reflexões profundas sobre sete saberes essenciais a este início de novo milênio. Tais saberes precisam ser compreendidos e colocados em prática por todos aqueles que estão empenhados na busca pela humanização do homem.

Palavras Chave: educação, capital, trabalho-sociedade

Introdução

Este trabalho iniciou-se a partir das reflexões e conseqüentes angústias desta pesquisadora no que se refere às condições de vida atual das pessoas, as quais têm sido educadas para o mercado de trabalho. Estas reflexões estão focadas numa escala planetária e sob a ótica de um novo pensamento global, sendo importante atentar para o fato de que a educação é um dos instrumentos de maior importância nesta busca.

Percebe-se que a educação, hoje, voltada para o mercado, em específico o de trabalho, e que tem sido maciçamente empregada, está levando o homem a um modo de vida desumanizado e insustentável, imposto pelo sistema capitalista. Assim, o principal objetivo do trabalho é demonstrar que urge a necessidade de se mudar o foco da educação.

O estudo será elaborado com base em um levantamento bibliográfico, que englobará a leitura de livros, artigos científicos, bem como a utilização do documentário “O Trabalho” da série Ecce Homo. Primeiramente será feito um resgate histórico da idéia de trabalho. Serão também abordadas duas visões sobre educação; o engodo oculto por trás do conceito de capital humano; a problemática da desigualdade social e a questão da desumanização e suas ligações com a educação. O trabalho tratará ainda, mais especificamente, dos problemas da educação e de sua relação com o

mundo do trabalho. Por fim são apontados caminho possíveis para uma educação mais humanizadora.

Trabalho, Educação e Capital

É através do trabalho que o ser humano garante sua sobrevivência. Como é uma das partes mais importantes dentro de uma sociedade, a função que cada pessoa exerce lhe dará um determinado status dentro dela.

Desde que homem percebeu, há dois milhões de anos, que o seu dedo polegar opositor lhe permitia construir objetos, o mundo trabalho passou por diversas transformações até chegar no atual conceito de “capital humano”, que mais adiante será melhor abordado.

Existe, hoje, dentro do debate sobre educação uma divisão de posicionamento. Há os que defendem a chamada educação civil democrática, cujo foco principal é a formação que propicia o melhor exercício da cidadania e, em oposição há a chamada educação produtivista que, apesar de não desconsiderar outros aspectos que competem à educação, tem seu foco principal na formação para o mercado de trabalho. O esforço educacional resultaria no chamado acúmulo de capital humano, que é entendido como uma variável que pode ser ajustada. Seu conceito baseia-se na aquisição um conjunto de competências, habilidades, valores morais, inteligência, capacidade de se relacionar, saúde impecável, entre outros, os quais o trabalhador deve possuir em grau máximo. Tudo isto compõe o valor que a força de trabalho do trabalhador tem e que pode ser vendida.

Birr (2008) usa duas palavras fortes para definir a perversidade deste conceito: o cinismo e a inconsciência. Porque a quantidade de pessoas que caminham em direção, ou já fazem parte da massa de excluídos, só faz aumentar. O cinismo está muito perto de ser indecente e a inconsciência muito próxima da estupidez, se se pensar nas relações de trabalho, na venda do suposto capital humano em troca de salários pífios.

Um dos problemas mais sérios na questão do trabalho é a divisão da sociedade em classes e a conseqüente divisão do trabalho. As classes dominantes exploram as dominadas, pois as primeiras são as detentoras de todos os meios de produção. E, um dos recursos utilizados pelas classes dominantes para manterem-se no poder é a escola (CATTANI e KIELIING, 2007). A educação dentro deste contexto faz com que a classe trabalhadora aceite ser e permanecer proletária, visto que, no seu cotidiano ela vai assimilando a dominação que lhe é imposta. Adorno (1995) não contradiz a idéia de que o esclarecimento da razão caminha junto da liberdade e da emancipação, porém, mostra que há uma cumplicidade entre os avanços científicos e tecnológicos e a dominação imposta no sistema de classes sociais. Alerta, todavia, que a busca da humanização pela educação acabou por conduzir o homem à barbárie, haja vista, o que ocorreu em Auschwitz.

Os Problemas da Educação

No sistema capitalista o acesso ao conhecimento geralmente é mais democrático, entretanto, o acesso ao poder, ao dinheiro, ao status social e às fontes de renda não é igualmente democrático. Uma das questões a serem analisadas é a da analogia existente entre escola e trabalho, suas semelhanças e divergências. Estudando o caso dos Estados Unidos é possível verificar mais claramente esta

problemática. A escola e o local de trabalho guardam semelhança no que diz respeito ao fato de que ambos são geralmente grandes, funcionam de maneira burocrática, impessoal, com padrões hierarquizados e rotinizados. Mecanizando os alunos, as escolas estão preparando-os para o trabalho robotizado, quando de seu ingresso e durante o tempo que estiverem no mercado de trabalho. Outra característica semelhante entre educação e trabalho é a reprodução dos sucessos e fracassos na vida das pessoas. Contudo, a escola ainda consegue ser mais democrática do que os locais de trabalho, como mostra Carnoy e Levin (1993) exemplificando com o caso dos Estados Unidos, cuja base educacional é do sistema capitalista.

Três tipos de contradições na educação podem ser observadas: uma delas refere-se à luta política pelo dinheiro que é destinado à educação; outra se refere às funções que ela exerce, o conflito de quem educa para o mercado e para a democracia; as características e contradições do local de trabalho também estão presentes nos processos educacionais. Porém, há cinco fatores que favorecem a educação por seu lado. O primeiro deles diz respeito às contradições que ela vive durante o processo educacional ao fornecer meios de contestação ao sistema de produção capitalista, apesar de formar para ele. O segundo fator é o da igualdade social que é buscada com empenho pela escola. O terceiro é o da mobilidade social que também passou a ser buscada por meio da educação. O quarto fator é o que demonstra com bastante clareza que a escola também forma para a contestação do local de trabalho, este fator é do desenvolvimento cultural. O quinto é o da independência da burocratização da educação. Ele diz respeito à relativa autonomia que as escolas públicas têm em relação ao empresariado.

Caminhos Possíveis Para a Educação

Duas propostas para uma educação mais humanizadora serão analisadas.

A primeira está focada no pensamento de Freire (1987) e sua base consiste no despertar das consciências por meio do diálogo. Segundo este autor o mundo precisa ser pronunciado através da palavra. A palavra libertadora é aquela que está contida no diálogo, que em sua essência tem a força criadora. O diálogo convida a todos a reflexões.

A segunda proposta baseia-se no pensamento complexo de Morin (2002), que oferece como alternativa prática o estudo de sete saberes necessários à educação do futuro, os quais são tidos para este autor como buracos negros da educação. O primeiro saber trata-se das cegueiras do conhecimento: o erro e a ilusão. O ato de conhecer está sempre preso ao risco de cair no erro e na ilusão. O segundo saber essencial refere-se aos princípios do conhecimento pertinente. Atenção especial há que ser dada à relação de interação entre o todo e as partes. O terceiro saber necessário a educação do futuro, diz que é preciso ensinar a condição humana, a qual é composta pelo entrelaçamento das condições cósmicas, física e terrestre. Também não poderá esquivar-se, a educação do futuro, do entendimento da identidade terrena. A verdadeira civilização da Terra só se dará por meio da solidariedade, com vistas a se resistir à morte. Enfrentar as incertezas, este é o quinto saber necessário à educação do futuro. A existência humana está marcada pela força da incerteza. Mesmo tendo o homem tentado predizer o futuro, mesmo tendo acreditado que a história humana seguia por caminhos lineares, precisou se render no século XX à incerteza. O sexto saber diz



II CONGRESSO INTERNO NUPE-UNISUZ (23 a 27 de novembro de 2009)

respeito à compreensão humana. Morin (2002, p. 95) explica de forma inequívoca o que significa a compreensão humana ao dizer que "... se vejo uma criança chorando, vou compreendê-la, não por medir o grau de salinidade de suas lágrimas, mas por buscar em mim minhas aflições infantis, identificando-a comigo e identificando-me com ela." O sétimo saber trata da ética do gênero humano. Para entendê-lo é preciso ter em mente que o humano é composto por uma tríade indissociável: indivíduo/sociedade/espécie; que cada elemento desta tríade age nos outros, sofre as reações e retroage também.

Considerações Finais

A pesquisa mostrou que hoje existe uma fraude, uma ilusão que vem sendo repetida continuamente com o fim de fixar na mente das pessoas que o acúmulo de capital humano irá conduzi-las à melhoria de suas condições de vida. Também ficou demonstrado que a educação para o esclarecimento da razão, em especial da razão técnica, chegou a conduzir a uma espécie de involução moral.

Mais especificamente sobre a questão da relação educação/trabalho ficou demonstrado que a educação reproduz o local de trabalho capitalista, porém, é muito mais democrática.

Como alternativas, viáveis e possíveis, para o rompimento com o atual modelo de educação, dois caminhos foram apresentados. Tais caminhos são na verdade complementares entre si. O primeiro propõe o despertar das consciências oprimidas por meio do diálogo. O outro caminho, o do pensamento complexo, mostra-se viável e necessário, porém, demanda grande esforço de entendimento, porque pede aos humanos que sejam, mais e verdadeiramente, humanos. Enfim, esta pesquisa demonstrou que realmente a educação para o trabalho na sociedade do capital conduz a um processo de desumanização do homem. E, para uma análise mais detalhada de como tal processo ocorre, sugere-se um posterior estudo aprofundado do impacto e das consequências que este modelo de educação causa nos aspectos físicos, psicológicos, emocionais e sociais dos trabalhadores.

Referências Bibliográficas

- ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. Trad. Wolfgang Leo Maar. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ALVES, Rubem. **Conversas com quem gosta de ensinar**. São Paulo: Cortez, 1980.
- ANGHER, Anne Joyce. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 10. ed. São Paulo: Rideel, 2004. p. 284. (Coleção de Leis Rideel. Série Compacta).
- BIHR, Alain. **Abaixo a propriedade privada**. Disponível em: <<http://diplo.uol.com.br/2003-09,a723>>. Acesso em: 20 mar. 2008.
- BIHR, Alain. **A fraude do conceito de "capital humano"**. Disponível em: <<http://diplo.uol.com.br/2007-12,a2080>>. Acesso em: 20 mar. 2008.
- BIHR, Alain. **Em busca das nascentes do capitalismo**. Disponível em: <<http://diplo.uol.com.br/2006-11,a1427>>. Acesso em: 20 mar. 2008.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm> . Acesso em: 26 set. 2009.



II CONGRESSO INTERNO NUPE-UNISUZ (23 a 27 de novembro de 2009)

- CARNOY, Martin; LEVIN, Henry M. **Escola e trabalho no estado capitalista**. Tradução: Lólio Lourenço de Oliveira. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1993.
- CATTANI, Antônio David; KIELING, Francisco dos Santos. **A escolarização das classes abastadas**. Sociologias, Porto Alegre, ano 9, n. 18, p. 170-187, jun./dez. 2007.
- DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). **Salário mínimo nominal e necessário**. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/rel/rac/salminjun09.xml>>. Acesso em: 06 jun. 2009.
- FRANCHI, Eglê. **E as crianças eram difíceis... a redação na escola**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 36. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- _____. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GADOTTI, Moacir. **A profissão docente e suas ameaças: no contexto das políticas neoliberais na América Latina**. Disponível em: <http://www.paulofreire.org/Moacir_Gadotti/Artigos/Portugues/Formacao_do_Educador/A_prof_docente_ameacas_2005.pdf>. Acessado em: 21 out. 2007.
- MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Trad. de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- O Trabalho**. Direção: Guylaine Laframbolse. Roteiro: Bernard Montas. FVIID Telefilm Canada. Productions Conscient Inc. 1998. (52 min), Brasil: Ministério Da Educação. (Série Ecce Homo).
- SINGER, Paul. **Poder, política e educação**. Revista Brasileira de Educação, n. 1, p. 05-15, jan/fev/mar/abr. 1996.
- SOARES, Magda. **Linguagem e escrita – uma perspectiva social**. 17. ed. São Paulo: Ática, 2002.

LEITURA SIGNIFICATIVA NA ALFABETIZAÇÃO**Cilene Ferreira de Souza Leandro**
Alba Lúcia Romeiro Tambelli**Resumo**

Este trabalho trata da Leitura Significativa na Alfabetização e tem a finalidade de analisar a prática e aplicabilidade da leitura significativa no processo de alfabetização através do estudo sobre a rotina do professor. Acredita-se que a leitura é um instrumento relevante no processo de alfabetização, como também auxilia na aprendizagem dos alunos. Para obter os resultados deste trabalho realizou-se pesquisa bibliográfica com o propósito de conhecer as teorias que fundamentam o ensino da leitura. Pesquisou-se no primeiro capítulo sobre a leitura significativa, sendo expostas concepções de letramento, conceitos de alfabetização, o que é ler e seus desafios e o papel do professor perante a leitura. No segundo capítulo pesquisou-se sobre a questão dos gêneros discursivos na escola, a leitura e o tratamento didático. Conclui-se com uma pesquisa de campo com o objetivo de investigar se a leitura está presente como auxílio no processo alfabetizador e se é utilizada na prática pedagógica. Para isso foram aplicados questionários com questões abertas e fechadas para os professores das séries iniciais da rede estadual, no qual constatou-se que os mesmos utilizam a leitura em sua prática pedagógica. Além disso os sujeitos desta pesquisa têm uma visão ampla e sabem definir alfabetização e letramento, como também todos mantêm uma rotina de leitura utilizando-se dos diversos gêneros.

Palavras-chave: leitura. letramento. alfabetização. gêneros discursivos.

Introdução

É relevante entender qual a melhor estratégia para o professor trabalhar e incentivar a leitura na alfabetização, e posteriormente levar a criança a compreender que a leitura é um instrumento importante para sua aprendizagem.

Como aluna pesquisadora do Programa Ler e Escrever, a observação da rotina do professor levou-me a indagações sobre quais os resultados do uso da leitura no processo alfabetizador e como o professor elabora suas estratégias para despertar o interesse do aluno, levando-o ao desenvolvimento necessário, pois a leitura nas séries iniciais é imprescindível na formação de leitores.

O objetivo é analisar a prática e aplicabilidade da leitura significativa no processo de alfabetização através do estudo sobre a rotina do professor, conhecer as teorias que fundamentam o ensino da leitura, perceber o conceito de atividade significativa e sua aplicabilidade e observar a rotina do professor ou atividades de leitura no período da alfabetização.

1 Leitura Significativa

O propósito deste capítulo é abordar alguns conceitos sobre a leitura significativa, baseada nas teorias de Solé (1998), Soares (2004) e Lerner (2002). Na primeira exposição serão abordadas as concepções de letramento, que é uma porta que se abre para alcançar a leitura significativa, depois serão abordados os conceitos



II CONGRESSO INTERNO NUPE-UNISUZ (23 a 27 de novembro de 2009)

de alfabetização, o que é ler e seus desafios, juntamente com o papel do professor perante a leitura na alfabetização.

1.1 Concepções de Letramento

Segundo Soares (2004) letramento é uma palavra que ainda causa estranheza a muitas pessoas. Essa palavra vem do inglês literacy: letra do latim littera, e o sufixo mento, que é o resultado de uma ação, "Letramento é pois o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever: o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita" (SOARES, 2004, p.18).

De acordo com Soares (2004), devido às mudanças em nosso país em relação ao acesso à leitura e à escrita, ou seja, novas demandas sociais do uso da leitura e da escrita foi que surgiu o termo letramento para designar essas demandas, e agora o termo letramento veio para estar ao lado do termo alfabetização.

1.2 A Alfabetização

Conforme Solé (1998, p. 50) "A alfabetização é um processo através do qual as pessoas aprendem a ler e escrever, estes procedimentos porém, vão muito além de certas técnicas de translação da linguagem oral para a linguagem escrita".

Geralmente um texto possui várias características, e o mesmo é constituído por um sistema de símbolos e por um código. Dessa forma, considera-se que "para ter acesso ao texto, é preciso ter acesso ao código" (SOLÉ, 1998, p. 51),

Solé (1998) diz que quando se trata do ensino da leitura, o tipo de instrução que as crianças receberem influenciará no tipo de habilidades que poderão adquirir. Dessa forma "A criança pode aprender e de fato aprende à medida em que for capaz de utilizar diversas estratégias de forma integrada, e essas estratégias – todas - devem ser ensinadas" (SOLÉ, 1998, p. 60). Se assim fizerem, os professores e professoras, estarão contribuindo para que as crianças vejam a leitura como um desafio e não como uma passagem de um código para o outro.

1.3 O que é ler?

A leitura é uma tarefa complexa de se aprender e de se ensinar, exigindo envolvimento tanto de quem aprende, como de quem ensina.

Segundo Solé (1998, p. 22) "a leitura é um processo de interação entre leitor e o texto", então ler é buscar informações para que se atendam os objetivos da leitura. Ler implica várias consequências, ou seja, a primeira é envolver o leitor com o texto, como também é necessário existir um objetivo antes de ler, ou seja, o que o leitor deseja alcançar com tal leitura, pois as finalidades de se ler um texto são várias.

Lerner (2002) afirma que é necessário mostrar por que se lê, quais são os tipos de textos que respondem a certa necessidade ou interesse e quais são os mais úteis em relação a determinados objetivos, mostrar qual é a modalidade de leitura mais adequada de acordo com a finalidade.

De acordo com Solé (1998, p. 34) "a leitura e a escrita aparecem como objetivos prioritários da Educação Fundamental". Nessa perspectiva espera-se que no final desse percurso, em relação à leitura, os alunos se tornem leitores autônomos, como também tenham preferências na leitura e que possam opinar sobre o que leram.

2 Gêneros Discursivos



II CONGRESSO INTERNO NUPE-UNISUZ (23 a 27 de novembro de 2009)

Neste Capítulo serão expostas definições sobre modalidades de leitura e os tipos de textos citados no capítulo anterior, os quais são denominados gêneros discursivos.

O objetivo deste capítulo é abordar as teorias dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e de alguns autores em relação aos gêneros discursivos na escola como suporte didático e auxiliador no desenvolvimento da competência lingüística, textual e discursiva dos alunos. Na exposição a seguir serão abordadas questões sobre os gêneros discursivos, leitura e tratamento didático.

2.1 Gêneros discursivos, Leitura e o tratamento didático

Através do discurso originam-se os textos, ou seja, o texto é produto da atividade discursiva tanto oral como escrita. Além disso, as relações estabelecidas entre os textos são chamadas de textualidade, ressaltando que um texto deve ser entendido de uma forma global e significativa.

Os PCNs (2001) afirmam que o amplo significado do discurso está relacionado à atividade comunicativa. Outro fator é que um discurso se relaciona com o outro, ou seja, existe relação entre um texto e outro, relação essa a que chamamos de intertextualidade.

Para Magalhães (2004, p. 213) "o discurso é um modo de ação sobre o mundo e os outros; é também um modo de representação da realidade".

Para Brandão (2002) o professor deve proporcionar ao aluno em sua prática escolar, o contato com a multiplicidade de discursos que circulam no dia-a-dia ou que fazem parte da cultura.

Nessa perspectiva percebe-se que o professor deve ter conhecimento sobre os gêneros que circulam no meio social, saber quais as finalidades de cada um, para que eventualmente possa analisar de acordo com o contexto quais os gêneros adequados para trabalhar com os alunos em sala de aula.

Solé (1998) propõe que a escola deve trabalhar com textos habituais e reais, e para a autora devem-se ensinar quais as características de cada um destes textos, levando o aluno a uma melhor compreensão.

Os PCNs (2001) consideram que a estratégia mais importante no ensino da prática de leitura é trabalhar com a diversidade textual, sem tal estratégia certamente não formaremos leitores competentes.

Considerações sobre a pesquisa de campo

O procedimento metodológico utilizado foi uma pesquisa de campo, com o objetivo de investigar o uso da leitura no processo de alfabetização, bem como sua utilização enquanto prática pedagógica.

Os participantes desta pesquisa de campo são oito professores da rede estadual de ensino que lecionam nas séries iniciais e que fazem parte do Projeto Ler e Escrever.

Foi utilizado como instrumento de coleta de dados um questionário com dez questões, sendo seis questões abertas e quatro questões fechadas.

Podemos notar que os professores das séries iniciais que fazem parte do Programa Ler e Escrever têm uma visão ampla e sabem conceituar o que é letramento e alfabetização, os mesmos relatam também que a leitura desenvolve habilidades de interpretação, ressaltando que 37,5% consideram que o código é extremamente



II CONGRESSO INTERNO NUPE-UNISUZ (23 a 27 de novembro de 2009)

importante em relação a leitura no início da alfabetização, já 37,5% consideram sem importância.

De acordo com os sujeitos desta pesquisa, todos utilizam de diversos meios que proporcionam ao aluno o contato com o material de leitura de diversos gêneros, como também a leitura está presente em sala de aula todos os dias.

Constatou-se que a leitura diária feita pelo professor faz parte de algumas das atividades de leitura desenvolvidas pelos sujeitos desta pesquisa.

Percebe-se também que os professores trabalham com projetos e as atividades de leitura são variadas, sendo que os objetivos ao propor atividades de leitura são vários, como por exemplo, desenvolver o gosto pela leitura, propiciar o contato com vários gêneros, tornar o aluno um leitor competente e levá-lo a praticar a leitura. Outro fator é que os professores utilizam a leitura em voz alta, individual, silenciosa e dialogada, considerando as diferentes interpretações que os alunos fazem sobre a leitura.

Considerações finais

Acredito que a leitura é relevante no processo de alfabetização nas séries iniciais, como também é nessa fase que a criança vai aprender a reconhecer a leitura como atividade que propiciará sua inserção no mundo letrado.

Portanto os resultados obtidos nesse universo pesquisado correspondem aos objetivos a serem alcançados, ou seja, os professores fazem da leitura um instrumento auxiliador no processo alfabetizador, como também em suas práticas pedagógicas desenvolvem a leitura através de um planejamento, selecionando o material de leitura em situações contextualizadas e de acordo com os objetivos.

É preciso considerar também que as propostas do Programa Ler e Escrever atendem as expectativas e aos objetivos de priorizar a formação de leitores e escritores competentes, levando-os a terem acesso à cultura letrada e a plena participação social.

Em suma, o papel da escola é fundamental para a formação leitora da criança, ou seja, cabe a escola ensinar e incentivar a prática de leitura dentro de um contexto significativo, para que a criança desenvolva-se em todos os aspectos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BRANDÃO, Helena Nagamine (Coord.). **Gêneros do discurso na escola: mito, conto, cordel, discurso político, divulgação científica**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: de 1ª à 4ª série**. 3. ed. Brasília: MEC/SEF, 2001.

KOCH, Ingedore G. Vilhaça. **Desvendando os segredos do texto**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

LERNER, Délia. **Ler e escrever na escola: o real, o possível e o necessário**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

LOPES-ROSSI, Maria Aparecida Garcia (Org.). "O desenvolvimento de habilidades de leitura e de produção de textos a partir de gêneros discursivos". In:

II CONGRESSO INTERNO NUPE-UNISUZ (23 a 27 de novembro de 2009)

LOPES-ROSSI, Maria aparecida Garcia. **Gêneros discursivos no ensino de leitura e produção de textos**. Taubaté, SP: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2002.

MAGALHÃES, Isabel. “Práticas discursivas de letramento: a construção da identidade em relato de mulheres”. In: KLEIMAN, Angela B. (Org.). **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SOLÉ, Isabel. **Estratégias de leitura**. Tradução Claudia Schilling. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2006.



EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

**Marcus Vinicius de Siqueira
Raja Bou Assi Peric**

Resumo

O mundo hoje tem vivenciado o resultado de anos de exploração indevida de fatores naturais e fatores humanos, levando milhares de pessoas a viver em meio a miséria, fome, catástrofes constante exploração, e manutenção da ignorância. Tais resultados hoje vistos a olhos nus, há anos já eram previstos por pessoas que se atentaram para o modo como se vivia, e iniciaram a busca por meios de minimizar a intensidade destes resultados que eram previstos. Porém, fatos muito sérios, envolvendo milhares de pessoas aconteceram ao redor do mundo, que começa a se preocupar com tais problemas. Surge então neste contexto a educação ambiental que com o objetivo de resgatar valores perdidos, devolver à sociedade o respeito ao próximo e à Terra, de modo que a ganância de uns sustentada pela miséria de outros, deixe de ser um fato corriqueiro em nossos dias. Com este objetivo, surgiu então a necessidade de saber se todo este empenho por parte de tantas pessoas nas últimas décadas em fazer da educação um agente realmente transformador na sociedade, que fundamentou então nossa pergunta: “Será que as escolas estão cumprindo seu papel no formação de cidadãos éticos, trabalhando a Educação Ambiental da maneira que foi orientado que seguíssemos? Será que estamos realmente promovendo valores que focam a ética, ou estamos reforçando a discriminação, a alienação e a manutenção de uma sociedade injusta? Estaríamos nós atendendo a uma necessidade de promover a cidadania, garantindo iguais oportunidades a todos, ou reproduzindo uma sociedade que privilegia a uns em detrimento de outros? É necessário entender o contexto que levou o mundo a ter de se atentar para seu ambiente desde a escola, até a vida em comunidade. Logo, entendendo que hoje, se constitui uma necessidade a escola tratar desta temática, visando construir uma sociedade onde valores errados possam ser modificados, buscou-se então entender a melhor maneira de se obter sucesso em tais objetivos, passando pela legislação vigente, as orientações para o trabalho, uma visão geral de como está sendo efetivada esta ação dentro das escolas, e a análise de novas propostas para que o trabalho seja de fato uma resposta à suas expectativas. Desta forma, os objetivos e anseios que se apresentavam no início desta pesquisa, hoje mostram-se superados, e abrem caminho para novas pesquisas, que possam nos levar mais longe, e mais alto.

Introdução

Diante de um mundo globalizado, as transformações acontecem a cada segundo. Isso não é privilégio do setor econômico, afinal, da mesma forma, observam-se repentinas mudanças de comportamento na sociedade. Estas mudanças trazem consigo consequências que em alguns casos não são passageiras, mas permanecem. O planeta está sofrendo uma transformação mundial no clima que é resposta à exploração desenfreada à qual o submetemos. Não só o clima, mas também toda a natureza tem sofrido transformações, assim como a sociedade, que a cada dia agrega novos comportamentos que lhes são impostos por uma parcela dominante que anseia por lucros. Neste contexto, surgem aqueles que atentaram para esta situação com olhos

nada contemplativos, que brigam ativamente para que a transformação do planeta evolua a sociedade, a ponto de esta se atentar para as condições de vida a qual submetem aos outros em prol do seu bem-estar, e também atentem para as gerações futuras, que possuem igual direito de usufruir da diversidade que ainda temos hoje em nosso meio. A escola, é um dos meios pelos quais se efetiva a ação destes, e é enfatizando esta questão que surge então o tema deste trabalho: “ A Educação Ambiental nas séries Iniciais do Ensino Fundamental”, sendo esta uma ação de relevante potência nesta luta. As escolas estão formando uma geração que irá comandar a sociedade do futuro. São crianças que conduzem informação, mudam comportamentos e realidades, e é essa a esperança que nos motiva a tratar deste assunto. A Educação Ambiental ainda é um tema novo para muitos. Logo, temos então um problema, uma dúvida: como ela está realmente sendo abordada nas escolas? ela realmente tem contribuído na formação de valores na sociedade? Tem focado sua prática na construção de uma geração que não prioriza o lucro, mas o bem-estar coletivo?

As origens da Educação Ambiental

Nesse sentido, pesquisou-se sobre a origem deste movimento, da qual constatou-se que a Educação Ambiental surgiu em meio à necessidade de mudar fatos que assustaram o mundo, trazendo morte e destruição por meios não muito convencionais. O que matava agora não eram só doenças e a violência, mas fatores ambientais. A partir de então, com base em estudos que provaram ser tais efeitos resposta da natureza à exploração exacerbada de recursos naturais, iniciou-se uma busca por propagar esta necessidade de estimular um novo conceito de vivência no planeta, que não causasse tais danos. Neste contexto surgiram vários encontros que tentaram fazer com que a mobilização em prol de tal objetivo englobasse o maior número de países possível. Porém, segundo Dias (2003) tais encontros serviram para reforçar conceitos que rotulavam países como desenvolvidos e subdesenvolvidos, pobres e ricos. Os acordos tentavam impor a estes países mais pobres a responsabilidade de tomar atitudes, de mudar em prol ao bem estar mundial e a manutenção do padrão de vida insustentável praticado pelo chamado “primeiro mundo”. O Brasil então, após tantos documentos e acordos assinados e sem efeito algum, com a pressão do Banco Mundial, se viu obrigado a tomar as primeiras atitudes práticas em relação a este tema. Na Constituição de 1988 já são citados o cuidado com o meio. Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996, também são determinadas ações pelas escola que viabilizassem a prática da educação ambiental nas escolas. Em 1999 o Brasil ganhou com a Política Nacional de Educação Ambiental que determina a forma os objetivos da educação ambiental, bem como a sua prática nas escola s e por toda a sociedade. Também em 1999, os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental determina trás a orientação de como deve ser o trabalho com a educação ambiental que respeita a sua Transversalidade. O Brasil também recebeu o foco das questões ambientais em 1992 coma realização da Rio/92, que atraiu a presença de quase duzentos países em prol desta questão.

A Educação Ambiental na Prática



II CONGRESSO INTERNO NUPE-UNISUZ (23 a 27 de novembro de 2009)

Com base nisso, foram pesquisadas as práticas, os conceitos e os conhecimentos de um grupo de professores de duas escolas, sendo uma particular e outra pública, no município de Suzano, de onde foram extraídos resultados que comprovam que os professores, muitas vezes encontram-se despreparados para este trabalho, visto que segundo eles, sua formação para professores ainda não reforçava tal postura, nem tampouco abordava o tema, o que fere a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei 9795/99) que no artigo 11, define que a dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas. Os professores, quando trabalham este tema, trabalham ainda de forma fragmentada, não abrangente, reforçando práticas de trabalho pontuais, nas quais as aulas tornavam-se uma disciplina, e não um tema transversal. Constatamos que mais de 50 % dos professores não sabe definir ao menos se sua escola está situada em Zona Rural ou Urbana, o que segundo o PCN (2001) é uma informação primordial, pois garante que as aulas abordarão questões do seu cotidiano, com as quais o aluno pode interagir e contextualizar o que construiu em sala de aula. Aos professores foi solicitado que opinassem sobre práticas que poderiam ser feitas com os alunos em prol do Rio Tietê. Todos apresentaram ótimas propostas, porém, mais da metade destes trabalha próximo à nascentes e um rio, e apenas 10% destes já realizou alguma atividade que utilizasse este córrego que corta o bairro como Foco em suas aulas. Isto mostra que a prática está distante da teoria até mesmo na conduta dos professores diante de sua sala de aula. Conforme o PCN (2001), a Educação Ambiental aproxima os conteúdos por ela abordados à realidade do aluno, porém, ela engloba o planeta todo com os mesmos temas e problemas, de forma que é necessário trabalhá-la de forma não linear, interagindo com os demais conhecimentos trabalhados com os alunos, e para isso é de igual importância o trabalho com a diversidade cultural e as condições sociais que caracterizam nosso planeta, partindo do todo até as particularidades que o compõem. Partindo disso, questionamos os professores buscando sedimentar significados para os conceitos de educação ambiental. Apresentamos aos professores entrevistados uma seleção de 9 temas, para que os classifiquem quanto a sua relevância, em momentos em que a aula junto aos seus alunos, possibilitasse por meio da interdisciplinaridade o trabalho com Educação Ambiental. Constatamos que entre os professores é difícil encontrar algumas práticas antigas de se trabalhar a Educação Ambiental somente em datas específicas do calendário. A maioria deles considerou que é mais relevante trabalhar com temas como Poluição, preservação de ambientes naturais, saneamento, do que abordar como tema gerador de seu projeto o “dia da água”. Para Cascino (2003) cita que tais trabalhos em Educação Ambiental nas escolas, que nada mais são que o resultado de uma percepção equivocada, superficial, pouco experiente de Educação Ambiental, alimentada por profissionais que sequer entenderam e/ou não trabalham de forma inter e transdisciplinar esta temática entre as disciplinas. Essa visão errada, de uma Educação Ambiental superficial, atinge a escola, a professores, a alunos, quando ocorrem atitudes como a citada por Guimarães (2007), em que a idéia de coletar material reciclável para ser vendido em prol da compra de materiais para a escola, reforçando assim o espírito consumista dos alunos, que só colaboram em troca de algo imediato e material; e também reduz o objetivo maior que é conscientizar sobre a importância de se reciclar o lixo para diminuir seu impacto na natureza, na captação de novos elementos para a produção, a energia exercida na produção e o acúmulo de lixo



na superfície terrestre. Tais atitudes superficializam o discurso da Educação Ambiental, deixando o objetivo de mudança de pensamento, valores por parte da sociedade, de lado, distanciando a prática do problema real. Porém, os professores não concordam com esta afirmação. Cerca de cinquenta e oito por cento dos entrevistados Considera correta, pois esta atitude transmite conceitos de reciclagem aos alunos e os ensina a não jogarem lixo nos rios, mas obter renda através do lixo, visto que o lixo brasileiro é um dos mais ricos do planeta. De acordo com o PCN (2001) o termo Transversalidade, atribuído à Educação Ambiental, garante a ela o direito e a obrigação por parte do educador de impregná-la em todo o currículo escolar, caracterizando-a como um tema global e abrangente. Porém, pôde-se constatar que os professores, em alguns casos não sabem trabalhar esta transversalidade, e em certos casos não sabem ao menos o que significa esta palavra. Yves de La Taille, critica o consumismo e a vaidade em um artigo publicado na Revista Pátio de Maio de 2008, nos chocando com dados como o de consumo de água diário de um morador da Europa (330 litros) que chega a ser 11 vezes maior que o consumo de um morador da África (30 litros), ou menos da metade do que um morador dos Estados Unidos (700 litros). Diante disto já temos embasamento suficiente para constatar que nosso modo de vida no planeta é individualista, insustentável. Se levarmos em conta então o fato de que um quinto dos moradores do nosso planeta não possuem água potável para seu consumo, e também que previsões demográficas apontam que em 2.050 seremos 12 bilhões de habitantes sobre a superfície terrestre, não será difícil constatar que um colapso está por vir.

Uma Visão Crítica

Para Taketa (2005) a Educação Ambiental é um braço da educação que se resume em educar com o objetivo de propiciar aos educandos uma sensibilização à causa ambiental que venha despertar o interesse desta e provoque um compromisso em agir executando ações em seu local imediato, como seu bairro, escola ou cidade; atingindo uma repercussão de nível global. A Educação Ambiental, segundo Guimarães (2007) é uma das vertentes da educação. Assim como os projetos tendem a ser críticos ou conservadores, na educação ambiental também encontramos estas duas características em suas ações e projetos. Assim, o autor afirma que a educação pode se posicionar ao lado dos interesses populares, defendendo a igualdade social e a qualidade de vida, e conseqüentemente a qualidade ambiental; ou se aliar aos interesses defendidos pelos grupos dominantes. Ele ainda questiona se a Educação Ambiental apresentada aponta para uma proposta popular ou atua como instrumento de exclusão social. No momento de se apontar problemas ambientais, há um consenso, mas ao buscar propostas de solução para tais problemas, aparecem as divergências que são baseadas no tipo de sociedade a que se referem tais problemas. Segundo Guimarães (2007), o professor, mesmo bem intencionado não tem como trabalhar de forma eficaz esta temática. Afirma ainda que os discursos sobre Educação Ambiental são vagos, possuem objetivos vagos e que os problemas hoje enfrentados são o resultado de uma sociedade individualista, consumista, submissa a uma classe dominante que promove a exclusão social. Os últimos cinco séculos projetaram a sociedade que vemos hoje, uma sociedade antropocêntrica, distante da natureza, separada dela, composta por pessoas que ao invés de se sentirem parte da natureza, sentem que ela é um suporte para o seu desenvolvimento. Conforme afirma Campos



(2004), existem duas linhagens de projetos ambientais hoje, sendo que uma delas é conservadora, buscando falar dos problemas ambientais e promovendo ações de educação ambiental, mas não apóia nada que venha ferir a ideologia racional econômica, mas propõe a mudança de comportamento da sociedade, não de valores. A segunda linhagem é subversiva, que busca transformar a ideologia da sociedade em geral por meio da introdução de um valor racional ecológico, propondo uma mudança não só de comportamento, mas de valores. Conforme o Artigo 4º, parágrafo II da Lei 9795/99, é um princípio básico da educação ambiental “a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade”; desta forma, é necessário formar nos indivíduos um pensamento crítico em relação às práticas adotadas pela sociedade em geral, provocando sua reflexão quanto as suas próprias atitudes individuais e em conjunto, e suas conseqüências, que devem ser medidas e ponderadas. Segundo Campos (2004) a ausência desta visão na sociedade em geral, propiciou a inserção de valores e práticas contrárias à um ambiente sadio e justo, e resulta na degradação ambiental que a cada dia é mais notória a nossos olhos e vem se agravando pela crise social, econômica filosófica e política que atinge todo o planeta. Para Campos (2004) a Educação Ambiental não deve ter como problema a falta de conhecimento ecológico dos alunos, mas a construção de uma concepção global do planeta que venha a gerar atitudes, visto que o problema não está na natureza, mas além dela, está na ação de uma sociedade cada vez mais refém de um sistema que prioriza seu capital. O autor ainda afirma que a ideologia da educação ambiental se traduz em atitudes que provoquem ajustes e ou reformulações nas relações sociais por meio de atos políticos.

Para Guimarães (2007), a Educação Ambiental não deve ceder a tais atitudes e muito menos à classe dominante que objetiva formar uma concepção funcionalista deste processo, sem a livre escolha e interpretação dos fenômenos sociais. Isso ocorre, segundo o autor citado, quando se permite uma proposta fechada de trabalho, que aliena as pessoas, levando-as a pensar que a educação deve se dar de forma aliada ao Neoliberalismo, onde as indústrias desenvolvem novas formas de acumular capital. A ausência de conflitos, a formação de uma idéia única de Educação Ambiental, um consenso, mostra que estamos acomodados a uma idéia a qual não questionamos, não participamos, não somos parte. “Podemos falar sobre o futuro, visualizar o futuro, mas se queremos este futuro, teremos que agir.” (Kollman apud Legan. 2004. p.9)

Estamos então muito distantes do ideal. Nossa sociedade deve construir a consciência ambiental, compreender e atuar sobre a sociedade de forma consciente, ativa, mas, como afirma Guimarães (2007), não se deve construir a idéia de que cada um deve fazer sua parte, e que o resultado destas ações pequenas e isoladas irão gerar o bem para todos, pois esta visão imuniza a classe dominante de qualquer responsabilidade. Ideias como esta se assemelham àquelas propagadas como sendo a miséria uma das causas da degradação ambiental, como cita Guimarães. Não podemos perder o tom crítico do discurso da Educação Ambiental, muito menos deixar de questionar as relações de dominação e exploração presentes entre natureza e sociedade, e nas relações sociais De acordo com Ianni (apud Guimarães, 2007) diante de uma sociedade planetária, só é garantido o exercício da cidadania a aqueles que têm autoconsciência, que é adquirida por meio da informação, que gera posicionamento



no mundo, opinião e atitude. Logo, privar uma pessoa de adquirir esta autoconsciência, é privá-lo de ser cidadão do mundo. Para Marcatto (2002), é necessário tornar os cidadãos conscientes de seu papel local e global, visto que geralmente, a população de determinada área é a principal causadora (de forma direta ou indireta) dos problemas que ela mesma enfrenta. Sendo assim, esta mesma população representa aqueles que mais possuem condições de apontar soluções para estes problemas. Logo, é necessário envolver a população de forma democrática em todas as fases deste processo, até que se estabeleçam caminhos para a solução, que serão executados por estes mesmos indivíduos. A Educação ambiental é uma ferramenta importantíssima para capacitar as pessoas, conscientizando-as sobre o problema, estimulando a criação de soluções e alcançando resultados.

Considerações Finais

Após a análise realizada em diferentes materiais e na pesquisa em escolas, posso concluir que a Educação Ambiental nas escolas ainda encontra-se em período de transição entre o ideal e o equivocado. Equivocado pois encontra-se na fala e na conduta dos professores certa inexperiência e conformismo, imprimindo assim conceitos errados, valores errados, motivações erradas nos alunos que os ouvem. Tais atitudes representam um retrocesso nas questões que envolvem a Educação Ambiental e são resposta ao movimento gerado pelos donos do capitalismo. Como pudemos analisar, a educação ambiental nasceu pela necessidade de construir comportamentos que favoreçam a manutenção do meio ambiente que garante a vida na Terra. Esta necessidade gerou reuniões mundiais que definiram a necessidade de educar as pessoas ambientalmente. Se após tantos anos de pesquisa a certeza é a mesma: “Deve-se construir valores que não estimulem atitudes de degradação do meio”, por que então não ouvimos a estes acordos e tomamos a atitude correta? Dentro das escolas, onde por exemplo, surgem algumas opiniões que de acordo com as propostas de educação ambiental, não possuem fundamento algum, e destas opiniões, surgem atitudes grotescas, estimula-se a proliferação de um pensamento egoísta, são diminuídos os valores que prezam pelo coletivo. Estamos de forma egoísta usando tudo o que o planeta pode nos oferecer, mas sem dar a ele condições de regenerar-se, privando as outras gerações do mesmo direito. Percebe-se que muito do que foi constatado através desta pesquisa, não é de domínio de muitos educadores. Na maioria dos casos, nota-se que o professor não age de forma errada por vontade; ele não procura capacitações por que simplesmente não quer, mas pela falta de oportunidades visto que muitos sacrificam-se por melhores salários, a jornadas escravizantes de trabalho em sala de aula, reuniões de professores, deixando então de lado um espaço para formações e especializações. É claro que há aqueles que se esforçam e conseguem, mas, até quando o professor será o coitado da vez? Espera-se que seja efetivado o que observou-se na legislação, garantindo ao professor o direito de estar melhor capacitado para melhorar os resultados de sua atuação como agente transformador dentro da escola, transformando as realidades encontradas. Se for levar em conta que objetivo com este trabalho provar que a prática da Educação Ambiental se distancia de sua função original, penso que atingi tal objetivo. Se buscava saber se a educação ambiental é relevante, podemos comprovar que sim, pois constitui-se um importante veículo para a condução de uma missão de salvamento e reconstrução de

valores perdidos que possibilitem a equidade no uso dos bens naturais deste planeta, de modo a descentralizar os benefícios, desfazer injustiças. Nossa legislação é motivo de orgulho, mas sua efetivação é uma vergonha. Mesmo assim, em alguns momentos observa-se certa seriedade neste trabalho pela Educação Ambiental nas Escolas, logo, torna-se necessário fazer cumpri-la. É importante levar este aprendizado a ter uma relação com o que o aluno vivencia, com o que ele já sabe, ancorado a outros conhecimentos para que possa expandir o conhecimento prévio que o aluno possui, de modo que ele possa utilizar esse conhecimento em outros momentos e lugares. Este tipo de abordagem torna o aluno mais crítico quanto a questões políticas, econômicas e sociais, que são intimamente ligadas à Educação Ambiental. A compreensão de realidades e a atuação sobre elas deve ser o carro chefe do trabalho com Educação Ambiental, proporcionando ao aluno oportunidades de exercer o conhecimento adquirido. Para isso, é importante trabalhar com a realidade do aluno, pois ela é acessível a todos eles, e poderá ser alterada por eles próprios, contextualizando assim o que foi aprendido. Nossas escolas não precisam reproduzir idéias prontas fabricadas por uma classe dominante. É nosso dever como educadores e como cidadãos abrir os olhos, os ouvidos, a boca de nossos alunos para que interajam com este mundo com posicionamento, com opinião, e não como um mero boneco manipulado. Imprimir com nossas atitudes e com nossa fala em nossos alunos um espírito crítico, consciente, de forma a garantir atitudes contra a dominação, rompendo o círculo a que muitos estão sujeitos, reproduzindo sempre as mesmas atitudes, sofrendo as mesmas explorações.

Referências bibliográficas

- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros curriculares nacionais: meio ambiente: saúde**. 3 ed. Brasília. Secretaria da Educação Fundamental. 2001
Carta da Terra. Disponível em: <<http://www.cartadaterrabrasil.org/prt/text.html>>
Acessado em 03 de outubro de 2009.
- CASCINO, Fabio. Educação Ambiental: **Princípios, história e formação de professores**. 3 ed. São Paulo. SENAC. 1999.
- DIAS, Genebaldo Freire. **Educação ambiental: princípios e práticas**. 8 ed. São Paulo. Gaia. 2003.
- FLORIANI, Dimas. **Conhecimento, meio ambiente & globalização**. Curitiba. Juruá. 2008
- GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Terra**. São Paulo. Peirópolis. 2000.
- . **Educar para uma vida sustentável**. Revista Pátio. ed 46, ano XII, p. 12 a 15. Artmed. Porto Alegre. Maio a Julho de 2008.
- GUIMARÃES, Mauro. **Educação ambiental – No consenso um embate?** Campinas SP. Papyrus. 2007.
- LA TAYLLE, Yves. **Cultura da vaidade e consumo**. Revista Pátio. ed 46, ano XII, p. 16 a 19. Artmed. Porto Alegre. Maio a Julho de 2008.
- LEGAN, Lucia. **A Escola sustentável: eco-alfabetização pelo ambiente**. 1 ed. São Paulo. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. 2004
- REIGOTA, Marcos. **A Floresta e a escola: por uma educação ambiental pós-moderna**. 2 ed. São Paulo. Cortez. 2002.

II CONGRESSO INTERNO NUPE-UNISUZ (23 a 27 de novembro de 2009)

Revista Veja. **Planeta sustentável: rumo a Copenhague.** ed. 2133, nº42 p. 46 6 47. Abril. 07 de Outubro de 2009.

TAKETA, Brenda. **Oficina de capacitação: educação ambiental – guia do educador.** Edição. Cidade. IBAMA, ALCOA e Conservação Internacional. 2005.

VIEIRA, José Elvis. et al. **Caminhos do rio Tietê.** Prefeitura Municipal de Suzano. 2005. p.10 e 11.

< <http://www.cartadaterra.com.br/ctbrasil.htm>>



PRÁTICAS EDUCACIONAIS NA AQUISIÇÃO DA CULTURA ESCRITA NUMA PERSPECTIVA CONSTRUTIVISTA

Letícia Ferreira Da Silva

Resumo

Este trabalho pretende mostrar se os educadores, especificamente os alfabetizadores conhecem as teorias Construtivista e Sócio-Interacionista e se em sua prática tem como auxílio essas referenciais explicativos.

Descrevo aqui concepção Construtivista em que o sujeito constrói seu conhecimento a partir da interação com o objeto que deseja conhecer, e na concepção Sócio-Interacionista a partir da interação com o outro.

Constam também algumas concepções sobre o processo de alfabetização conhecimento de código da escrita e letramento que vai além da escrita abrangendo assim a escrita em sua função social.

Em Psicogênese da Língua Escrita descrevo os níveis pelo qual o sujeito percorre para alfabetizar-se, isso é, suas convicções.

Foi realizada uma pesquisa de campo com um questionário (aberto e fechado) com professores alfabetizadores em que foi constatado que esses professores pesquisados são conhecedores das teorias citadas, do processo que todo sujeito passa para aquisição da leitura e da escrita e das práticas de trabalhos sistemáticos que leva o aluno a alfabetização e ao letramento.

Introdução

Lancei-me nesta pesquisa com o objetivo de comprovar se os profissionais da educação, especificamente os alfabetizadores conhecem os processos pelo qual o sujeito passa na busca do desenvolvimento cognitivo para aquisição da leitura e da escrita.

A pesquisa terá como base teórica a concepção Construtivista e a concepção Sócio-Interacionista, isso constará no primeiro capítulo.

No segundo capítulo será apresentado o conceito de alfabetização e letramento, que deverá mostrar a relevância destes lado a lado no mesmo contexto dando significado no processo de aquisição da leitura e da escrita.

A Psicogênese da Língua Escrita constará no terceiro capítulo em que descreverei as cinco hipóteses de escrita, caminho pelo qual o sujeito passa para aquisição da leitura e da escrita.

No quarto capítulo citarei algumas práticas baseadas nas ações Construtivistas e Sócio-Interacionistas, como uma seqüência de trabalhos sistemáticos para a Aquisição da Cultura Escrita.

Construtivismo

Segundo Ferreira (1993) quando fala no termo construção, isso quer dizer reconstrução, pois a realidade se opõe ao sujeito (está fora dele) e assim é na língua escrita, a criança precisa ter o contato com essa linguagem, pois precisa reconstruir



II CONGRESSO INTERNO NUPE-UNISUZ (23 a 27 de novembro de 2009)

essa realidade já existente, porém agora para ela, pra que ela possa se apropriar dessa linguagem escrita.

Na concepção construtiva ao professor deve interessar á lógica dos erros cometidos, essas idéias não são erradas, elas precisam ser compreendidas e coordenadas, elas vão gerar conflitos, e desses conflitos a evolução no processo da aquisição da língua escrita.

Ferreiro (2001) afirma que dentro da teoria construtivista ela se preocupa com o tipo de idéias que o sujeito constrói sobre o que está escrito. E é neste processo de construção que a criança ao produzir algum escrito, ela necessita fazer uma interpretação posterior daquilo. A autora se refere a este ato como o mais completo, o ato da escrita obriga á criança pensar parte por parte para formar as sílabas e depois palavras, por isso esta tomada de decisão durante a escrita é progressiva, é ai que se dá o processo de construção.

Segundo Russo (2001) o construtivismo é uma teoria que entende o aprendizado que se dá em cada individuo e que é a modificação de idéias que se dá pelo processo de construção do conhecimento. O construtivismo em termos de alfabetização mostra a trajetória do processo de desenvolvimento que cada indivíduo faz para adquirir a cultura escrita.

Sócio Interacionismo

Segundo Vygotsky (2002), aprendizado e desenvolvimento estão relacionados desde o dia que a criança nasceu. Para o autor as relações dos processos de desenvolvimento e a capacidade de aprendizado estão determinadas em dois níveis de Desenvolvimento que é o Real e o Proximal.

No nível de Desenvolvimento Real a criança já consegue solucionar o problema proposto sozinha, pela própria capacidade mental. Na Zona de Desenvolvimento Proximal a criança ainda não consegue resolver um problema de forma independente, ela ainda precisa de alguém para auxiliá-la. É um processo de amadurecimento que a criança está se desenvolvendo.

O autor afirma que o nível de desenvolvimento proximal será a zona de desenvolvimento real, portanto o que a criança precisa realizar com o auxílio de uma pessoa experiente hoje, amanhã ela realizará sozinha, ou seja, domina a ação de forma independente.

2 Alfabetização / Letramento – Processo De Aquisição De Cultura Escrita

Para Ferreiro (2009) a escrita é a representação da linguagem, é o código das unidades sonoras. Neste processo não podemos enxergar que a criança estará num estado de ignorância até que ela receba tal ensino. É preciso entender que o saber não está a poder da instituição apenas e esta criança já construiu concepções sobre alguns objetos. É preciso que este saber coincida com um outro saber que é o escolarmente reconhecido.

Segundo Ferreiro (2009) a escrita infantil vista de modo tradicional tende a considerar a qualidade dos traços e espaços utilizados para fazer formas e se a criança se oriente da esquerda para a direita. O construtivismo observa e considera o que o

II CONGRESSO INTERNO NUPE-UNISUZ (23 a 27 de novembro de 2009)

aluno quis representar e os meios utilizados para fazer essas representações. Na concepção construtivista a escrita segue uma linha de evolução.

A autora volta a afirmar que o processo de interpretação e de produção da escrita faz parte da vida da criança e antes mesmo da escolarização ela já tem concepções previamente elaboradas.

Segundo Colello (2004) a alfabetização é um processo complexo, o sujeito que ainda não foi alfabetizado não consegue perceber a estreita relação entre a oralidade e a escrita, a criança espera encontrar na escrita alguma característica relacionada ao objeto que ela fala.

O erro faz parte deste processo para que o sujeito adquira o conhecimento, ele é conhecido como erro construtivo. Ele se faz necessário neste processo de construção que o sujeito vai elaborar pensar para poder compreender e interpretar a língua escrita. E na reflexão do erro que a criança vai superar aquela idéia avançando neste processo, o erro é um ponto de partida para avançar nas próprias produções e interpretações.

2.1 Leitura como objeto social

O letramento não é alfabetização e vai muito além dos exercícios de aprendizagem realizados no ambiente escolar, mas sim ler em diferentes lugares e condições diz Soares (2009).

Soares (2009) deixa claro que letramento é muito mais que alfabetização, ele é um estado ou condição do sujeito que consegue envolver-se nos mais variados gêneros e funções que a leitura e a escrita desempenham no uso social.

3 Psicogênese Da Língua Escrita

Na pesquisa de Ferreiro e Teberosky (1999) que foi desenvolvida com crianças de quatro a seis anos de idade com estudantes de escolas públicas e particulares, procurou-se entender o que ocorre no sujeito durante o processo de aprendizagem da leitura e da escrita que é de fundamental importância para os educadores.

Essa pesquisa foi norteada pelos seguintes princípios: não identificar a leitura como decifração, nem a escrita como cópia de modelos, nem de progressos como conceito de avanços ao decifrar ou ao copiar.

Segundo Russo (2001) o processo de aprender a ler e a escrever é evolutivo e se caracteriza pelas hipóteses de escrita, e essa busca de conhecimento, ocorre na medida em que a criança consegue raciocinar.

A psicogênese da língua escrita foi definida em cinco níveis, esses níveis não determinam à hipótese que a criança está como única e verdadeira dentro de suas características, pois a criança pode estar numa hipótese, mas mesclar conceitos do nível anterior. Nos níveis intermediários I e II acontece um conflito cognitivo, é um momento que tem como característica contradições na postura da criança ocorre uma instabilidade e a não organização no nível anterior e do nível seguinte.

4 Práticas De Ensino Na Construção Da Leitura E Escrita

Para Cagliari (2002) a metodologia do professor deve vir da própria prática baseada sempre em conhecimentos sólidos, o professor não é apenas um observador, mas um educador e que na prática de alfabetizar não utilizará apenas uma teoria.



II CONGRESSO INTERNO NUPE-UNISUZ (23 a 27 de novembro de 2009)

Cada educador conhecedor da ciência que ensina tem um jeito particular de ensinar e sua prática deve estar fundamentada em teorias e isso se torna primordial no processo educativo.

O ensino realizado pelo professor é também um processo que vai sendo construído à medida que ele acontece a cada experiência nova.

Para Cagliari (2002) saber decifrar a escrita é o segredo para se alfabetizar, o educador tem muitas tarefas para com seu aluno, mas a principal delas é ensinar a ler.

O educador alfabetizador precisa ter conhecimentos técnicos sólidos, para ensinar uma criança a ler e a escrever, o educador precisa conhecer profundamente como se relacionam e funcionam a escrita e a fala.

O autor diz que o educador bem preparado, com competência técnica sabe o que fazer mesmo em situações cotidianas inesperadas porque ele conhece e sabe o que está fazendo. Quando o professor não é conhecedor do processo como descreve Cagliari (2002) a criança precisa descobrir por conta própria, por falta de orientação.

As teorias norteiam a prática e com ela constatamos se de fato funcionam na prática, devemos adotar as boas idéias, mas não nos tornamos escravos dessa idéia para o sempre, o espírito deve ser de discutir sobre essas idéias, sugestões e exemplos.

4.1 Práticas construtivistas com nomes

Russo (2001) fala da importância do trabalho com atividades significativas no processo de alfabetização, aqui descreve algumas atividades importantes no processo e uma dessas práticas devem ser atividades com o nome das crianças, o que é muito importante é o nome que a identifica é a sua identidade.

4.2 A importância dos textos no processo de aquisição da cultura escrita

Cagliari (2002) afirma que quando a criança produz textos espontâneos ela escreve o que pensa e não fixa no erro, ela não tem medo de errar.

Russo (2001) fala que a produção de texto pode ser iniciada desde o primeiro dia de aula, porém, estes textos são difíceis de serem entendidos pelo professor. A criança precisa ser incentivada, o papel do professor é estimular para que a criança escreva, conte suas experiências sem medo de cometer erros.

O professor tem que se preocupar com o que o aluno quis contar, ou seja, com a comunicação caso ele não entenda ele deve chamar a criança para fazer a leitura.

Segundo Russo (2001) a produção de texto é inerente à criança, e ela o produz mesmo que oralmente através de brincadeiras, descrevendo um passeio e também com o desenho que ela criou ela passa uma idéia, em significado para quem o vê, tudo isso sem conhecer as letras.

4.3 Agrupamento produtivo

Para Russo (2001) o trabalho realizado em grupo, além de possibilitar mais interação entre o objeto de conhecimento e os alunos, ele supera alguns comportamentos como o egocentrismo, é uma estratégia excelente no processo de aprendizagem. No trabalho em grupo o aluno percebe que o professor não é o único que tem conhecimento e consegue ajudá-los, por isso, o conhecimento que um aluno



possui pode ser muito importante para o outro e isso é o mais importante à troca de idéias, nessa interação se ensina e se aprende.

Considerações Finais

Este trabalho contou no 1º capítulo com a fundamentação teórica sobre a concepção Construtivista, que acredita na construção do conhecimento por meio da interação do sujeito com o objetivo que ele deseja conhecer.

Na concepção Sócio-Interacionista acredita-se que o conhecimento se dá por meio da interação entre pares, em que um dos sujeitos seja mais capacitado proporcionando ao outro chances para construir o que até então não foi aprendido ou assimilado.

No segundo capítulo descrevi sobre Alfabetização e Letramento, a importância não só do conhecimento do código (letras, sílabas, palavras decorada mecanicamente), mas da função social da escrita, fazer o uso da escrita de maneira significativa como forma de inserir o sujeito no mundo letrado.

No capítulo Psicogênese da Língua Escrita, descrevi as hipóteses de escrita nas quais o sujeito faz determinadas suposições sobre o sistema da escrita e da leitura alfabética, suas características e peculiaridades além de práticas relacionadas a elas.

As práticas de ensino específicas aparecem no quarto capítulo. A primeira delas é a prática com nomes que deve dar início a alfabetização com diversas atividades, uma vez que o nome é a partícula mais significativa para o sujeito.

O trabalho com textos também é importante desde o início da alfabetização dando ênfase à escrita espontânea, o prazer pela escrita mesmo o sujeito não estando plenamente alfabetizado. Nesta fase o sujeito vai errar, mas o professor não deve fazer correções exaustivas, nem pressioná-lo exigindo uma gramática correta, mas valorizar a escrita do aluno compreendendo que é um processo que ele vai avançar desde que tenha chances de escrever e que o erro é construtivo.

Descrevo aqui ainda o agrupamento produtivo, os trabalhos em grupos são práticas importantes que estão baseadas na teoria sócio-interacionista. Este tipo de agrupamento leva ao desenvolvimento uma vez que na interação com o outro há o avanço.

Em termos de alfabetização quem deve designar os pares é o professor, a separação dos pares produtivos deve ser realizada de acordo com o que cada aluno já sabe e em qual hipótese de escrita ele se encontra, segundo a sondagem. Este agrupamento tem como objetivo ajudar o aluno a chegar ao mesmo nível do seu parceiro.

Referências Bibliográficas

CAGLIARI, Luis Carlos. **Alfabetizando sem o bá – bé – bi- bó – bu**. 1. ed. São Paulo: Scipione, 2002.

COLELLO, Silvia Mattos Gásparian. **Alfabetização em questão**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2004.



II CONGRESSO INTERNO NUPE-UNISUZ (23 a 27 de novembro de 2009)

FERREIRO, Emilia. **Cultura Escrita e educação.** trad. Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2001.

_____ **Com todas as letras.** trad. Maria Zilda da Cunha Lopes. São Paulo. 4. ed. Cortez, 1993.

_____ **Reflexões sobre Alfabetização.** trad. Horácio Gonzáles et al. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da Língua Escrita.** trad. Diana Myriam Lichtenstein, Liana Di Marco e Mário Corso. Porto Alegre: Artmed, 1999.

RUSSO, Maria de Fátima; VIAN, Maria Inês Aguiar. **Alfabetização um processo em construção.** 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

SOARES, Magda. **Letramento um tema em três gêneros.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A Formação Social da Mente.** trad. José C. Neto, Luis S. M. Barreto e Solange C. Afeche. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

O INFINITO: UM ESTUDO SOBRE AS DIFERENTES CONCEPÇÕES

Antonio Aparecido do Prado Santos
Rodrigo Pimentel
Antonio Luis Mometti

Resumo

Esta pesquisa tem como objetivo apresentar um estudo sobre as diferentes concepções que alunos do curso de Licenciatura em Matemática de uma Universidade da região do Alto Tietê têm acerca do infinito, bem como, investigar os obstáculos epistemológicos da construção deste conceito. Trata-se de uma pesquisa qualitativa do tipo estudo de caso. O Modelo da Estratégia Argumentativa (MEA) foi utilizado para analisar os argumentos empregados pelos alunos de graduação em Licenciatura Matemática. Foram aplicadas atividades que visavam instigar a discussão sobre o conceito de infinito, para posterior análise das falas e registros escritos.

Introdução

O infinito está presente direta ou indiretamente em quase todas as áreas da Matemática e foi o maior responsável pelas duas grandes crises nos fundamentos desta ciência e, ainda hoje, causa certo desconforto devido à sua natureza paradoxal apontada por diversos autores que pesquisamos. Foi pelos caminhos dos paradoxos que o conceito de infinito se desenvolveu e ainda hoje consiste num terreno fértil para pesquisas na área de Educação Matemática.

“Quando nos deparamos com o infinito cada um de nós pode ser levado a uma idéia diferente, já que este conceito não tem por base nenhuma experiência sensível” (ROMANO, 1997, p.133), porém, para que possamos estudá-lo com o rigor da matemática é preciso formalizá-lo e este foi um dos maiores desafios que perdurou por séculos nas mentes de grandes gênios.

Segundo Amadei (2005), “historicamente, o conflito entre intuição e conceito científico traz desafios para o processo ensino e aprendizagem da matemática assim como trouxe aos pensadores de quase todas as épocas”.

Segundo Zebina (2005), Tomaz Hobbes aponta o conhecimento como sendo produto de nossas percepções sensoriais. Tudo que é externo a nós primeiro é percebido pelos nossos sentidos e depois “processado” pelo nosso cérebro e, por isso mesmo, somos incapazes de conhecer o infinito. Somos capazes de imaginá-lo, mas nunca de concebê-lo, pois, ele carece de experiência sensível tendo em vista que nada é infinito de fato no mundo físico.

Segundo Paulo Freire (1996) “Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção”. Sendo assim, o conhecimento é algo extremamente pessoal e cabe ao professor a tarefa de propiciar sua construção individual. Estando o infinito tão presente nas vivências escolares do ensino da Matemática, apesar de tão distante da vida prática e cotidiana, como propiciar condições para a construção desse tema?

A complexidade da formação histórica e o caráter paradoxal do tema, bem como a inerente dificuldade em superá-lo nortearam nossa pesquisa.



II CONGRESSO INTERNO NUPE-UNISUZ (23 a 27 de novembro de 2009)

Acreditamos ser então de suma importância a análise sobre as concepções que futuros professores de Matemática tem acerca do infinito, sabendo da importância da aprendizagem deste conceito para o processo ensino e aprendizagem da disciplina.

Desenvolvimento

Para a Matemática de hoje, o infinito é algo totalmente concebível e operável, diferentemente de todas as outras ciências ou de vários ramos da filosofia, pois, ela transcende a muito tempo tudo o que é sensível e se fundamenta em si própria não sendo mais da preocupação do matemático a realidade ou não realidade física de um conceito mas, corroborando com Piaget (1973):

“Não acontece nunca ao físico, por muito variadas e diversas que sejam as estruturas ou as relações que possa descobrir no mundo material, encontrar alguma que não possa ser expressa com precisão em linguagem matemática[...]como se houvesse uma harmonia pré-estabelecida entre todos os aspectos do universo físico e os quadros abstratos da geometria e da análise.[...]os esquemas matemáticos antecipam o conteúdo experimental que virá a inserir-se neles. As formas geométricas e analíticas podem por si mesmas ser elaboradas sem nenhuma preocupação com a realidade. Todavia, na medida em que são dedutivamente coerentes, temos a certeza não só que a experiência nunca as porá em dúvida, mas ainda, e é isto o ponto paradoxal, que a experiência, mais cedo ou mais tarde, as irá justificar e adaptar-se exatamente a elas.”

Podemos então nos perguntar se é realmente possível pensar numa realidade infinita. Se um dia irão comprovar a infinitude do Universo e se todas as teorias matemáticas acerca do infinito atual terão de fato aplicabilidade prática e não só fundamentar a Matemática pura.

É justamente, segundo Romano (1993), a falta de experiência sensível que faz do conceito de infinito algo tão difícil de ser compreendido.

“O problema do infinito, para os conceitualistas, reside em seu pressuposto de que, para uma palavra ter significado, é preciso que ela corresponda a uma idéia. Essa idéia tinha, de algum tipo de modo, de representar, ou apresentar à mente algo infinito e teria de originar-se na experiência humana ou na natureza do intelecto humano finito. Como pode haver uma representação finita de algo infinito ou que expresse adequadamente a infinidade do que é representado?”
(BUNNIN & TSUI-JAMES, 2002 p.234)

Por que então pensar no infinito se as dificuldades são tão grandes e a impossibilidade de o medirmos lhe é inerente?



II CONGRESSO INTERNO NUPE-UNISUZ (23 a 27 de novembro de 2009)

A resposta é simples: porque o infinito parece se impor na construção do raciocínio, parece não haver escapatória; porque sem uma conceitualização clara deste conceito, a matemática nunca teria se tornado o que é hoje, pois, foi o temor dos gregos com relação ao infinito que os impediram de avançar em suas especulações.

É sabido que, para a Educação Matemática é de primordial importância saber como se deu na história a evolução de um conceito, pois, segundo D'Ambrósio (1996):

“Conhecer, historicamente, pontos altos da Matemática de ontem poderá, na melhor das hipóteses, e de fato faz isso, orientar no aprendizado e desenvolvimento de hoje.”

“Trata-se de justificar a Matemática do passado como servindo de base para a Matemática de hoje.”

É patente que precisamos da Matemática de hoje, porém, os conceitos podem ser mais bem entendidos se olharmos para o passado, pois, corroborando com Amadei (2005), “o conflito entre intuição e conceito científico traz desafios ao processo do ensino e aprendizagem da Matemática assim como trouxe aos pensadores de todas as épocas”.

Concordando com as idéias citadas acima, sentimos a necessidade de, com base no Modelo da Estratégia Argumentativa, analisar a argumentação para tentarmos entender melhor a concepção de alunos do curso de Licenciatura em Matemática acerca do infinito, pois, as dificuldades epistemológicas consagradas historicamente na construção do conceito de infinito são motivos de sobra para tornar imbricadas as dificuldades de aprendizagem que são geralmente de difícil trato no ensino.

Nos preocupamos então em comparar os argumentos dos alunos com fatos históricos que julgamos serem pertinentes à evolução histórica do conceito de infinito. Conhecer os erros de Bháskara (1114 – 1193) e Euler (1707 – 1783), por exemplo, pode nos desinibir e nos fazer pensar sobre o infinito sem preconceitos ou medo de errar e a formalização deste conceito é de fundamental importância já que, segundo Ifrah (1994), o infinito “é uma hipótese matemática, um dos axiomas fundamentais sobre os quais repousa toda a Matemática atual”.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa qualitativa do tipo estudo de caso. Segundo Lüdke & André (1986, p. 17) “quando queremos estudar algo singular, que tenha um valor em si mesmo, devemos escolher o estudo de caso”.

Fizemos inicialmente um levantamento bibliográfico sobre o tema enfocando os aspectos históricos da construção do conceito infinito sob as óticas da filosofia e da matemática, pois, segundo Amadei (2005), quando nos referimos ao infinito, estas duas áreas do conhecimento são indissociáveis.

Partindo deste levantamento, elaboramos três atividades das quais uma voltada à noção de cardinalidade, ou seja, quantidade de elementos de conjuntos infinitos e duas dirigidas a conceitualização do infinito atual e infinito potencial através de paradoxos sugeridos por grandes pensadores.

II CONGRESSO INTERNO NUPE-UNISUZ (23 a 27 de novembro de 2009)

Os alunos foram divididos em grupos, pois, “juntando diversas pessoas que interagem, dialogam e refletem em conjunto, criam-se sinergias que possibilitam uma capacidade de reflexão acrescida e um aumento das possibilidades de aprendizagem mútua, permitindo, assim, ir muito mais longe e criando melhores condições para enfrentar, com êxito, as incertezas e obstáculos que surgem” (BOAVIDA & PONTES, 2002, p.3)

Desta forma criou-se um ambiente propício à discussão, reflexão e argumentação, cujos diálogos foram analisados por meio do Modelo de Estratégia Argumentativa (CASTRO & FRANT, 2002).

As categorias de análise surgiram a partir dos dados coletados. Para a análise, além dos pressupostos teóricos em relação ao conhecimento que já delineamos na introdução, utilizamos também o Modelo da Estratégia Argumentativa – MEA que segundo Frant (2001, p. 126) é:

“Um modelo alternativo para a análise do discurso em sala de aula. Buscamos interpretar a produção de significados baseados nos argumentos utilizados ao invés das palavras. O contexto de uma enunciação é fundamental para sedimentar os acordos que são a base para a ação de argumentar.”

“Os objetos do conhecimento são constituídos necessariamente na relação entre mais de um. (...) Significa que o que chamamos de conhecimento só existe à partir da interação entre indivíduos” (CASTRO & FRANT, 2002, p.54)

Resultados/discussões

Para utilização do Modelo de Estratégia argumentativa, dividimos as transcrições dos argumentos dos alunos em dois episódios: o número 1, que trata da concepção de cardinalidade de conjuntos infinitos, referente a atividade 1 e o número 2, que trata da concepção de infinito atual e potencial, referentes as atividades 2 e 3.

O Modelo de Estratégia Argumentativa

Episódio 1 - Galileu e a infinidade dos números naturais: Qual conjunto é maior (tem mais elementos: O dos números naturais, o dos pares ou dos quadrados perfeitos?)

Cardinalidade de conjuntos infinitos.

O aluno João, do grupo 3, afirmou:

“O infinito é infinito e pronto! Este negócio de infinito maior e infinito menor é bobagem[...]. Todos os conjuntos aí tem a mesma quantidade, são infinitos.”

No passado não é difícil encontrarmos grandes matemáticos como, por exemplo, Leopold Kronecker (1823 – 1891), e Henri Poincaré. Ambos foram talvez os que mais relutaram em aceitar as teorias de Cantor por terem opiniões de certa forma parecidas com as de João.

No grupo 4, encontramos a seguinte afirmação de Juca:

“O infinito dos números naturais é mais carnudo que o infinito dos números pares[...] é claro que o conjunto dos naturais tem mais elementos, tem o dobro.”

Nos parece óbvio que ele usou o termo “carnudo” para se referir à densidade e parece ser o caminho para qual a intuição nos conduz e por achar isto paradoxal e



II CONGRESSO INTERNO NUPE-UNISUZ (23 a 27 de novembro de 2009)

incompreensível que Galileu abandonou seus estudos mas, Cantor prova que Juca está errado. Os conjuntos tem a mesma quantidade de elementos.

Cantor, tentando comparar os pontos da reta com os do plano para descobrir a sua cardinalidade ficou tão espantado com os resultados que escreveu uma carta ao seu amigo Dedekind dizendo: “vejo, mas não acredito”.

Episódio 2: A lâmpada de Thompson e o Arqueiro e o alvo

Concepções com relação ao infinito atual e potencial.

O aluno Jairo, do grupo 3, argumentou: “[...] *dois minutos nunca passam na matemática*” e Aline, que compunha o grupo dele discutiu:

-“*Olha o meu relógio e você vai ver se dois minutos passam ou não...*”

Este diálogo recorre imediatamente à criação de William James (1864-1936) que, segundo Morris (1997, p.28), criou sua própria versão de “A dicotomia”, um dos paradoxos de Zenão de Eléia:

“Segundo James, 14 minutos nunca podem passar. Primeiro é preciso que sete minutos transcorram. Antes dos sete, três minutos devem passar, e antes ainda um minuto e três quartos, e assim por diante.”

Podemos notar também que Jairo acredita no infinito potencial, pois, ele acredita que à série infinita da atividade em questão, pode-se sempre acrescentar mais um termo e como consequência ela nunca chegaria ao dois. Já para Aline, que demonstra sua crença no infinito atual em sua argumentação, apesar da série ser infinita, ela termina e, portanto chega ao dois.

No grupo 4, onde a discussão era mais acirrada, pudemos perceber a seguinte argumentação sobre a reta real:

“*Existem infinitas frações entre um número e outro, mas é claro que existe uma última fração, se não, nunca passaríamos de um número para outro [...] o um nunca se tornaria dois[...]*”

Podemos notar com grande clareza que a argumentação é em prol do infinito atual e concordando com o colega outro integrante do grupo afirmou:

“*O espaço na reta entre dois números é finito e, portanto, tem um último número[...] é só descobriremos qual é.*”

E, tentando refutar as idéias dos colegas, o terceiro integrante disse que “*apesar da distância ser finita existem infinitos números entre outros dois[...] é impossível saber qual é o último*”.

Alguns grandes matemáticos ao longo da história se engajaram na tarefa de encontrar um último número e cometeram grandes equívocos como o próprio Bháskara (1114 – 1185), por exemplo, em seu livro “*Vija-Ganita*”:

“*Afirmção: dividendo 3. Divisor 0. Quociente a fração 3/0. Essa fração cujo o denominador é cifra, chama-se uma quantidade infinita. Nessa quantidade, que consiste no que tem cifra como divisor, não há alteração mesmo que seja acrescentado ou retirado; como nenhuma alteração se dá no Deus, infinito e imutável.*” (BOYER, 2000, p.152)

“*Existe um ultimo número, mas não cabe ao poder dos humanos atingi-lo; este poder só cabe aos deuses e, só eles, podem contar as estrelas no céu*” (IFRAH, 1994,



p.333).

Estas afirmações nos mostram como de fato as dificuldades encontradas hoje ao trabalharmos com conjuntos infinitos são as mesmas encontradas ao longo da história. Passaram-se quase dois mil e quinhentos anos desde que Zenão de Eléia formulou seus paradoxos e, como já eram esperadas, as dúvidas com relação a eles parecem serem as mesmas que importunaram pensadores de todas as épocas e trazem ao tema um emaranhado de complicações, já que, a experiência sensível e empírica não nos ajuda tendo em vista que nada é de fato infinito no mundo físico.

Considerações Finais

Constatamos com esta pesquisa que, corroborando com as idéias de Romano (1997), de fato quando levantamos questões acerca do infinito, cada um pode ser levado a uma idéia diferente já que o tema carece de experiências sensíveis e o conhecimento se dá de forma gradativa, passando do que é perceptível para o que é abstrato.

Não era nosso objetivo classificar respostas como certas ou erradas mas observar se, com efeito, o infinito consiste em um assunto imbricado e complexo para alunos que estão acostumados a falar em limites que tendem ao infinito ou que determinado conjunto é composto por infinitos elementos.

O conceito sobre infinito ainda consiste num obstáculo para muitos alunos que pode e deve ser ultrapassado afim de um entendimento mais claro da Matemática já que, observamos que todas as idéias conflitantes sobre o assunto se dão pela falta de conhecimento com relação à distinção entre infinito atual e infinito potencial, além de uma falta de esclarecimento relacionado às propriedades de coleções infinitas, que são diferentes daquelas dos conjuntos finitos.

Esperamos que nosso trabalho possa enriquecer e fomentar novas discussões sobre este conceito que é de fundamental importância para a ciência.

AMADEI, F. L. **O Infinito: um obstáculo no estudo da Matemática**, São Paulo: PUC, 2005.

BOAVIDA, A. M. ; PONTE, J. P. **Investigação Colaborativa: potencialidades e problemas. Refletir e investigar sobre a prática profissional**. Lisboa: 2002.

BOYER, C B. **Introdução à História da Matemática**, 2 ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2001.

BOYER, C.B. **Tópicos de História da Matemática para uso em sala de aula: Cálculo**, São Paulo, Atual editora, 1992

BUNINN,N., TSUI-JAMES, E.P, **Compêndido de Filosofia**, São Paulo, Loyola, 2002

D'AMBRÓSIO, U. **Educação Matemática: da teoria à prática**, São Paulo, Papirus, 1996

FRANT, J. B. In: Simpósio Brasileiro de Psicologia da Educação Matemática, 2001, Paraná. **Anais**. Paraná: Universidade Federal do Paraná, 2001. p. 121-134.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

IFRAH, G. **Os Números: A História de uma grande invenção**, 7 ed. São Paulo: Editora Globo S.A, 1994.

II CONGRESSO INTERNO NUPE-UNISUZ (23 a 27 de novembro de 2009)

LINS, R. C. Por que discutir teoria do conhecimento é relevante para a Educação Matemática. In: BICUDO, M. A. V. (Org.) **Pesquisa em educação matemática: concepções & perspectivas**, São Paulo: Unesp, 1999. p. 75-94.



OS SUBENTENDIDOS DAS CHARGES

Maria de Fátima da Silva
Rosália Maria Netto Prados

Resumo

O presente trabalho consiste em breve estudo sobre a teoria da análise do discurso, fundamentado em uma pesquisa bibliográfica em análise de textos verbais e não verbais aplicados em charge, bem como identificar neste gênero a ironia e o humor como estratégia de linguagem. No primeiro capítulo, pesquisamos autores sobre análise do discurso, gêneros textuais e tipos de textos verbais e não verbais. No segundo capítulo abordamos a intertextualidade, polifonia, definição do gênero textual charge, suas características, formas de apresentação e seus elementos mínimos gráficos por meio da obra de um autor que elaborou um trabalho sobre esse gênero.

Introdução

O tema deste trabalho está direcionado à análise do discurso a fim de mostrarmos os subentendidos e valores subjacentes aos textos verbais e não verbais presentes no gênero textual “charge”.

Justifica-se esse tema, pois é importante mostrarmos os subentendidos existentes nas charges e apresentar uma linguagem diferente de comunicação que não seja apenas em textos escritos. Esse gênero textual possibilita a interação do leitor com acontecimentos atuais do cotidiano por meio do humor, pois as charges são desenhos, caricaturas que formam o tema central do fato ocorrido

Nosso objetivo é mostrar que a charge é um texto de interação de comunicação que possibilita despertar o interesse do leitor por meio do humor e que ele possa refletir sobre o discurso que está subentendido no texto apresentado.

Baseamos o trabalho em um estudo de pesquisa realizada teoricamente e através de charges retiradas da internet, caracterizadas pela linguagem verbal e não verbal destes textos.

No primeiro capítulo deste trabalho, usamos como base teórica a análise do discurso e os tipos de gêneros textuais. Desenvolvemos a pesquisa fundamentada teoricamente na Análise do Discurso dos teóricos Brandão, Bakhtin, Maingueneau, Marcuschi e Koch.

No segundo capítulo usamos uma obra direcionada à charge, que mostra suas características e seus elementos gráficos mínimos.

Analisando o contexto de uma charge além de reconhecermos os subentendidos é possível fazer com que o leitor passe a se interessar pelos fatos do cotidiano, pois as charges são encontradas em jornais e revistas, tratando temas atuais, divertindo e marcando época.

Na charge podemos encontrar vários contextos, as de contexto político são as mais usadas e talvez as mais difíceis de compreender. Além disso, existe o humor, as caricaturas, as cores, fazendo como que o leitor se sinta atraído pela charge.

A metodologia da pesquisa, segundo a Análise do Discurso, proporcionou uma compreensão melhor deste gênero verbal e visual a partir de alguns exemplos de charges.

Finalmente, seguem nossas considerações finais e referências bibliográficas.



Considerações sobre o discurso para o estudo da charge

Quando falamos em discurso devemos lembrar-nos da complexidade existente nele.

Segundo Brandão (2004), o discurso carrega uma dualidade que é constitutiva da linguagem, isto é, do seu caráter ao mesmo tempo formal e atravessado por entradas subjetivas e sociais. Provoca deslocamento nos estudos linguísticos até então batizados pela problemática colocada pela oposição língua / fala que impôs uma linguística da língua.

Devido a essa problemática, os estudiosos passaram a buscar uma compreensão do fenômeno da linguagem não mais centrado apenas na língua, o sistema já situado fora desse pólo da dicotomia Saussuriana. E essa instância da linguagem é a do discurso. Ela possibilitará operar a ligação entre o nível propriamente lingüístico e o extralingüístico. O discurso é o ponto de articulação dos processos ideológicos e dos fenômenos lingüísticos.

De acordo com Brandão (2004), a linguagem enquanto discurso não constitui um universo de signos que serve apenas como instrumento de comunicação ou suporte de pensamento, a linguagem enquanto discurso é interação, é um modo de produção social, não é neutra, inocente nem natural, por isso é o lugar privilegiado de manifestação da ideologia.

A linguagem não pode ser estudada fora da sociedade, pois a linguagem é lugar de conflito, de confronto ideológico, é um elemento de mediação necessária entre o homem e sua realidade como forma de engajá-lo na própria realidade, os processos que constituem a linguagem são histórico-sociais, dessa maneira seu estudo não pode ser desvinculado de suas condições de produção.

Segundo Maingueneau (1997), os estudos lingüísticos, instaurados pelos formalistas russos, foram mais tarde nomeados como discurso. Buscando uma lógica de encadeamentos “transfrásticos”, superam a abordagem filológica ou impressionista que até então dominava os estudos da língua. O trabalho de Harris (apud Brandão, 2004) mostra a possibilidade de ultrapassar as análises confinadas meramente à frase, ao estender procedimentos da linguística distribucional americana aos enunciados e, de outro lado, os trabalhos de R. Jakobson e E. Benveniste sobre a enunciação.

Esses trabalhos apontam para a diferença de perspectiva que vai marcar uma postura teórica de uma análise do discurso de linha mais americana, de outra mais européia. Apesar de a obra de Harris ser considerada o marco inicial da análise do discurso, ela se coloca ainda como uma simples extensão da linguística.

Já na visão de Benveniste (apud Brandão, 2004) o locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor por índices específicos, dá relevo ao papel do sujeito falante no processo de enunciação e procura mostrar como acontece na inscrição desse sujeito por enunciados que ele emite. Quando ele fala em “posição” do locutor é levantada a questão da relação que é estabelecida entre o locutor, seu enunciado e o mundo, relação que estará no centro das reflexões da análise do discurso em que o enfoque da posição sócio-histórica dos enunciadores ocupa um lugar primordial.

Para Orlandi (apud Brandão, 2004), essas duas direções vão marcar duas maneiras diferentes de pensar a teoria discurso: uma que entende como sendo uma

extensão da linguística e outra que considera o enveredar para a vertente do discurso o sintoma de uma crise interna da linguística, principalmente na área da semântica.

Segundo Maingueneau (2002), considera-se que o enunciado é portador de um sentido estável, a saber, aquele que lhe foi conferido pelo locutor. Esse sentido seria decifrado por receptor que dispõe do mesmo código. Nessa concepção da atividade lingüística, o sentido estaria de alguma forma, inscrito no enunciado, e sua compreensão dependeria essencialmente de um conhecimento do léxico e da gramática da língua, o contexto desempenharia um papel periférico, fornecendo os dados que permitem desfazer as eventuais ambiguidades dos enunciados.

De acordo com Brandão (2004), o discurso é uma organização para além da frase. Isto não quer dizer que todo o discurso se manifeste por sequência de palavras de dimensões obrigatoriamente superiores à frase, mas assim que ele mobiliza estruturas de outra ordem que as da frase, formam uma unidade completa, mesmo sendo construído por uma única frase.

Segundo Maingueneau (2002), chamamos de “discurso” os enunciados solenes, ou, pejorativamente, as falas inconseqüentes. O termo pode igualmente designar qualquer uso restrito da língua: “o discurso islâmico”, “o discurso político”, “o discurso administrativo”, “o discurso polêmico”, etc.

Nesse emprego, “discurso” é constantemente ambíguo, pois pode designar tanto o sistema que permite produzir esses textos e outros ainda.

A noção de “discurso” é muito utilizada nas ciências de linguagem, por ser o sintoma de uma modificação que resulta da influência de diversas correntes das ciências humanas, reunidas frequentemente sob a etiqueta da pragmática.

A pragmática constitui, com efeito, certa maneira de aprender a comunicação verbal. Ao utilizar o termo “discurso”, é a esse modo de apreensão que se remete implicitamente.

Para Brandão o discurso é orientado não somente porque é concebido em função de uma perspectiva assumida pelo locutor, mas também porque se desenvolve no tempo, de maneira linear.

O discurso é uma forma de ação, falar é uma forma de ação sobre o outro e não apenas uma apresentação do mundo. Toda enunciação constitui um ato (prometer, sugerir, afirmar, interrogar, etc.).

Segundo Brandão (2004) não podemos dizer que o discurso intervém em um contexto como se fosse somente uma moldura, na realidade não existe discurso senão contextualizado.

O discurso contribui para definir seu contexto, podendo modificá-lo no curso da enunciação, é discurso enquanto remete a um sujeito, um Eu que se coloca como fonte de referências pessoais, temporais, espaciais e, ao mesmo tempo, indica que atitude está tomando em relação aquilo que diz sobre seu enunciado, fenômeno de “modalização”.

Ao tratar das leis do “discurso”, a atividade verbal se inscreve na vasta instituição de fala e, como todo comportamento, é regido de normas, cada ato da linguagem implica normas particulares.

Tipo textual e gênero textual: Definição



II CONGRESSO INTERNO NUPE-UNISUZ (23 a 27 de novembro de 2009)

Para Marcuschi (2005), é impossível a comunicação verbal que não seja por algum gênero e texto. Parte-se da idéia de que a comunicação verbal só é possível por meio de gênero textual.

Bakhtin (2003), afirma que onde não há texto não há objeto de pesquisa e pensamento.

Segundo Marcuschi (2005), os gêneros textuais como práticas sócio-discursivas, se compõem como atividades para atuar sobre o mundo e dizer o mundo, constituindo-se de algum modo.

De acordo com o autor, trabalhar com gêneros textuais é uma grande oportunidade de lidar com a língua e seus diversos usos no dia-a-dia, pois tudo o que fazemos linguisticamente está inteirado com algum gênero.

Para Koch (2002), a competência sócio-comunicativa dos falantes/ouvintes, permite detectar o que é adequado e inadequado em cada uma das práticas sociais. Com isso é possível diferenciar determinados gêneros de textos.

O contato com os textos da vida cotidiana, como anúncios, artigos de jornais, receitas médicas, etc., propicia a capacidade para construção e o entendimento de textos.

A definição e a funcionalidade dos gêneros textuais

De acordo com Marcuschi (2005), os gêneros textuais são fenômenos históricos vinculados à vida cultural e social, entidades sócio-discursivas que contribuem para ordenar as atividades comunicativas do dia-a-dia. Atualmente existe uma grande quantidade de gêneros textuais que surgem juntamente com a necessidade das atividades sócio-culturais e na relação com as inovações tecnológicas, diferentemente das sociedades anteriores que tinham somente a comunicação escrita.

Hoje com a cultura eletrônica, estão surgindo novos gêneros e novas formas de comunicação, tanto oral como escrita. Os gêneros textuais surgem e são inseridos nas culturas em que se desenvolvem, são caracterizados mais por suas funções comunicativas cognitivas institucionais do que por suas peculiaridades lingüísticas e estruturais, suas diversidades de formas surgem e desaparecem.

O que propiciou o surgimento de novos gêneros textuais foram as novas tecnologias, ligadas à área da comunicação. Não são das tecnologias propriamente ditas que se originaram os gêneros, mas sim pelo seu uso intenso e suas interferências nas atividades comunicativas diárias.

As novas formas discursivas nascem dos grandes suportes tecnológicos da comunicação, tais como o rádio, a televisão, o jornal, a revista, a internet, que por sua vez, propicia e abriga gêneros novos bastante característicos, tais como os editoriais, artigos de fundo, notícias, telefonema, telegramas, tele mensagens, teleconferências, videoconferências, reportagens ao vivo, cartas eletrônicas (e-mails), bate-papos virtuais (chats), aulas virtuais (aulas chats) e assim por diante.

Os gêneros que surgiram não são inovações, eles estão ancorados em outros gêneros já existentes.

Bakhtin (2003), afirma que todos os campos da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão ligados à utilização da língua. É perfeitamente compreensível que o caráter e os modos dessa utilização sejam tão variados quanto os campos da atividade humana. O emprego da língua efetua-se em forma de enunciados



II CONGRESSO INTERNO NUPE-UNISUZ (23 a 27 de novembro de 2009)

orais ou escritos, concretos e únicos, emitidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana. Os enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada campo referido, não só por seu conteúdo temático e estilo de linguagem, mas também por sua construção composicional.

Para Bakhtin (2003), os gêneros discursivos são heterogêneos, produto social e como tal é suscetível a mudanças.

Segundo Marcuschi (2005), os que surgiram no último século, criam formas de comunicação próprias com uma mistura que desafia a oralidade e a escrita, tornando inviável de forma permanente a visão de divisões existentes em muitos manuais de ensino de língua. Esses gêneros também permitem observações entre vários tipos de semioses, signos verbais, sons, imagens e formas em movimento.

A intertextualidade da charge

Para melhor compreendermos a funcionalidade que abrange o discurso e gêneros textuais, fizemos uma pesquisa do gênero textual charge, que provoca a interação entre o leitor e o tema.

Utilizando o humor juntamente com o visual, é possível remetê-lo à temática com fatos do cotidiano, contextualizado com os traços da charge.

De acordo com Romualdo (2000), o termo charge é proveniente do francês “charger”, significa carregado, exagerado, se fundamenta como uma espécie de crônica humorística tem caráter crítico, provoca o hilário, o qual é conseguido por meio do exagero.

O gênero charge articula a linguagem verbal e a não verbal. Sua caracterização se volta para um texto visual humorístico e opinativo, que faz crítica a um personagem ou acontecimento específico.

A construção da charge se baseia na inferência a outros textos verbais ou não. O que a torna única é o modo inteligente com que demonstra sua capacidade de reunir num jogo de polifonia e ambivalência, o verso e o reverso do tema abordado.

Segundo Bakhtin (2003), a polifonia se caracteriza pela oposição do autor como regente do grande coro de vozes que participam do processo dialógico.

Para Maingueneau (2002), cada indivíduo manifesta como “Eu” no enunciado, que também se responsabiliza por esse enunciado, mas esse fenômeno nos remete a um problema da polifonia que de acordo com Bakhtin, que introduziu essa noção nos estudos da literatura romanesca, desde então vem sendo utilizada nos estudos de análises dos enunciados, nas quais se percebe várias vozes simultaneamente.

Outro fenômeno utilizado na construção da charge é a intertextualidade. De acordo com Koch (2003), a intertextualidade tem uma relação com a produção e recepção de um texto que depende do conhecimento de outros textos, com os quais de alguma forma se relacionam.

Isso demonstra que todo texto é um objeto heterogêneo que tem uma relação de seu interior com seu exterior e desse exterior fazem parte outros textos.

A charge é um tipo de texto que atrai o leitor pela sua facilidade de leitura e por transmitir múltiplas informações de forma condensada.

Apesar de suas características específicas, a charge não é um texto isolado, ela possui relação com outros textos. Geralmente, se ela contém uma opinião

sobre determinado acontecimento, este dever ser um fato importante, possibilitando ao leitor a interpretação da charge.

De acordo com Maingueneau (2002), é possível compreender o processo dos enunciados que permitem a transmissão de conteúdos implícitos. Esses implícitos evidenciam o confronto do enunciado com o contexto de enunciação, que é denominado subentendido.

As relações intertextuais da charge com outros textos podem ser convergentes ou divergentes, ou seja, pode retomar a outro texto para seguir a mesma orientação de sentido proposta por ele, ou se posicionar em sentido contrário à primeira orientação.

A interpretação da charge é feita pelo leitor de acordo com seus conhecimentos. Ela focaliza uma determinada realidade, geralmente política e somente os que conhecem essa realidade podem entendê-la.

Uma de suas características é que por focalizar uma realidade específica, ela se prende mais ao momento tendo então um limite de tempo. O traço mais característico da charge é o seu caráter visual, que é desenhado e possui algumas características iguais a todos os desenhos.

Os elementos que compõem a imagem não podem ser limitados às unidades significativas ou representativas por si mesmos, pois depende de todo o conjunto para obter qualquer significado, que combinados, formam signos que estão numa relação de semelhança, no qual cada elemento terá um valor em relação ao outro.

O “contexto intra-icônico” se relaciona entre diversos elementos que compõem uma determinada figura, os elementos mínimos, nada significam isoladamente, mas combinados passam a ter uma significação.

Por meio do elemento verbal (dentro de um balão de linha comum) quanto do elemento visual (“contexto intra-icônico”) é possível perceber que existe uma disputa entre as duas crianças do texto chárigo.

O “contexto intericônico”, diz respeito à seqüência das imagens. Há charges que compõem um único quadro e outras compostas por mais de um. A leitura de um quadro após o outro terá implicações na seqüência narrativa.

Nas charges compostas por mais de um quadro, se dispõem graficamente de formas diferentes: verticalmente (de cima para baixo); horizontalmente (da esquerda para a direita); e verticalmente, com as tiras superiores precedendo as inferiores.

Percebe-se a importância do “contexto intercônico” nesses textos, pois a temporalidade é dada pela disposição gráfica dos quadros que determina a ordem seqüencial da leitura.

O jogo polifônico da charge e os “contextos intra” e “inter icônico” contribuem para levar o leitor ao riso.

No “contexto extra-icônico”, a imagem é associada aos elementos de naturezas diversas, como o tempo, idade, instrução, sociedade, cultura e ambiente em que se dá a comunicação.

Esse “contexto” pode ser dividido em dois: o “contexto situacional” envolve o conhecimento comum ao emissor e ao receptor no ato comunicativo; e o “contexto global” demonstradas por fatores culturais e espaço-temporais que são difíceis de compreender devido à diversidade entre as pessoas.



II CONGRESSO INTERNO NUPE-UNISUZ (23 a 27 de novembro de 2009)

O contexto é de grande importância para a compreensão da caricatura e da charge, pois o efeito só é alcançado se o referente for conhecido e também as demais circunstâncias.

Segundo Romualdo (2000), a caricatura é um elemento visual que constitui a charge, consiste no exagero de maneira proposital das características marcantes do indivíduo. Ela aparece frequentemente na charge, pois está ligada aos acontecimentos políticos e aparecem em seu corpo caricaturas de presidente e outras personalidades do mundo político nacional e internacional.

A palavra caricatura surgiu na Itália, na segunda metade do século XVII, originou-se do verbo caricare (carregar, acentuar e sublinhar). Mosini, em 1946, usou pela primeira vez esse vocábulo para referir-se a uma série de desenhos satíricos de Agostinho Carracci, de Bolonha, Itália, mas essa representação gráfica existe desde a antiguidade na civilização egípcia e na Grécia antiga, Pauson (séc. V a.C.) é considerado o primeiro caricaturista de que se tenha notícia.

O desenhista, por meio do uso hiperbólico das linhas, elabora a deformação caricatural. A caricatura, no início de sua existência, buscou o riso fácil, abusando do ridículo, deformando com a idéia de proporção.

Esse exagero não só transforma o caricaturado em ridículo, mas também explora os traços mais marcantes de sua personalidade, valorizando seus aspectos positivos e ridicularizando os negativos.

Apontando os traços mais marcantes de uma personalidade, a caricatura mostra o seu valor real, não somente na intensidade ou na perfeição de seu grafismo, mas no que ela nos sugere.

Com a versatilidade do caricaturista é possível vermos além do simples referente. O subjetivismo da caricatura apresenta informações que nos leva a um julgamento de valor, utilizando do ridículo como arma, a caricatura não só nos faz rir, mas também pensar.

A fisionomia do caricaturado possibilita ao leitor identificar na charge o seu referente, mas para ocorrer a identificação, o leitor deve conhecer a personalidade caricaturada ou mesmo o fato político a que se refere à charge.

De acordo com o autor, apesar de algumas charges serem constituídas pelo código visual, não é sua única característica. A charge apresenta também os códigos verbais e visuais justapostos que se auxiliam, se completam ou se contrapõem na busca da produção do sentido pretendido.

A representação do verbal nas charges segue as mesmas formas das histórias em quadrinhos. Os signos linguísticos presentes nas charges, tem por função representar a fala dos personagens (quando dentro de balões), e os diversos tipos de ruídos, aparecendo ainda, nas legendas e em figuras, componentes do quadro.

As palavras, como por exemplo, tem o seu tamanho aumentado e seu traço bem destacado, grosso, tremido ou ondulado para representar maior emoção ou entonação, medo ou grito. Com isto pode-se afirmar que o elemento linguístico passa a ter também uma função figurativa, portanto os caracteres gráficos nas charges extrapolam o campo lingüístico.

Na leitura dos balões e das letras, deve levar-se em consideração a forma como aparecem desenhadas, pois sua representação auxilia na interpretação, tanto do

conteúdo da fala como de toda a charge, ou mesmo na caracterização de um personagem.

Pode-se considerar que o humor é outro traço básico importante nos textos chárgicos. Os traços apontados revelam a capacidade de um bom chargista, pois usando sua criatividade, depois de observar com muita inteligência e analisar o acontecimento, constrói um texto crítico, contundente e revelador.

Por meio desses três últimos traços, o humor da charge revela-se pelo riso. O que interessa para o estudo do humor nas charges é a dimensão de tempo, a atualidade, a contemporaneidade com o fato ao qual ela se refere.

Com o passar dos anos, devido às transformações vividas pelo homem e a sociedade, o contexto social se modifica e por esse motivo quando revemos velhas caricaturas ou charges não compreendemos a intenção e o humor desses textos.

Para melhor entendermos a estrutura, o contexto e os subentendidos de uma charge, passaremos agora a analisar alguns exemplos atuais.



Fonte: charges online

A charge acima é composta por dois personagens, um deles está com uma mochila nas costas, pressupondo que seja uma estudante e o outro está usando trajes que em nosso contexto nos remete a uma figura de “malandro”, está atrás de um balcão onde está escrito “Vendo Provas do ENEM”.

A personagem com a mochila nas costas dirige-se ao “malandro” com uma cara de indignação e diz: “Bem Feito! A prova foi cancelada seu mané!”, pelos traços característicos e pela sua resposta irônica “Eu sei! Eu já estou vendendo reservas para a próxima!”, percebemos que o mesmo não se abateu, pois além da resposta faz uma cara de deboche.

Pelo discurso, podemos identificar que se trata do cancelamento da prova do ENEM, fato acontecido recentemente e divulgado pela mídia. Pelo discurso do “malandro”, o que está implícito nesta charge é que mesmo com a descoberta da fraude e a elaboração de uma nova prova, os “malandros de plantão” não estão abatidos, pelo contrário, mostra que estão convictos de que há uma facilidade em conseguir novamente os resultados e por esse motivo já estão vendendo reservas para a próxima prova.



Fonte: charges online

Nesta charge, encontramos dois personagens, a professora e o aluno, e pelo ambiente criado pelo chargista pressupõe-se que estão dentro de uma sala de aula e que a professora está ministrando uma aula sobre ética, pois em seu discurso esta solicita ao aluno que escreva na lousa a palavra “ética”.

O aluno, que está com uma caixa de giz na mão, pelos traços característicos, tem um gesto de quem está procurando o giz para atender ao pedido da professora, mas em seguida responde que roubaram o giz. Podemos perceber que a intenção do chargista nesse discurso é o de criticar, ironizar e satirizar a falta de ética existente no país.



Fonte: charges online

Esta charge faz referência a um fato acontecido recentemente, divulgado por todos os meios de comunicação, o que nos remete a uma intertextualidade.

Podemos observar que a charge é composta por dois personagens, mais especificamente dois estudantes conversando sobre a gripe suína. Pelos traços característicos colocados pelo chargista, indica que os alunos foram para a escola, mas não houve aula.

A epidemia de gripe suína foi um fato muito discutido e assustou muitas pessoas no Brasil e em outros países, causou grandes transtornos, as pessoas tiveram que ficar em alerta e por precaução as aulas foram adiadas.

No discurso da charge e pelos traços característicos, percebemos que os dois alunos estão preocupados e assustados com a situação, pois se até as aulas foram adiadas é porque o caso é sério. Então o chargista faz uma brincadeira, um jogo de palavras no discurso dos alunos “A gripe suína é mesmo perigosa! Matou até nossas aulas!”.



Fonte: charges online

Esta charge é composta por dois personagens, mãe e filho. Pelo discurso e pelo ambiente criado pelo chargista, podemos perceber que a mãe está no quarto do filho e quer contar uma história para ele dormir. A mãe sentada em uma cadeira, com um livro na mão e seu filho deitado na cama, ela diz que vai lhe contar a história de “Ali Babá e os Quarenta Ladrões”. Pelos traços característicos, a mesma é apanhada de surpresa com a cara de repulsa e a resposta de seu filho “Ah, mãe... Eu não aguento mais esse papo de mensalão!”.

Nesta charge, encontramos o discurso político. O chargista mostra que a corrupção está tão banalizada, tão visível e já é tão comum que até criança associa a história infantil “Ali Babá e os 40 Ladrões” aos políticos brasileiros.

Assim como vários gêneros textuais, a charge também ganhou uma versão eletrônica, são produzidas e divulgadas semanalmente por sites na internet, e que os usuários podem optar por assisti-las on-line ou baixar o arquivo e assistir a qualquer momento.

A charge animada utiliza efeitos visuais de animação e efeitos sonoros em sua apresentação. O foco da charge animada também é a mesma que a charge normal, a política, os fatos sociais, acontecimentos esportivos, etc. Porém, como todo gênero textual que ganha uma versão eletrônica, a charge animada é mais interativa e divertida, pois quando os personagens reais são nela retratadas, as vozes e gestos são igualmente representados. Músicas e efeitos sonoros são incorporados e a animação ajuda o expectador a fazer uma melhor interpretação dos acontecimentos. Mas ainda assim, é preciso que se faça a leitura entre o dito e o não dito na charge, pois da mesma forma, a charge animada requer que o expectador saiba o fato político social a que a charge faz analogia.

Considerações finais

Durante a realização desta pesquisa, pudemos concluir que a análise do discurso do gênero textual charge, revela um amplo conteúdo de conhecimento que nos faz refletir sobre análises discursivas e tipologias de gêneros. Consideramos que os teóricos definem a Análise do Discurso como uma teoria que centra o objeto de estudo no discurso e não na fala. Desta forma a charge que é um gênero textual visual, podendo ser verbal, tem um discurso que pode estar subentendido, cabendo ao leitor saber interpretá-lo por meio de seu conhecimento prévio que também envolvem questões intertextuais e polifônicas. É possível demonstrar que através do discurso, podem se caracterizar socialmente, ideologicamente e politicamente os indivíduos, permanecendo a ironia e o humor, como características desse gênero. A charge que é um importante meio de transmitir conhecimento das diversas situações do cotidiano,



II CONGRESSO INTERNO NUPE-UNISUZ (23 a 27 de novembro de 2009)

além de trabalhar com contextos diversificados, seus traços que compõem a caricatura provoca o hilário. O contexto e a interdiscursividade é o fator fundamental para o entendimento da charge, o qual provoca o humor. O discurso é o ponto de articulação dos processos ideológicos e dos fenômenos lingüísticos. Partindo desse pressuposto, a Análise do Discurso apresenta-se como uma disciplina não acabada, em constante mudança.

Referências bibliográficas

- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BRANDÃO, Helena Hatsue Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 2. ed. rev. Campinas, SP: Unicamp, 2004.
- DIONISIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel e; BEZERRA, Maria Auxiliadora. (orgs.). **Gêneros textuais & ensino**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- KOCH, Ingedore G. Villaça. **Desvendando os segredos do texto**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- KOCH, Ingedore G. Villaça. **O texto e a construção dos sentidos**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2003.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências à análise do discurso**. 3. ed. São Paulo: Unicamp, 1997.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio, In. DIONISIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel e; BEZERRA, Maria Auxiliadora. (orgs.). **Gêneros textuais & ensino**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- ROMUALDO, Edson Carlos. **Charge Jornalística: intertextualidade e polifonia: um estudo de charges da Folha de S.Paulo**. 1. reimp. Maringá: Eduem, 2000.

PARÂMETROS PARA A AVALIAÇÃO POSTURAL EM ESCOLARES COM FAIXA**ETÁRIA DE 10 A 14 ANOS****Valéria Soares da Silva****Maurício Teodoro de Souza****Jairo José Matozinho Cubas****Introdução**

O desvio postural pode ser classificado como funcional ou estrutural. Desvio estrutural é aquele cuja estrutura óssea ou articular já se encontra desalinhada e o funcional é resultado de uma postura inadequada adquirida no dia a dia devido a uma postura viciosa.

Os desvios posturais que se manifestam na população são denominados, segundo César et al (2004), como hiperlordose lombar, hiper cifose dorsal e escoliose, podendo gerar outros tipos de desvios ósseos e articulares e prejudicando a postura corporal como um todo.

A hiperlordose lombar é o aumento anormal da curva lombar, levando a uma acentuação da lordose lombar normal. Já a hiper cifose é definida como um aumento da curvatura da região dorsal. A escoliose tem como característica a curvatura lateral da coluna vertebral.

Para verificar esses desvios da coluna vertebral é preciso entender o que é uma postura dita como correta.

Na literatura diversos autores como Okuno e Frantin (2003), Mattos (2008), Miranda (2004) e Vanicula et al. (2007), afirmam existir várias definições de postura, mas explicam que a postura é uma atitude do corpo referente ao espaço em função do equilíbrio harmonioso do corpo e para se ter essa postura o indivíduo precisa utilizar pequenos esforços da musculatura e articulações, mantendo o equilíbrio dos pontos anatômicos da coluna vertebral. Explicam ainda que a coluna vertebral em sua formação possui quatro curvas fisiológicas: cervical, torácica, lombar e sacral e que havendo alguma alteração em qualquer dessas curvaturas anatômicas em relação à linha de gravidade pode-se caracterizar como desvios posturais.

Nesta pesquisa, ao se relacionar desvios posturais da coluna vertebral com escolares do sexo feminino, há o intuito de verificar os respectivos desvios presente nas mesmas em função da maturação sexual, período este onde a progressão do aumento da curvatura ocorre numa velocidade maior.

Hall (2005) relaciona essa fase de crescimento à fase escolar, pois é nesse período que as escolares estão passando por inúmeras transformações físicas, psicológicas, sociais e hormonais, é quando ocorre a primeira menstruação (menarca), atingindo a puberdade, período no qual o corpo passa por grandes transformações como: crescimento ósseo, aumento do peso corporal em tecido adiposo, desenvolvimento das mamas e do quadril.

Devido às transformações no desenvolvimento físico de adolescentes principalmente no sexo feminino é que o professor de Educação Física deve se atentar realizando programas de atividade física que oriente essas meninas na correção da postura.



II CONGRESSO INTERNO NUPE-UNISUZ (23 a 27 de novembro de 2009)

O presente estudo tem como objetivo avaliar estudantes do sexo feminino com idade 10 a 14 anos de idade, que estão se aproximando da puberdade, período de constante alterações físicas e fisiológicas e verificar as incidências de desvios da coluna vertebral. Tem ainda o objetivo de discutir de que forma o professor de Educação Física pode trabalhar na prevenção desses desvios.

Revisão Bibliográfica

A adolescência é um período compreendido pelo constante e acelerado crescimento, onde meninas passam da infância para a adolescência e em seguida à fase adulta. É nesse período de constante desenvolvimento que ocorrem as transformações físicas, psicológicas, afetivos, sociais e hormonais. Em adolescentes do sexo feminino esse período é marcado pela primeira menstruação (menarca) no qual a menina atinge a puberdade. A idade exata em que esse fenômeno ocorre depende das mudanças hormonais no corpo, geralmente acontece dos 10 até os 16 anos, segundo o dicionário de Educação Física e do esporte (BARBANTE 1994).

Lee Citado por Gallahue (2005) descreve que o estrogênio é um estimulador potente do crescimento esquelético, permitindo a caracterização e mudanças nos seguimentos do corpo como, aumento da musculatura e estatura e uma leve diminuição da flexibilidade, porém afirma que essas mudanças dependerão de outros fatores como a aptidão física.

Hall (2005) também aponta a importância do estrogênio na adolescência, sendo estimulador no que se refere ao desenvolvimento físico e ressalta que é nesse período de desenvolvimento que ocorre a maior incidência de desvios posturais, pois o aumento do quadril e desenvolvimento das mamas contribuem no desalinhamento do centro de gravidade; conseqüentemente a coluna vertebral sofre um desalinhamento das vértebras, e com isso há um enfraquecimento da musculatura, sendo mais freqüente o enfraquecimento da musculatura abdominal e inclinação pélvica ocasionando principalmente uma lordose acentuada com possíveis dores futuras.

Entretanto é importante ressaltar que esses desvios posturais nem sempre se desenvolvem na adolescência e podem se desenvolver já na infância (BARELLA et al 2000).

César et al. (2004) relacionam os desvios posturais ao aumento de dores nas costas, sendo que as que mais se destacam são causadas por hiperlordose chegando a atingir de 65% a 85% das pessoas com menos de 45 anos. Mas os autores alertam para o fato de que a dor lombar pode ser resultado de diversas causas, tais como doenças músculo esquelética, alterações neurológicas e biomecânicas ou até mesmo aspecto psicológico, variando suas causas entre os indivíduos.

Okuno e Frantin (2003) afirmam que a postura corporal adotada no dia a dia de forma incorreta acarreta alterações nos formatos da coluna vertebral, que em geral pode ser a maior causa de dores nas costas e explica que o exagero das curvaturas fisiológica da coluna, no decorrer dos anos pode trazer essas supostas dores e desconfortos. Vanicula et al (2007) vem ao encontro dos autores citados anteriormente e acrescenta que a postura corporal apresenta variações individuais decorrentes das repetição de movimentos incorretos no cotidiano e do sedentarismo.

Diversos autores corroboram ao falar sobre a postura dita como correta, para que se possa evitar os desvios posturais, decorrentes dos fatores citados a cima.



II CONGRESSO INTERNO NUPE-UNISUZ (23 a 27 de novembro de 2009)

Autores como Mattos (2008) e Miranda (2000) falam que a postura é uma atitude, um posicionamento adotado pelo corpo de maneira a sustentá-lo, desde que não haja um esforço muscular ou desequilíbrio, assim a postura correta é considerada aquela que exige um equilíbrio estático ou dinâmico e o mínimo de esforço da musculatura.

Para que haja um equilíbrio harmonioso do corpo, imagina-se uma linha de gravidade, força aplicada sobre o corpo que matém o mesmo em equilíbrio sobre o solo, podendo ser visualizado de diversos eixos ou plano anatômicos, como os eixos longitudinais, transversais, laterais ou planos, sagital e antero-posterior. Miranda (2000) ressalta ainda que ao visualizar esta linha imaginária nos permite avaliar teoricamente o equilíbrio e desequilíbrio do corpo, assim podendo ser detectado um possível desvio postural.

Perante esses dados citados acima, acompanhar a postura adotada pelo adolescente é importante, como também é detectar os desvios para que sejam corrigidos a tempo de evitar maiores transtornos na vida adulta. Teixeira (2008) afirma que a atividade física oferecida pelo professor de educação física no âmbito escolar, pode vir a ajudar na correção dos desvios posturais, porém o professor também precisa conscientizar os alunos sobre os desvios posturais e a importância da prática física na fase de crescimento momento em que ficam muito tempo sentados devido a vida escolar.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais de Educação Física Brasil (2001), apontam para o fato de que os conhecimentos adquiridos no curso de licenciatura como anatomia, fisiologia e mecânica do movimento oferecem a base teórica para que o professor de educação física trabalhe e incentive a adequação dos hábitos posturais corretos, avaliando os alunos dentro do contexto escolar. E ainda indica a importância em se orientar os alunos no conhecimento sobre o próprio corpo incentivando os exercícios físicos. Tal aspecto é reforçado por Leite (2000) que fala da importância do professor trabalhar de forma preventiva e não diagnóstica, ajudando a equipe de saúde escolar.

Para Rocha (2000) indica que a avaliação previa da postura corporal pode auxiliar muito nos casos de postura incorreta adotada pelos adolescentes, mas cita que para fazer uma boa avaliação postural temos que conhecer muito bem o que é uma boa postura. O acompanhamento do professor de educação física na avaliação pode auxiliar na prevenção e assim a descoberta de possíveis patologias ocasionadas pelos desvios posturais. O autor ressalta que para fazer a avaliação dos desvios posturais é importante, obedecer algumas fases como de preparação, aplicação dos testes e pós teste que ajudará a chegar a uma conclusão de como estão os vícios posturais dos adolescentes no decorrer do seu desenvolvimento.

Este trabalho teve como objetivo avaliar a ocorrência de desvios posturais em adolescentes do sexo feminino com idade entre 10 e 14 anos.

Materiais e método

A presente pesquisa foi realizada em uma escola do Alto Tietê de forma avaliativa e descritiva, com 60 escolares adolescentes do sexo feminino na faixa etária de 10 a 14 anos de idade cursando ensino fundamental de 5^o a 7^o séries.

II CONGRESSO INTERNO NUPE-UNISUZ (23 a 27 de novembro de 2009)

Foram distribuídos os termos de consentimento esclarecido aos pais e responsáveis contendo todas as informações sobre como iria se proceder a pesquisa em todas as etapas. Havia ainda informações sobre a vestimenta que deveria ser utilizada no momento das fotografias sendo top ou biquíni, bermuda lycra ou leg, e que as fotografias não seriam divulgadas em nenhum momento e os dados seriam utilizados única e exclusivamente para fins de análises estatísticas.

Dos 60 termos de consentimentos esclarecidos enviados aos pais, houve retorno positivo de 31, número utilizado para a pesquisa (n=31).

Com dia e hora marcados para a aplicação dos testes, a direção separou previamente o local, sendo uma sala especificamente direcionada para esse fim e para que as escolares ficassem mais a vontade.

A metodologia adotada foi proposta por Rocha (2000), Delgado (2004) e Canales (2008). Para as observações foi fixado na parede um papel de cor branca para melhor visualização, o posturógrafo (simetógrafo), posicionado de forma alinhada e nivelada. Em frente ao posturógrafo a uma distância de 2 metros foi posicionada uma máquina fotográfica digital Sony 7.2 mega pixels. As fotografias foram tiradas individualmente observando-se a vestimenta adequada.

Foram realizadas três fotografias onde as alunas estavam posicionadas atrás do posturógrafo de frente para o avaliador, em seguida de lado sendo que todas as meninas avaliadas viraram para o mesmo lado, e de costa para o avaliador. O posicionamento do corpo adotado foi a posição em pé, simétrica com braços soltos ao longo do corpo exigindo o mínimo de esforço da musculatura e pés paralelos afastados na linha dos ombros de acordo com Rocha (2000) Delgado (2004) e Canales (2008) e adotou-se para análise dos dados no que se refere a desvios posturais o proposto pelos mesmos autores.

Adotou-se como instrumento de registro uma ficha avaliativa, o nome completo da aluna, série, idade e a informação se já ocorreu a menarca e em qual idade ocorreu.

Resultados

Gráfico 1: Resultado geral das escolares avaliadas, e os desvios posturais decorrentes sendo hiperlordose, hipercifose e Escoliose.

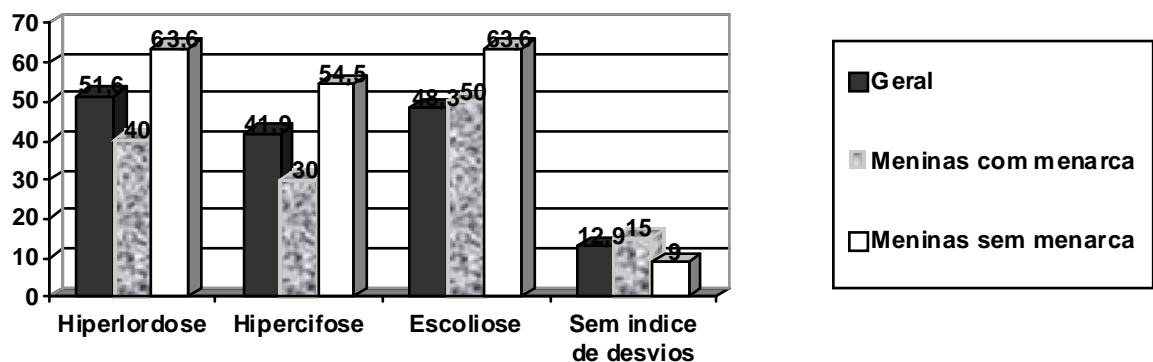
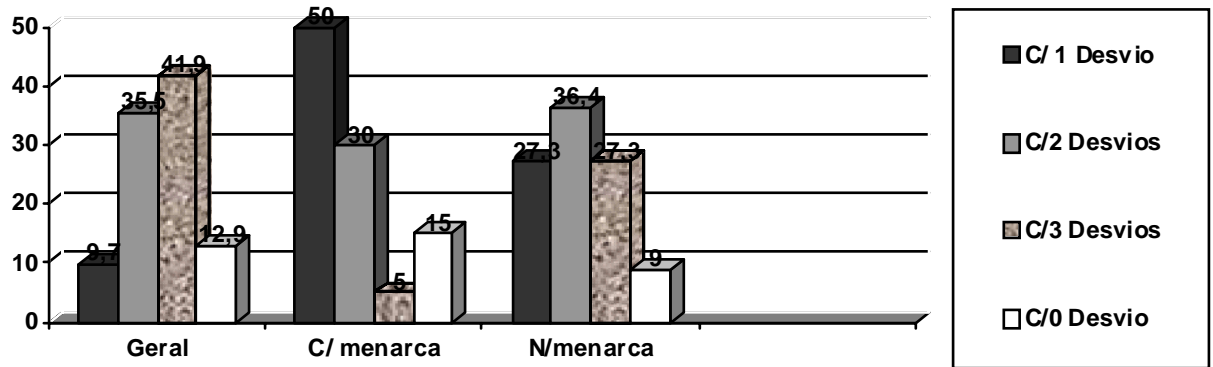




Gráfico 2: Resultados, dos desvios posturais concomitantemente podendo ser um, dois ou mais.



Discussão

Detsche et al (2001) indicam que o simetógrafo é um bom método para a avaliação de desvios posturais pois ao realizar posteriores exames, nos casos positivos, por meio de outros métodos como as radiografias, o índice de confirmação desses achados são altos.

Vale ressaltar que os resultados apresentados podem ter sido influenciados pelo baixo (n). Entretanto é importante verificar que tais resultados não refletem necessariamente problemas estruturais do esqueleto e sim desvios posturais e que eles corroboram outros estudos:

Martelli et al (2006) encontraram alterações posturais da coluna vertebral em adolescentes de 10 a 14 anos, sendo que o maior índice de postura adotada de forma errônea é principalmente a hiperlordose, mas os autores ressaltam que os resultados são relativos, pois há variações quando utilizados métodos diversos de avaliação.

Rocha (2000) também fala da preocupação com os resultados neste tipo de análise postural que, segundo ele, deve ser feita de forma cuidadosa para que a partir da avaliação o professor não diagnostique e sim tome os resultados como base para orientações, desta forma, prevenindo suas progressões, e evitando que se torne uma patologia mais agravante na fase adulta.

Detsche et. al. (2001) ao verificar as incidências de desvios lombares também encontra altos índices de hiperlordose na faixa etária de 10 a 11 anos de idade, onde as meninas estão se aproximando da puberdade e já se acostumaram a manter a postura do corpo de forma errada e como os ossos nesse momento se tornaram mais rígido a postura da coluna vertebral já se adaptou ao novo formato.

Outro achado significativo de desvios posturais presentes na literatura se refere à escoliose, realizado por Martelli et al (2006), que avaliam esse desvio e seus diversos tipos. Comparando-se os resultados de Martelli et. al (2006) com os encontrados no gráfico (1), observa-se uma grande proximidade o que valida os achados. A mesma autora indica que a prevalência mundial de escoliose em adolescentes está em torno de 1% a 21%, variações que podem ser agregadas nos seguintes motivos: sexo, sendo maior para o sexo feminino; peso corporal e estatura e ambos estão relacionados ao nível de maturação e ergonomia das escolas.

As hipercifoses também estiveram presentes nos embora não intensamente como os analisados anteriormente. No gráfico (1) verifica-se que o índice de hipercifose tem porcentagem de 41,9%, quando avaliado no geral todas as escolares, sendo que uma mesma escolar pode apresentar hipercifose, ou outros desvios concomitantes.

Detsche et al (2001) relatam os índices de hipercifose com porcentagem de 47,40%, (n=73) mas eles avaliam as meninas em diversos tipos de hipercifose como (protusão, rotação ou retração). Os motivos a qual a autora se refere a esse desvio é a tentativa das escolares esconder os seios (DETSCHER apud WEIS E MULLER 1994).

O gráfico (2) onde foi realizada a incidência concomitante de um, dois ou até três desvios. Quando analisadas todas as participantes, predomina a presença dos três desvios, mas quando separadas em dois grupos, antes e após a menarca, verifica-se que antes da menarca é homogêneo, mas após a menarca passa a predominar um único desvio.

Tal diferença pode estar relacionada às mudanças fisiológicas que ocorrem na menarca em função das acentuadas alterações hormonais comuns nesta fase. Neste



período a mulher desenvolverá ciclos denominados menstruais onde as variações hormonais cíclicas irão influenciar seu desenvolvimento. Lee citado por Gallahue (2005) explica que o estrogênio é um potente estimulador do crescimento esquelético e Detscher et al (2001) afirma que nesta fase os segmentos ósseos já estão estruturados para a fase adulta o que supostamente colaboraria para uma postura mais definida, quando comparada com a pré-menarca.

As escolas necessitam de ajustes as realidades e mudanças dos seus alunos. É fato que o processo de crescimento e desenvolvimento das crianças está se tornando cada vez mais acelerado, chega-se à adolescência mais cedo e posteriormente a vida adulta, ocorrendo assim inúmeras transformações, como as biológicas, na vida dos indivíduos. Mudanças no tamanho e na forma do corpo, nos músculos e ossos, e na velocidade que atinge, a maturidade biológica resultam em dificuldades em aceitar o seu universo físico (corporal) e os erros posturais podem estar relacionados a estrutura física inadequada da escola (FOLLE et al 2008)

Ferrini et al (2000) também atribuem parte da responsabilidade em acompanhar essa mudanças à família, profissionais da área da saúde e ao professor de educação física.

Folle et al(2008) ressaltam o papel da escola como local ideal para atuação do profissional de Educação Física não só para jogos, esportes, danças e recreação, mas também, auxiliando na educação corporal, prevenindo e orientando os desequilíbrios corporais. Podem ser encontrado nos Parâmetros Curriculares Nacionais de Educação Física Brasil (2001) e reforçado por Leite (2000) que a função do professor no que tange a saúde corporal do aluno é ampla, destacando-se o auxílio no conhecimento sobre o próprio corpo, e na correção da postura no dia a dia.

Diante dos resultados, da presença intensa dos erros posturais e da relação direta do professor com saúde corporal do aluno, pode-se dizer que a avaliação postural previne problemas maiores para o futuro, pois quanto mais precocemente se trabalhar no sentido de reeducação postural, com uma ação eficaz junto àqueles que apresentam alterações maiores, os índices e possibilidades de sucesso serão maiores, assim formando adultos conscientes de que erros e desvios posturais acarretam em problemas futuros como as dores localizadas.

A implantação de exercícios voltada á reeducação postural é defendida por Vanicula et. al (2007). Os autores dão como exemplo o uso do feedback, que consiste em o professor atentar aquele aluno sobre o mal posicionado na cadeira em sala ou até mesmo nas aulas de atividade física, além de outros momentos.

Diante dos resultados e dos referenciais bibliográficos defende-se aqui a idéia de que o professor de educação física pode utilizar-se das aulas como momentos de prevenção dos desvios posturais. Verderi (2009) sugere como práticas preventivas nas aulas, os alongamentos seguidos de fortalecimento musculares,entretanto quando o erro postural persiste, o autor indica o encaminhamento aos profissionais de saúde.

A postura inadequada nas crianças que estão na fase escolar leva ao desequilíbrio da musculatura, e a orientação dos pais e professores é importante nessa correção assim evitando deformidades permanentes. Para que ocorra detecção desses desvios posturais precocemente, sugere-se que o professor de educação física tenha em seu plano de aula anual a avaliação postural já que é por meio deste, como aqui discutido, que ocorre a prevenção e o encaminhamento.

Considerações finais

O presente estudo teve como finalidade principal avaliar escolares do sexo feminino, na fase escolar que estão se aproximando da puberdade, período de mudanças físicas e hormonais e verificar as incidências de desvios posturais da coluna vertebral, de forma que o professor de Educação Física possa trabalhar na prevenção desses desvios.

Os resultados obtidos da presente pesquisa, em função do objetivo e das discussões decorrentes, possibilitam as considerações que se seguem:

Escolares do sexo feminino em geral apresentam uma porcentagem alta de desvios posturais, como hiperlordose, hipercifose e escoliose, tendo com maior índice a hiperlordose e escoliose.

Esses desvios posturais adotados pelas escolares de forma errônea, por sua vez, podem se tornar desvios estruturais se não detectados e corrigidos a tempo.

Ao obter os resultados encontrados em meninas pode-se dizer que são valores homogêneos, mas as escolares com índice mais alto são as que não tiveram menarca, fato confirmados pela literatura, pois durante a passagem para a fase adulta ocorrem diversas transformações, período no qual os ossos já se tornaram mais rígidos assim a coluna vertebral já se adaptou ao novo formato.

Não se pode deixar de relatar outro achado do estudo, no gráfico (2) são apresentados desvios concomitantes, pois ao avaliar os desvios posturais, muitas das escolares apresentam mais de um desvio ao mesmo tempo.

Tais ocorrências podem estar relacionadas às mudanças fisiológicas presentes nessa fase, as variações hormonais irão influenciar no seu desenvolvimento, sendo estrogênio o hormônio principal que como um potente estimulador do crescimento esquelético, assim a literatura afirma que nesta fase os segmentos ósseos já estão estruturados para a fase adulta o que supostamente colaboraria para uma postura mais definida.

Após esses achados no presente estudo pode-se confirmar que existe uma correlação entre desvios postural e puberdade, pois os desvios posturais estão relacionados com a fase de crescimento e desenvolvimento das escolares.

Com as seguintes considerações podemos ressaltar a necessidade das escolas em se adaptar as necessidades dos alunos, pois é fato que o crescimento e desenvolvimento dos mesmos é cada vez mais acelerado, e com isso a mudanças de tamanho e formato do corpo, resultando na dificuldade em de sua própria aceitação. Neste sentido os erros posturais podem estar vinculados à estrutura física inadequada da escola.

Podemos ainda relacionar os erros posturais à importância do professor de educação física que deve ter em sua função a preocupação com a saúde corporal do aluno. A avaliação postural pode entrar como um importante método para prevenção desses desvios viciosos adotados pelos escolares, pois quanto mais precoce se trabalha no sentido de reeducação mais eficaz se torna.

Finalmente recomenda-se um ampliação deste trabalho em especial quanto ao número de participantes da pesquisa.



Referências Bibliográficas

- BARELA Jose Ângelo; POLASTRI, Paula Favaro; GODOI, Daniela. **Controle postural em crianças oscilação corporal e frequência de oscilação**. Rev. Paul. Educação Física. São Paulo, v.14, n.1, p. 55-54, jan/jun, 2000.
- BARBANTE Valdir J; **Dicionário de educação física e do esporte**. Editora Manole. São Paulo 1994.
- BRASIL. Educação Física/ Ministério da Educação. **Secretaria da Educação Fundamental. PCN**. 3.ed. Brasília: A Secretaria, 2001.
- CANALES,Janete Zamudio.**Fisioterapia em transtorno depressivo maior:avaliação da postura imagem corporal**.São Paulo 2008
- CÉSAR et. al. **Análise da qualidade de vida em pacientes de escola de postura**. Acta Fisiatr. p.17- 21, 2004
- DELGADO. Leonardo de arruda.**Avaliação da aptidão física**. Universidade Federal do Maranhão.São Luis 2004.
- DETSCHKE,Cíntia,et. al.**A incidencia de desvio posturais em meninas de 6 a 17 anos da cidade de Novo Hamburgo**.Revista movimento,vol.7 n15,2001
- FERRIANI, Maria das Graças C. CANO, Maria Aparecida T. CANDIDO Giovanna Teresinha, KANCHINA Amélia Sayore. **Levantamento epidemiológico dos escolares portadores de escoliose da rede pública de ensino de 1º grau no município de Ribeirão Preto**. Revista Eletrônica de Enfermagem, Goiânia, v.2, n.1, jan/jun. 2000.
- FOLLE et.al. **A incidência de desvios posturais em meninas de 6 a 17 anos**.Rev.Digital – Buenos Aires . ano13. nº 123. Ago/2008.
- GALLAHUE, David L. **Compreendendo o desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos**. 3. ed., São Paulo: Phorte, 2005.
- HALL, Susan J. **Biomecânica Básica**. 4. ed. Rio de Janeiro..Guanábana, 2005.
- LEITE, Paulo Fernando. **Fisiologia do exercício**, 4. ed. São Paulo. Robe Editorial 2000.
- MIRANDA, Edalton . **Bases de anatomia e Cinesiologia**, 3º ed. Rio de janeiro: sprint, 2004
- MARTELLI et.all. **Estudo descritivo das alterações posturais de coluna vértebras em escolares de 10 a 16 anos de idade**. Ver.brás.epidemiol.vol.9 no.1 São Paulo Mar/2006.
- MATTOS, Mauro Gomes de; e NEIRA, Marcos Garcia. **Educação Física na adolescência:construindo o conhecimento na escola**. 5. ed. São Paulo: Phorte, 2008.
- OKUNO, Emico; e FRATIN, Luciano. **Desvendando a física do corpo humano: Biomecânica** 3. ed. Barueri, São Paulo. Manole 2003.
- ROCHA, Paulo Eduardo da. **Medidas e avaliação em ciências do esporte**. 4. ed. Rio de Janeiro, Sprint, 2000.
- TEIXEIRA, Luzimar. **Atividade física adaptada e saúde: da teoria à prática**. São Paulo, Phorte, 2008
- VANICULA et. Al. **Reeducação da postura corporal**. Revista Motriz.Rio Claro,v.13,n.4, p. 305-31. out/dez. 2007.
- VERDERI, Érica Beatriz L. P. **ALTERAÇÕES DAS CURVAS DA COLUNA VERTEBRAL**. 2002. Disponível em: < www.programapostural.com.br >. Acesso em jun. 2009.

**A PRESENÇA PATERNA COMO CONDUTOR DO ESTÍMULO PARA O
DESENVOLVIMENTO ESPORTIVO NA INFÂNCIA****Valmir Rocha De Oliveira
Maurício Teodoro de Souza****Resumo**

A ansiedade causada pela presença dos pais durante as aulas de iniciação esportiva dos filhos é freqüente no dia a dia de professores de educação física. O futebol sendo a modalidade mais praticada no mundo induz alguns pais a agirem de forma errônea na iniciação esportiva dos filhos, anseios não conquistados são transferidos para os filhos, é possível visualizarmos pais a beira dos alambrados de quadras passando informações ou represálias aos filhos, assim relacionamos os fatores expostos pelo aluno durante a atividade, ao tipo de comportamento paterno, tais fatores podem ser visíveis em respostas fisiológicas como boca seca, transpiração, etc. Segundo LATORRE (2001) os tipos de comportamentos podem despertar de várias formas a receptividade do aluno e a maneira que será canalizada esta presença durante suas aulas ou jogos. A ansiedade é tida como uma característica de todo ser humano, que antecede momentos os quais o indivíduo sente medo ou apreensão, desta forma a atmosfera criada na aula de futsal, propicia todas as diretrizes da ansiedade, ou seja, crianças, professor e a figura em questão, o pai, e a maneira com a qual a criança assemelha estes sentimentos e os traduz para o desenvolvimento da atividade, é relevante quanto ao grau benéfico ou maléfico desta presença, sendo assim, a conduta paterna junto aos filhos, remete a maneira a qual a criança irá assimilar e canalizar a presença da ansiedade em sua vida e validar a mesma como benéfica ou maléfica.

Introdução

A justificativa desta pesquisa se atenuou quando durante as aulas de futsal constatamos a freqüência em que crianças desenvolvendo a atividade buscavam pela aprovação dos pais presentes na arquibancada, fato este que às vezes levava o aluno a não prestar atenção nas orientações do professor, tornando o mesmo disperso em relação às orientações, observamos também que o número de alunos nas escolinhas de futsal e pais presentes nas aulas de futsal dos filhos, teve aumento significativo após o ultimo mundial realizado no Brasil, e com ele vários tipos de comportamentos e objetivos diferentes entre os pais, os quais agiam de forma direta com o desenvolvimento do aluno durante as aulas, e assim interferindo diretamente no trabalho dos professores.

Desta forma objetivamos relacionar o desempenho dos alunos de futsal com a presença paterna durante as aulas, diagnosticar qual conduta possa estimular o aluno de forma positiva ou negativa, e averiguar a maneira a qual a criança absorvia a interferência desta figura.

A presença paterna como condutor do estímulo para o desenvolvimento esportivo na infância.

II CONGRESSO INTERNO NUPE-UNISUZ (23 a 27 de novembro de 2009)

Segundo MACHADO (apud Portella 1997) o ser humano vive e se desenvolve em sociedade, desta forma sofre influência direta na construção de suas idéias e a maneira a qual o individuo reage nas variadas situações decorrentes no processo de aprendizagem, enfatizando assim o sentimento da ansiedade desperto no aluno sob a presença paterna na iniciação esportiva do futsal.

Para SAMULSKI e VILANI (2002) os vários fatores existentes no contexto da iniciação esportiva, propõem que os pais e os técnicos são os elementos mais importantes para o desenvolvimento dos alunos.

Para TENROLLER (apud Gasparotto e Jr Morais, 2004) o futsal é a modalidade esportiva mais difundida no Brasil, desta forma pode-se afirmar que a maior parte das crianças tem ou terão contato com a modalidade em questão dentro ou fora do ambiente escolar e em algum momento irão sofrer os efeitos maléficos ou benéficos da ansiedade exercida pela presença dos pais na iniciação esportiva dos filhos, assim evidenciamos a ansiedade e a forma como ela atua no desenvolvimento dentro da iniciação do futsal

No caso da presença paterna, mesmo postada na arquibancada, age de forma direta sobre o desenvolvimento psicológico do filho e suas características, segundo MACHADO (apud Portella 1997) a maneira a qual os pais interagem com seus filhos no âmbito familiar, será de certa forma também retratada no convívio em sociedade, influenciando assim a maneira que a criança se comporta durante o período das aulas na presença dos pais, fato este que define a continuidade, o prazer e a perspectiva do aluno em relação à modalidade apresentada.

Segundo LATORRE (2001) a conduta dos pais que acompanham e participam da iniciação esportiva dos filhos podem determinar a maneira a qual os mesmos irão interagir com as outras crianças, com o professor e com ensinamentos propostos por ele, assim o autor acima citado classifica os pais de acordo com suas características: pais desinteressados, críticos, participativos e protetores.

Para MORAIS JR e GASPAROTTO (2009) a necessidade de um bom desempenho imposta pelos pais age de forma direta nos alunos sob a forma de ansiedade, pois o assedio de federações e clubes, cada vez mais por jovens atletas, despertam nos pais a ilusão prematura de que os filhos já podem ser cobrados como se fossem adultos, desta forma podemos observar a ansiedade do aluno na busca por bom desempenho para que assim conquiste a aprovação do pai, este que é visto pela criança como o espelho para suas atividades e condutas futuras.

As altas expectativas de sucesso e bom desenvolvimento, por parte dos pais, podem resultar em ansiedade para a criança, que pode acabar por não encontrar qualquer satisfação na atividade e até mesmo perder sua auto-estima.

Metodologia:

Qualitativa e descritiva

Foi elaborada por meio de filmagens dos treinos do grupo investigado que ocorriam todas as segundas e quartas feiras dentro do horário de treino das escolinhas de futsal de Ferraz de Vasconcelos. Os dados foram obtidos mediante a apresentação aos alunos dos vídeos produzidos em treinos anteriores, desta forma foi efetuada uma entrevista individual com os alunos baseada no conteúdo das filmagens voltadas para

os efeitos do comportamento paterno sobre o desenvolvimento dos filhos na iniciação esportiva.

A amostra foi composta por 80 crianças do sexo masculino na faixa etária de 8 a 10 anos, moradores da periferia, todos cadastrados na escolinha de futsal com acompanhamento regular dos pais durante as aulas, estudantes de escolas municipais dos bairros Vila Stº Antonio, Jd. Primavera, Parque São Francisco e Jardim Castelo Branco, todas em Ferraz de Vasconcelos.

Esta Localização foi escolhida devido à grande procura dos pais por vagas para seus filhos nas escolinhas de futsal já existentes no bairro da Vila Stº Antonio, onde está situada a sede da equipe profissional de futsal do E.C.Ferraz, colaborando assim para otimização da prática da modalidade.

O trabalho teve início no mês maio de 2009 com coleta das amostras e conseqüentemente as filmagens e entrevistas, o término ocorreu em junho de 2009 com a aquisição total dos dados necessários para a conclusão da pesquisa em questão.

A fundamentação se deu por meio de entrevistas individuais com os alunos, iniciadas durante a apresentação das filmagens realizadas nos os treinos, onde se caracterizou o comportamento dos pais durante as aulas de futsal de seus filhos e a influência e os efeitos deste comportamento no desenvolvimento do aluno na prática da modalidade.

Resultados e Discussão:

Tabela 1 – Presença dos pais nos treinos de Futsal.

Alternativa	Frequência	%
As vezes	58	72,5
Quase sempre	15	18,7
Sempre	7	8,7
Total	80	100%

Na tabela 1 na qual buscou-se averiguar a freqüência da presença dos pais durante as aulas de futsal de seus filhos, a alternativa “às vezes” que representa discreta participação, teve o percentual de 72,5% porém declarada como importante estímulo para a criança, quando perguntada. Já a alternativa “sempre” teve o percentual de 8,75%, que somado aos 18,7% da resposta “quase sempre”, remete a participação de uma menor parcela de pais, que caracteriza a necessidade de um maior comprometimento dos pais em relação as atividades esportivas dos filhos, pois foi evidenciado o desejo dos mesmos quando entrevistados.

Tabela 2- Comportamento dos pais durante o treino.



Alternativas	Frequência	%
Ficam quietos	42	52,5
Fazem comentários	18	22,5
Fazem xingamentos	4	5
Gritam e gesticulam	16	20
Total	80	100%

Na tabela 2 na qual o intuito foi classificar os comportamentos diversos dos pais durante as aulas. Foram identificadas quatro categorias de comportamentos e apenas um se apresenta totalmente diferente, ou seja, 52% dos pais ficam quietos sem manifestar qualquer reação que possa interferir no desenvolvimento da criança, por outro lado a soma das respostas: fazem comentários 22,5%, xingamentos 5% e gritam e gesticulam 20%, apresentam o numero de 48% e podem estar interferindo no desenvolvimento da criança. Para LATORRE (2001) a conduta dos pais que acompanham e participam da iniciação esportiva dos filhos pode determinar a maneira pela qual os mesmos irão interagir com os ensinamentos propostos pelo professor, assim o autor classifica os pais A B C D de acordo com suas características.

Tabela 3 - O comportamento paterno durante as aulas deixa a criança.

Alternativa	Frequência	%
Triste	11	13,7
Vergonha	7	8,7
Feliz	62	77,5
Total	80	100%

Com 77,5% do total de alunos entrevistados, mostrou-se que apesar dos xingamentos, comentários, dos gritos e gestos, os alunos afirmaram sentirem-se felizes com a presença paterna, indiferente ao seu comportamento as crianças relataram ficarem felizes com a presença do mesmo. Na tabela os percentuais relativos às respostas negativas a presença paterna foram: “vergonha” com 8,7% e 13,7% para resposta “triste” que somadas não interpõem sobre a felicidade relatada pelos demais alunos em ver seus pais na arquibancada. Segundo GORDILHO (apud Coqueiro e Honorato, 2000) é importante perceber que a influência dos pais não seja necessariamente negativa, e desta forma importante para a criança.

Tabela 4 – O desejo da criança em ser acompanhado por seus pais.

Alternativa	Frequência	%
Não	18	22,5
Sim	62	77,5
Total	80	100%

Os dados na Tabela 4 apresentam números que credenciam os pais a acompanharem seus filhos durante os treinos, pois a pergunta feita durante a

II CONGRESSO INTERNO NUPE-UNISUZ (23 a 27 de novembro de 2009)

entrevista, “você gosta de ser acompanhado por seu pai?”, o sim teve o percentual de, 77,5% alegando gostarem da companhia de seus pais, independente de seu comportamento, enquanto apenas 22,5% não gostam, sentindo-se incomodados com a presença do pai.

Desta forma podemos destacar que para SAMULSKI e VILANI (2002), dentre os vários fatores inclusos na iniciação esportiva, observa-se os pais como elementos importantes para o desenvolvimento dos alunos.

Tabela 5 - Sentimentos despertados na criança sob a presença dos pais.

Alternativa	Frequência	%
Não desperta nada	6	7,5
Fico nervoso	12	15
Fico contente	20	25
Fico empolgado	42	52
Total	80	100%

Na Tabela 5 a empolgação foi a resposta mais acentuada com 52,5% que somada a outra resposta positiva “contente” com 25% caracteriza a satisfação da criança sob o olhar paterno independente da maneira a qual o mesmo se comporta, e a relevância das respostas “nervoso” 15% e “não desperta nada” 7,5%, retratam de forma mínima o aspecto negativo da presença paterna. Segundo PORTELLA (2003) durante as aulas é comum as atuações paternas através de instruções, cobranças e gritos de incentivo, desta forma a reação do aluno é diretamente ligada ao comportamento do pai, pois a apreensão destilada pela criança é capaz de auxiliá-la no desempenho ou acabar por atrapalhar no desenvolvimento da mesma.

Tabela 6 – Sensações provocadas na criança por meio da presença do pai na arquibancada.

Alternativas	Frequência	%
Boca seca	7	8,7
Frio no estomago	15	18,7
Coração acelerado	36	45
Transpiração	12	15
Dores no Corpo	7	8,7
Dificuldade respiratória	3	3,7
Total	80	100%

As características físicas ou estresse apresentado pela criança na presença dos pais durante os treinos foram de vários aspectos, variando de intensidade e de canalização para o desempenho a ser atingido nas aulas.

Na Tabela 6 a resposta “batimentos cardíacos acelerados” atingiu o percentual de 45% o que explicaria o estado de empolgação e alegria obtido nas tabelas 3 e 5, a

II CONGRESSO INTERNO NUPE-UNISUZ (23 a 27 de novembro de 2009)

resposta “frio no estomago” 18,7%, “transpiração excessiva” 15%, “boca seca e dores no corpo” 8,7% , e por fim a resposta “dificuldade respiratória 3,7%, caracterizaram desta forma os diversos sintomas evidenciados na criança ansiosa.

Segundo MORAES (apud Voser e Campani 1990) ansiedade é uma característica de todo ser humano que antecede momentos os quais o indivíduo sentirá tensão, nervosismo e apreensão, tais sensações são acompanhadas de reações corporais que por várias vezes são visíveis, tais como: vazio no estômago, batimentos cardíacos acelerados, transpiração excessiva, evidenciando assim os elementos fisiológicos da ansiedade. Pode se relacionar estes aspectos da ansiedade que são apresentados pelos alunos durante as aulas de iniciação esportiva executadas na presença dos pais. Tal presença desperta o anseio na criança e a conduta dos pais durante o desenvolvimento das atividades irão determinar a forma de absorção do estímulo paternal.

Tabela 7 – Interferências no desempenho da criança sob a presença dos pais.

Alternativa	Frequência	%
Melhor desempenho	55	68,7
Menor desempenho	17	21,2
Não faz efeito	8	10
Total	80	100%

Sendo esta a pergunta mais pertinente ao tema do trabalho, averigou-se que 68,7% dos alunos entrevistados responderam que a presença dos pais melhora o desempenho durante os treinos, pois o anseio por uma boa performance na presença do mesmo se traduz por meio de um maior comprometimento da criança, buscando desta forma a realização das atividades com maior êxito, e 21,2% responderam que esta presença faz com que seu desempenho seja menor e esse déficit se apresenta segundo relato das crianças devido a se sentirem obrigados a satisfazer seus pais, e assim se atendo as orientações por eles transmitidas, fato este que os leva a não desenvolver a atividade em questão da melhor forma possível, como é sugerido pelo professor e apenas 10% enfatizaram que não sofrem efeito algum na presença de seus pais, constatando através da Tabela 7 que a presença dos pais em sua maioria aumenta o desempenho de seus filhos durante as aulas de futsal. Para TENROLLER (apud Gasparotto e Morais Jr, 2004) os alunos em algum momento irão sofrer os efeitos maléficos ou benéficos da ansiedade exercida pela presença dos pais na iniciação



esportiva dos filhos, assim evidenciamos a ansiedade e a forma como ela atua no desenvolvimento e desempenho dentro da iniciação do futsal.

Considerações finais

Com o intuito de investigar a ansiedade, causada pela presença dos pais no desempenho dos alunos de 08 a 10 anos do sexo masculino, durante o processo da iniciação esportiva do futsal, buscou-se com esta pesquisa justificar a necessidade do acompanhamento paterno, pois é de conhecimento popular a importância efetiva desta participação e assim poderia se constatar os efeitos da mesma através de uma pesquisa conclusiva.

A necessidade de constatar a ansiedade imposta por esta presença, se atenuou durante um torneio de futsal envolvendo alunos na faixa etária acima citada, desenvolvido no ginásio Paulo Jose da Cruz em Ferraz de Vasconcelos, onde os mais variados tipos de comportamentos apresentados pelos pais que ali estavam acompanhando seus filhos, despertou a indagação do quanto esta presença afetaria o desenvolvimento, pois vários episódios envolvendo crianças com medo de jogar, outras dispersas aos comandos do professor, davam conta de que sofriam algum tipo de influência externa imposta pela figura paterna.

Do grupo de estudo composto por 80 alunos, constatou-se que a maioria dos pais tinha uma discreta participação nas atividades esportivas de seus filhos, também através dos dados coletados verificou-se que entre todas as participações, o comportamento com maior índice de incidência, são os pais que ficam quietos durante o desenvolvimento da atividade proposta pelo professor, porém com pequena vantagem numérica sobre os demais comportamentos que englobam comentários, xingamentos, gritos e gestos, que acabariam por influenciar de alguma forma o desenvolvimento do aluno.

No entanto mais de 75% dos alunos descreveram se sentirem felizes com a presença dos pais durante as aulas e este mesmo número relatou desejar que os mesmos os acompanhassem com maior frequência, fazendo-se indiferente ao comportamento apresentado.

Neste grupo foram relatados vários sentimentos apresentados pelos alunos mediante a mesma presença, e dando veracidade aos dados os mesmos 75% dos entrevistados alegaram sentir empolgação ou contentamento, porém com várias sensações diferentes, pois ao serem entrevistados os alunos alegaram ter sensações corporais diferentes entre si durante as atividades executadas com a presença de seus pais, com destaque para a alternativa em que ocorria o aumento dos batimentos cardíacos que ficou com 45% dos entrevistados.

Desta forma chegou-se a conclusão de que a presença dos pais é importante para o desenvolvimento da criança, indiferente ao seu comportamento na arquibancada, e que a ansiedade imposta à criança pela presença do mesmo é absorvida de forma benéfica para a maioria das crianças dentro do seu desenvolvimento, pois 68% dos alunos alegaram um aumento em seu desempenho dentro da atividade quando assistido por seu pai e 10% do total se manifestaram indiferente a esta presença e a influência pela mesma manifestada dentro de seu desenvolvimento.



II CONGRESSO INTERNO NUPE-UNISUZ (23 a 27 de novembro de 2009)

Sendo assim afirma-se que o estereótipo paterno é eficiente como figura a ser espelhada e que indiferente ao seu comportamento mediante a atividade, a criança destaca a importância em sua vida e aponta esta figura como parte constante a se apresentar, pois se faz sempre necessária.

Assim pode-se afirmar que foi relevante a realização desta pesquisa, pois a mesma poderá elucidar os questionamentos de estudantes, acadêmicos e professores de escolinhas de futsal e até mesmo para expor os resultados aos pais de forma conclusiva a necessidade e a importância de sua participação no processo de aprendizagem esportiva de seus filhos, sabendo-se que também é necessário ampliar e expandir o tema proposto para uma comparação mais efetiva.

Referências Bibliográfica

- ANDRADE,L;GORENSTEIN,C.Aspectos gerais das escalas de avaliação da ansiedade. **Revista de psiquiatria** 1998, hcnet.usp.br
- COQUEIRO, Daniel Pereira; HONORATO,Coqueiro Noemi Peres. A psicologia aplicada às categorias de base do futebol.Revista digital efdeportes - Buenos Aires - Ano 13 - Nº 123 - Agosto de 2008
- COZAC J R.. *CEPPE*. Ago., <http://www.filhosonline.com.br/index.asp>, 2001.
- DRACTU,Luiz; LADER, Malcolm, Ansiedade- conceito, classificação e psicologia, uma interpretação contemporânea da literatura. Biblioteca virtual em saúde bireme-j.bras.psiquiatria-janeiro-fevereiro 1993
- LATORRE DLS. Influencia de la familia en el deporte escolar. *Revista Educación Física y Deportes*, v. 40, p. 7, 2001.
- MAGILL, Richard A. Aprendizagem Motora: Conceitos e Aplicações. São Paulo: Edgar Blücher, 1984.
- MORAIS JUNIOR, Amilton Rogério;GASPAROTTO,Juciano. A prática do futsal como meio de iniciação esportiva e suas implicações pedagógicas. Revista digital efdeportes-- Buenos Aires - Año 13 - Nº 128 - janeiro de 2009
- PORTELLA,Daniel Leite. A influência dos pais no rendimento da criança em competições. Revista digital efdeportes - Buenos Aires - Año 8 - Nº 57 - Fevereiro de 2003
- SAMULSKI, D. *A psicologia do esporte*. São Paulo: Manole, 2002.
- SAMULSKI, D. M; VILANI, L. H. P. Família e esporte: uma revisão sobre a influência dos pais na carreira esportiva de crianças e adolescentes. In: SILAMI, G. E; LEMOS, K. L. M. Temas atuais: educação física e esportes. Belo Horizonte: Health, 2002. cap. 7, p. 9-26.
- VOSER, Rogério Cunha;CAMPANI, Max Mello. Fatores determinantes da ansiedade em competições de iniciação esportiva. Artigo futsalbrasil.com.br/1990 sábado 21/02/09 as 11:00h.



O TEMPO DE PRÁTICA DO FUTSAL COMO FATOR MEDIADOR DA COMPOSIÇÃO CORPORAL DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL I

Vantuir Diniz

Mauricio Teodoro de Souza

Resumo

De acordo com referências a obesidade está presente entre os adolescentes e é de grande importância sua pesquisa para um trabalho preventivo.

A presente pesquisa teve como objetivo analisar o Índice de Massa Corpórea (IMC) entre alunos com diferentes tempos de prática de futsal. Para isso foram formados 4 grupos: grupo 1, com média de tempo de prática de $81,0 \pm 45,2$ dias; grupo 2, $347 \pm 15,9$ dias; grupo 3, $549 \pm 17,9$ dias e grupo 4, $1260 \pm 55,8$ dias. Todos os componentes foram mensurados quanto ao peso em Kg e altura em metro e calculado o IMC. Os resultados foram submetidos a teste estatístico de variância (ANOVA). Verificou-se que a média dos grupos estava dentro da normalidade. Diante do resultado analisou-se os grupos quanto a individualidade, destacando-se 1 garoto de 11 anos de idade praticante do futsal a 90 dias, com peso de 68 Kg e IMC de 28,3 considerado acima do normal para sua faixa etária e outro com 10 anos de idade praticante do futsal a 12 meses, que apresentou o peso de 60 Kg e IMC de 24,03 sendo ambos componentes dos grupos com menor tempo de treino. Diante da importância do sobrepeso e da obesidade na saúde do adolescente conclui-se que embora a análise dos grupos não apresentem diferenças estatisticamente significativas verifica-se a necessidade em se avaliar individualmente visando um atendimento diferenciado aos casos específicos, mesmo a média dos grupos estudados estarem dentro da normalidade.

Introdução

A obesidade e o sobrepeso são problemas mundiais que vem afetando as populações em todas as idades e com conseqüências indesejáveis. Isto por que as causas da obesidade principalmente na adolescência interferem diretamente na vida adulta, o que novamente vem ao encontro deste estudo, que visa a importância de se viver de forma saudável e prazerosa. De acordo com referências, fica claro observarmos a importância em se praticar atividades físicas no sentido de se manter uma qualidade de vida.

Para entendermos o proposto nesta pesquisa definimos como obesidade o acúmulo de gordura no tecido adiposo, com maior concentração na região abdominal e do tronco, podendo estar relacionada a fatores endógenos e exógenos. O que significa que a obesidade pode ser de origem congênita ou adquirida quer seja por hábitos irregulares de alimentação ou pela falta de regularidade na prática de atividades físicas (DÂMASO, 2001).

Segundo GONÇALVES, (2004) com a evolução da tecnologia as pessoas deixam de atentar para a importância de se praticar atividades físicas, e passam a dispensar a maior parte do tempo às atividades ociosas e aos hábitos sedentários,

fazendo com que os fatores de risco à saúde aumentem as probabilidades de se adquirir doenças cardiorrespiratórias. Com o aumento do índice de sedentarismo e da rotina diária das pessoas se tornou um fator preocupante, pois conforme a diminuição na elaboração de um conjunto de atividades físicas, ocorre paralelamente a isto, o fator doença, que é cada vez mais iminente e constante.

O intuito desta pesquisa foi analisar o IMC de praticantes de futsal e a partir dos resultados dispensar atenção aos alunos cujo rendimento se torna prejudicado devido às limitações físicas ocasionadas pelo aumento de índice de massa corpórea (IMC), e “tachados” de obesos favorecendo a prática da modalidade em conformidade com os demais do grupo.

Após a realização deste trabalho foi possível identificar os alunos com menor capacidade em desempenhar as atividades aplicadas no futsal possibilitando futuros estudos para diminuir as limitações motoras e físicas e tornar o futsal, uma possibilidade para que esses alunos dissipem esta limitação e passem a praticar a modalidade de forma satisfatória e coerente, minimizando qualquer tipo de exclusão dentro do grupo.

A relação da prática de atividade física com a composição corporal.

De acordo com FARIAS JÚNIOR, (2008) a obesidade e o sobrepeso são os principais problemas de saúde que afetam a população jovem e adulta da atualidade, não só no Brasil, mas sim em toda a população mundial. Para GARCIA, (2003) a obesidade é definida como a doença do século, se caracterizando pelo acúmulo excessivo de gordura no organismo, a qual interfere diretamente na vida saudável do indivíduo. Esse acúmulo apresenta-se na forma de tecido adiposo, mais precisamente na região abdominal e na região do tronco. No homem apresenta-se com o formato de uma maçã, devido seu acúmulo excessivo na região abdominal, seu termo técnico é “obesidade andróide”. Já na mulher, o acúmulo excessivo de gordura está presente na região do quadril e das pernas, sendo comparada a uma pêra, de acordo com a literatura é também conhecida como “obesidade ginóide”.

Segundo DÂMASO, (2001) a obesidade pode estar relacionada a fatores hereditários ou até mesmo sendo adquirida por hábitos irregulares. Essas denominações estão associadas aos fatores exógenos e endógenos, o que explica essa denominação é a forma que elas se apresentam. Os fatores endógenos compreendem a hereditariedade congênita, a psicogênica, medicamentosa, neurológica ou endócrina. O fator exógeno está relacionado a fatores ambientais, sociais, e aos hábitos irregulares de alimentação. Isso ocorre devido a inadequação do controle da alimentação das crianças por parte dos pais, bem como a falta de controle do tempo dispensado às atividades ociosas, as quais as crianças passam a maior parte do tempo, assistindo televisão e praticando jogos eletrônicos. Esses hábitos irregulares ocasionam às crianças dificuldade em se desenvolver psicomotoramente, bem como aumenta a dificuldade em socialização com outras crianças, sendo que esses fatores são de suma importância na formação das mesmas.

Outro fator importante que influencia as crianças a terem esses hábitos sedentários, é a falta de controle dos pais, que na maioria das vezes deixam de fiscalizar as crianças durante a maioria do tempo que essas passam realizando atividades ociosas, como jogar videogame excessivamente, assistir televisão por longo

período, bem como utilizar o computador várias horas por dia, atividades estas que são as principais causadoras do sedentarismo e conseqüentemente as doenças cardiorrespiratórias.

Segundo DE BEM (2003), uma criança com hábitos sedentários e alimentação irregular tende a se tornar obesa com maior facilidade do que uma criança considerada ativa para atividades físicas, as quais exija maior perda de calorias, deixando-as assim, vulneráveis às doenças cárdiorrespiratórias. Pode se dizer que crianças cujos pais são obesos e que não realizam qualquer tipo de controle da obesidade, a criança também poderá se tornar obesa, justamente pela falta de estímulo que os pais deixam de atribuir a elas para que não se tornem também “vítimas” da obesidade infantil.

A prática de atividades físicas está relacionada com a melhora da auto-estima, com bem estar físico e mental, propiciando ao indivíduo praticante, uma probabilidade maior de controlar suas ansiedades e hábitos sedentários. Com a mudança de comportamento no que tange a prática de atividade física, o indivíduo passa a controlar melhor sua alimentação e aumenta com isso a rigorosidade para que esta prática se torne constante e eficaz, obtendo com isso, uma melhor manutenção da perda de peso.

Uma forma de se mudar o quadro de ociosidade das crianças, é a aplicação de atividades lúdicas, onde com a brincadeira, a criança aprende a desenvolver suas funções cognitivas e sua aprendizagem se torna mais eficaz.

A maioria dos alunos desenvolve alguma atividade corporal fora da escola, sendo que o conteúdo mais praticado é o futsal e o futebol. Esse fator influencia na escolha dos meninos para que de acordo com as suas preferências, busquem matricular-se nas escolinhas de futsal justamente pela identificação com o essa modalidade ou até mesmo para buscar um melhor condicionamento físico (COSTA, 2005).

Diante do exposto objetivou-se estudar um grupo de alunos na escola de futsal visando analisar a incidência de sobrepeso.

Metodologia

Foram estudados 42 alunos com idade entre 8 e 12 anos, distribuídos em 4 grupos de acordo com o tempo de prática no futsal: GI com 9 alunos e média de $81,0 \pm 45,2$ dias de treino; GII com 14 alunos e média de $347 \pm 15,9$ dias, GIII com 11 e $549 \pm 17,9$ dias e GIV com 8 e $1260 \pm 55,8$ dias de treino.

Todos os alunos são oriundos da cidade de Ferraz de Vasconcelos do projeto segundo tempo de cunho social e direcionado a crianças carentes. A análise metodológica ocorreu em um prazo de 30 dias.

Após a separação dos grupos foi verificado o percentual obtido de IMC individualmente.



Resultados

TABELA I: média e desvio padrão idade, peso, altura e IMC dos alunos praticantes de Futsal divididos em grupos por tempo de prática

		DIAS	IDADE	PESO	ALTURA	IMC
G I (9)	X	81,0	10,8	39,5	1,46	20,13
	±	45,2	1,5	13,9	22,5	18,4
G II (14)	X	347,0	11,3	38,9	1,48	17,61
	±	15,9	0,9	9,3	9,1	7,7
G III (11)	X	549	10,7	35,9	1,44	17,05
	±	17,9	1	6,7	10,36	8,7
G IV (8)	X	1260,0	11,7	41,3	1,53	17,37
	±	55,8	0,7	12	31,9	26,8

Aplicando-se a análise estatística de variância ANOVA, não se obteve diferença significativa entre os grupos.

Discussão:

Como já se sabe, a obesidade infantil é um fator que pode ser de origem congênita ou adquirida, ou seja, esses fatores podem estar associados a hereditariedade ou até mesmo atribuído aos maus hábitos realizados pelas crianças. Isso ocorre devido dispensarem pouco tempo à prática de atividades físicas que estimulam o gasto de energia que possibilita a regularidade e a normalidade do organismo, ocorra o processo de desenvolvimento e de sua formação corporal (DÂMASO, 2001).

Os índices de IMC apresentados nesta pesquisa demonstram a importância de se praticar atividades físicas regulares, pois a influência dessas atividades possibilita um bem estar, bem como a manutenção do metabolismo, fazendo com que o ser humano esteja sempre com o corpo em harmonia com a mente para realizar de modo

II CONGRESSO INTERNO NUPE-UNISUZ (23 a 27 de novembro de 2009)

satisfatório todas as suas atribuições, quer seja no trabalho ou até mesmo na realização de atividades físicas (PITANGA, 2002).

Após Análise individual dos garotos de acordo com o tempo de prática do futsal, foi possível observar que os índices de massa corporal (IMC) sofreram variações de porcentagem trazendo uma diferença dentro dos grupos demonstrando a importância de se praticar atividade física regularmente.

Considerações Finais:

Consideramos com este estudo que por meio da atividade física, é possível se obter resultados satisfatórios no que diz respeito a manutenção de peso e do condicionamento físico. De acordo com a literatura estudada concluímos que a prática de atividades físicas tem fatores relevantes e positivos na redução do tecido adiposo, ou seja, influencia diretamente no controle de peso fazendo com que se torne mais significativo e regular no desenvolvimento da prática dessas atividades. Entretanto cabe ressaltar que os resultados de modo geral não sofreram variações de IMC consideráveis, o que nos direciona a realizar futuros estudos para analisarmos a conduta individual dos alunos que apresentaram variações do índice de massa corpórea (IMC), para analisarmos de forma mais precisa e específica buscando encontrar na prática do futsal um fator relevante que interfira e possibilite uma melhora no desenvolvimento e na formação corporal desses alunos, e com isso desenvolver estratégias relevantes que sejam atribuídas à qualidade de vida desses garotos.

Referências Bibliográficas

COSTA AURÉLIO M. Dificuldades encontradas por indivíduos obesos para realização das aulas de futsal disponível em <http://www.ferrettifutsal.com>, 2003.

DÂMASO, ANA R. Obesidade na infância e na adolescência. **Revista Brasileira Medicina do Esporte**. Vol. 8, N 1. disponível em <http://www.scielo.com.br> 2006.

DE BEM R.. Obesidade na adolescência **Revista Brasileira Medicina do Esporte**, disponível em <http://www.scielo.com.br> 2003.

FARIAS JÚNIOR, **Revista Brasileira de Nutrição Clínica**. A prevalência de sobrepeso em adolescentes escolares.. São Paulo, v. 21, n. 2, p. 83- 88, disponível em <http://www.scielo.br/pdf> 2006.

GARCIA, RUI PROENÇA, A estética como um valor na educação física. **Revista Paulista de Educação Física**. São Paulo: 2003, disponível em <http://www.ferrettifutsal.com>.

GONÇALVES, A. Qualidade de vida e a tecnologia, disponível em <http://www.unicamp.com.br> 2004.

PITANGA, F. J. G. Os efeitos da atividade física para crianças e adolescentes obesos, **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, v. 10, n. 3, p.49-54 disponível em <http://www.efdeportes.com.br> 2002.

A INCIDÊNCIA DO ISS NAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS OPERADORAS DE PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE**Thaymara Cristiane de Medeiros
Fernando Giacom Ciscato****Resumo.**

O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS é um imposto de competência dos Municípios, que onera a Prestação de Serviços, no entanto, os Municípios só efetivarão esta competência em seu território, mediante a existência de uma Lei Complementar Federal definidora deste imposto. Necessidade está prevista em nossa atual Constituição Federal de 1988. Visando dar cumprimento ante a exigência fixada pela Carta Maior, foi instituída a Lei Complementar nº. 116/2003 que em seu anexo dispõe sobre uma lista que especifica quais os serviços a serem tributados pelo ISS. A definição dos serviços a serem tributados pelo ISS deve ser extraída do direito civil, que o classifica em uma obrigação de fazer. Razão que incluir na lista de serviços atividades que não ostentam esta categoria é ferir gravemente preceito Constitucional. Dentre os serviços descritos na Lista, temos a inclusão das atividades desenvolvidas pelas Operadoras de Plano de Assistência à Saúde, ocorre que estas em momento algum prestam serviços – fato gerador do ISS, o que por sua vez torna o item que o prevê inconstitucional, pois ultrapassa o limite atribuído aos municípios.

Introdução.

O presente trabalho tem como objetivo abordar a da inconstitucionalidade da incidência do ISS - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza nas atividades desenvolvidas pelas Operadoras de Plano Privado de Assistência à Saúde.

Imperioso se faz analisarmos a princípio a Supremacia da Constituição Federal como base do Estado de Direito; a competência tributária atribuída aos Entes Federativos: União, Estado, Distrito Federal e Municípios, para instituir e criar tributos.

Para tanto, é necessário uma simples abordagem da evolução histórica do ISS nas primeiras Constituições brasileiras até a nossa atual Carta Maior de 1988, bem como da análise do princípio da legalidade que norteia o campo tributário.

Passadas tais considerações, traremos a comento o fato gerador necessário à incidência do ISS, bem como seu sujeito passivo e ativo, e ainda, a lista que elenca a relação dos serviços tributáveis pelo ISS.

Decorrido tais considerações passaremos a análise da atividade desenvolvida pelas Operadoras de Plano de Assistência à Saúde, e o momento em que se estabelece a relação entre estas e seu beneficiário quando da adesão a um dos planos de saúde disponíveis.

Por fim, esclareceremos a questão da inclusão desta atividade no rol de serviços tributados pelo ISS, para assim demonstrarmos a inexistência de prestação de serviços nas atividades desenvolvidas pelas Operadoras de Plano de Saúde o que por conseguinte torna inconstitucional a incidência do ISS nas atividades executadas pelas mesmas.

II CONGRESSO INTERNO NUPE-UNISUZ (23 a 27 de novembro de 2009)

Necessário e relevante à análise deste tema, pois incluir na lista de serviços atividades que não possuam essas características é ferir gravemente preceito constitucional.

Após todas estas demonstrações restarão comprovados os fatos alegados, no sentido de ser totalmente inconstitucional a incidência deste imposto nos itens da Lista de Serviços anexa a Lei Complementar n. 116/2003 que concerne às Operadoras de Plano de Assistência à Saúde, por não constituir as atividades por elas desenvolvidas em prestações de serviços.

A Competência Tributária.

A Constituição Federal é a Lei Suprema e o alicerce de uma sociedade politicamente organizada. Está no escalão mais elevado na Pirâmide de Kelsen, onde todas as demais normas são a ela subordinadas.

Ela dispõe sobre a estrutura do Estado, confere poderes, atribui competências e traça os seus limites nas garantias fundamentais individuais.

Em seu artigo 145 e seguintes, dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional, onde descreve os princípios gerais do Direito Tributário, impõe limites ao Poder de Tributar, bem como atribui competência tributária aos Entes Federativos.

A Constituição Federal não cria tributos, apenas indica qual o tributo que a cada entidade compete instituir, delimitando sua regra-matriz, espécies, quais sejam, os impostos, taxas, contribuições de melhoria, empréstimos compulsórios e demais contribuições previstas nos artigos 149 e 195 do mesmo diploma legal.

Dentre os tributos por ela previstos, delimitaremos uma de suas espécies, o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, previsto no artigo 156, III :

“Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

III - serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em lei complementar”.

Pela simples leitura do dispositivo legal, podemos verificar que a competência para criação e cobrança deste Imposto é dos Municípios, ou seja, são eles o sujeito ativo deste imposto.

Verificamos também que referida competência atribuída é contida, não se completando pela simples atribuição prevista na Carta Maior, uma vez que é necessária a existência de uma Lei Complementar Federal que o defina, assim, conforme se observa o mesmo não poderá ser criado por meio de Lei Ordinária Municipal.

Sendo assim, podemos verificar que é necessário a pré-existência de uma Lei Complementar Federal que defina este Imposto, para que assim o Município crie nos moldes da Lei Complementar o ISS em seu território.

Breve Histórico.

Têm-se conhecimento que o ISS teve seu surgimento no Egito (VALE, 1998, p. 17), sendo que a partir daí, outros países adotaram esse modelo de imposto até chegar ao Brasil de diversos modos.

II CONGRESSO INTERNO NUPE-UNISUZ (23 a 27 de novembro de 2009)

A tributação sobre Serviços no Brasil sofreu grandes modificações e adaptações desde seus primórdios até a data de hoje em consonância às modificações sofridas na sociedade.

Com a promulgação de nossa atual Constituição Federal 1988, manteve-se a exigência fixada na Constituição anterior, de ser imprescindível à existência de Lei Complementar para dispor sobre o ISS, bem como “reestruturou o sistema tributário, reatribuindo competências” (VALE, 1998, p. 25).

A atual Lei que dispõe sobre o ISS é a Lei Complementar nº 116/2003, que define os elementos necessários para que a competência dos Municípios se efetive, ou seja, a alíquota do imposto, base de cálculo, o sujeito ativo, passivo e o fato gerador do imposto.

Fato Gerador do ISS.

Nossos direitos e obrigações tributárias não surgem apenas com a existência da descrição abstrata contida em lei. Para que possam efetivamente surgir é preciso que o fato ali descrito efetivamente ocorra. Este fato descrito em lei e necessário ao surgimento da obrigação de pagar o tributo é o fato gerador.

O artigo 114 do Código Tributário Nacional, dispõe que o fato gerador da obrigação tributária “é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência”.

Pela análise da definição disposta no Código tributário Nacional, podemos entender que:

*“é **necessária** porque tal situação deverá, obrigatoriamente, ser prevista (pela lei); caso contrário, para a situação não haverá o fato gerador e, conseqüentemente, não haverá a obrigação tributária. **Suficiente** porque é suficiente, é bastante; basta estar na lei para que, ao ser praticado, surja a obrigação tributária.” (MADEIRA, 2006, p. 131).*

A partir desta análise vemos que há dois momentos distintos para a caracterização do fato gerador: a descrição abstrata (previsão legal) e a realização efetiva da situação prevista.

O artigo 1º da Lei Complementar nº. 116/2003 define o fato gerador do ISS, *in verbis*:

Art. 1º O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, tem como fato gerador a prestação de serviços constantes da lista anexa, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador.

Ocorre que nem a Constituição Federal, nem a Lei Complementar que dispõe sobre o ISS define no que consiste a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. Sendo assim, temos que nos socorrer ao que dispõe o art. 110 do Código Tributário Nacional:

Art. 110. A lei tributária não pode alterar a definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos e formas de direito privado, utilizados, expressa ou implicitamente, pela Constituição Federal, pelas Constituições dos Estados, ou pelas Leis Orgânicas do Distrito Federal ou dos Municípios, para definir ou limitar competências tributárias.

II CONGRESSO INTERNO NUPE-UNISUZ (23 a 27 de novembro de 2009)

Sendo assim o conceito dado pelo Direito Privado – Código Civil é vinculante ao Direito Tributário.

Assim, em consonância ao disposto no Código Civil, a prestação de serviços caracteriza-se como uma OBRIGAÇÃO DE FAZER, porque decorre do trabalho/esforço humano físico ou intelectual (ou a combinação dos dois), é prestado a terceiro com conteúdo econômico.

A Lei que define o ISS, traz em seu anexo um rol de atividades que sendo prestada fará nascer a obrigação de pagar o ISS, o que nos leva a concluir que a lista de serviços é taxativa em sua totalidade, não admitindo interpretação em consonância ao entendimento do Professor Luiz Emiygdio F. Rosa Junior; pois, se a Constituição determinou que a competência atribuída aos Municípios se completaria mediante a definição do Imposto por uma Lei Complementar Federal, não pode o legislador municipal inovar a lista acrescentando nela atividade não definida na Lei Federal.

Assim, o Município só terá competência para tributar sobre as atividades descritas na Lista, que constituam em efetiva prestação de serviços (obrigação de fazer) em nada podendo inovar.

Operadoras de Plano de Assistência à Saúde.

Dentre os serviços descritos na Lista anexa a Lei Complementar nº 116/2003, temos a previsão da incidência do ISS nas atividades desenvolvidas pelas Operadoras de Plano de Assistência à Saúde (item 4.22 e 4.23), *in verbis*:

“4.22 – Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.

4.23 – Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário”.

Verificamos pelo dispositivo acima, que sofrem a incidência do ISS os Planos de Saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados – credenciados.

Este credenciamento expresso no dispositivo legal, refere-se ao momento em que as Operadoras de Plano de Assistência à Saúde através de um contrato particular de Credenciamento de entidade hospitalar contrata prestadores de serviços médico-hospitalares para prestarem serviços aos beneficiários inscritos no Plano de Saúde.

As Operadoras de Plano de Saúde são empresas que a viabilizam e formalizam contratualmente a execução dos serviços médicos por profissionais – terceiros à relação, mediante a cobertura de custos assistenciais, a serem pagos diretamente ao prestador de serviços, ou seja, ela apenas disponibiliza um rol de profissionais aptos a exercerem a atividade contratada pelo beneficiário.

Esta relação existente entre as Operadoras de Plano de Saúde e o beneficiário do plano surge através de um contrato aleatório, uma vez que o objeto deste contrato refere-se à coisas futuras, cujo risco de não virem a acontecer é assumido pelas partes e cujo lucros e perdas dependem de um fato futuro e imprevisível.

II CONGRESSO INTERNO NUPE-UNISUZ (23 a 27 de novembro de 2009)

Podemos verificar claramente este contrato na relação, vez que para o contratante/beneficiário do plano de saúde, o evento é incerto em relação a utilização dos serviços médicos, haja vista que o beneficiário pode não vir a precisar e utilizar a rede de médicos disponíveis e, mesmo que dele não se utilize, a mensalidade é devida.

Em contrapartida para o Plano de Saúde, o evento incerto está quando da utilização dos serviços médicos pelos seus beneficiários, que conforme mencionado pode ou não ocorrer, e, se ocorrer surgira para estes a obrigação de cobrir os custos de assistência médico-hospitalar diretamente ao prestador.

Podemos verificar que o prestador dos serviços contratados pelo beneficiário do plano são os médicos e hospitais disponibilizados pelas Operadoras, haja vista que eles possuem habilitação técnica para o exercício desta atividade.

Assim, notamos que a obrigação que surge para as Operadoras quando da contratação de um Plano de Saúde é a obrigação de dar – “dar reembolso aos médicos” prestadores de serviços, quando da prestação destes serviços médico-hospitalares a um dos beneficiários do plano de Saúde.

Inconstitucionalidade da Incidência do ISS nas atividades desenvolvidas pelas Operadoras de Plano de Assistência à Saúde.

Conforme mencionado, as Operadoras de Plano de Saúde apenas disponibilizam uma rede de médicos e hospitais - terceiros, para prestarem os serviços de assistência médica aos seus beneficiários, quando estes dele necessitem.

Havendo a utilização dos serviços médicos, as Operadoras se obrigam a reembolsar os custos despendidos diretamente aos terceiros prestadores de serviços.

Verifica-se assim que quem efetivamente presta efetivamente estes serviços não são as Operadoras de Plano de Assistência à Saúde.

Assim, as espécies previstas nos subitens 4.22 e 4.23 elencados na lista de serviços, afronta de forma clara à legislação do ISS, pré-definida na Constituição Federal, uma vez que o fato gerador do ISS é a prestação de serviços e seu sujeito passivo o prestador destes serviços o que não será prestado pelas Operadoras, conforme passaremos a delimitar.

Terceiro Contratado.

As Operadoras de Plano de Assistência à Saúde oferecem assistência médico-hospitalar e médicos credenciados aos seus beneficiários, mediante o pagamento de mensalidade na forma do contrato estabelecido entre as parte.

Estes valores pagos mensalmente pelos beneficiários serão repassados aos prestadores de serviços médicos – terceiros para cobrir o valor despendido quando da utilização dos serviços por parte do beneficiário do plano.

Logo, as Operadoras apenas fazem a intermediação entre o beneficiário e o prestador de serviços médicos realizando a cobertura dos custos diretamente ao prestador.

Importante novamente mencionarmos que o fato gerador do ISS é a efetiva prestação de serviços e o sujeito passivo desta relação são os prestadores de serviços.

Ora, se o sujeito passivo do ISS é o prestador de serviços não assiste razão incluir os planos de saúde como prestadores de serviços, uma vez que o mesmo não é,



II CONGRESSO INTERNO NUPE-UNISUZ (23 a 27 de novembro de 2009)

porque em momento algum executa qualquer serviço médico, por não ter capacitação técnica, e nem dispor de médicos próprios para a sua prestação.

Neste sentido, é o entendimento dos Professores Sergio Pinto Martins e Rubens Miranda de Carvalho:

*“O plano não presta serviços, quem os presta é o médico, o hospital ou a clínica e não o plano de saúde. O plano permite inclusive que a pessoa utilize ou não o serviço. Só quando existe a utilização, com a efetiva prestação do serviço, é que o tributo é devido. A tributação acaba sendo feita em relação à prestação de serviços pelos médicos, hospital, clínica etc. **em razão** do plano de medicina.” (MARTINS, 2004, p. 177) (grifo nosso).*

“(…).Assim, a pretensão de tributar planos de saúde é totalmente vazia de conteúdo deôntico, visto que ao suposto da norma não corresponde o seu conseqüente, ou seja, o dever de pagar ISS, que se pretende atribuir às empresas que pratiquem a gerenciem esses planos, dos serviços de medicina, odontologia ou de paramédicos que os mesmos tenham contratado, pois não serão elas, pessoas jurídicas, mas as pessoas físicas profissionais que prestarão tais serviços.(...)” (CARVALHO, 2006, p. 167/168).

Ademais, em que pese haver pequenas obrigações de fazer por parte da Operadoras, quando do fornecimento de um encaminhamento para um dos médicos contratados, entre outras pequenas atividades, estas pequenas obrigações não estão incluídas na lista de serviços, ou seja, não constituem em sua essência a atividade fim da empresa, razão que não há o que se falar em nascimento da obrigação tributária.

Inexistência da Prestação de Serviços e da Efetiva Prestação de Serviços.

Verifica-se, portanto que inexistente prestação de serviços diretamente pelas Operadoras de Plano de Saúde. Haja vista que a atividade por elas desenvolvida é tão somente de disponibilizar uma prestação de serviços, que, se efetivada será através dos médicos credenciados pelas Operadoras.

Não se pode transmutar a definição da prestação de serviços, incluindo na lista de serviços atividade que não é.

Fato verificado pela inclusão das Operadoras de plano de Assistência à Saúde, pois não ostentam esta categoria, afrontando preceito constitucional. Neste sentido assenta o voto do Ministro Celso de Mello:

“O fato irrecusável é um só: a Constituição, quando atribui competência impositiva ao Município para tributar serviços de qualquer natureza, não compreendidos na competência das outras pessoas políticas, exige que só se alcancem, mediante incidência do ISS, os atos que se possam qualificar, juridicamente, como serviços.”(BRASIL. Superior Tribunal Federal. Recurso Extraordinário n. 116.121-3.)



II CONGRESSO INTERNO NUPE-UNISUZ (23 a 27 de novembro de 2009)

Ora, disponibilizar serviço não consiste em prestá-lo, diferem-se os dois institutos, uma vez que o primeiro consiste apenas em colocá-lo à disposição, enquanto que no segundo este serviço se efetiva, e este faz nascer o dever de pagar o ISS.

Para a incidência do ISS é necessário que ocorra a **efetiva** prestação de serviço, pois o fato gerador não surge com a potencialidade desta prestação, devendo incidir em fatos que se consumaram no mundo dos fatos.

Não é o que ocorre quando da obrigação tributária de pagar o ISS nas atividades desenvolvidas pelas Operadoras de Plano de Assistência à Saúde, uma vez que estas incidem sobre a mera potencialidade de uma prestação de serviços médico-hospitalares – terceiros contratados, que pode ser ou não prestados aos usuários, e se prestados, será efetivado através de terceiros credenciados.

Do Contrato – Atividade meio e Atividade Fim.

A prestação dos serviços médicos apenas DECORRE da existência do Contrato das Operadoras de Plano de Saúde e do beneficiário, e não no momento da sua adesão, pois não se caracteriza por si só uma prestação de serviços, isto porque a assinatura de um contrato que garante uma futura prestação de serviços, não é efetiva prestação de serviços.

Podemos verificar que existem entre as Operadoras de Plano e o beneficiário do Plano, duas etapas que se constituem em atividade meio e atividade fim.

A primeira decorre diretamente, entre estes dois – quando da contratação de um plano de saúde, a segunda ocorre entre o beneficiário do plano e o terceiro contratado – quando da utilização dos serviços médicos decorrentes da contratação, estes desenvolvem a atividade fim, uma vez que este é o objeto do contrato firmado entre as Operadoras do Plano e o beneficiário.

Sendo assim, a atividade meio (desenvolvida pelas Operadoras) por si só não existiria, pois não poderia realizar a prestação dos serviços dispostos em seu contrato.

O que verificamos, é que a previsão da incidência do ISS nas atividades desenvolvidas pelas Operadoras de Plano de Saúde, decompôs um serviço fim, tributando, por conseguinte, as etapas necessárias à obtenção desta atividade fim, neste sentido é o entendimento do Professor Aires F. Barreto:

“Alvo de tributação é o esforço humano prestado a terceiros como fim ou objeto. Não as suas etapas, passos ou tarefas intermediárias, necessárias à obtenção do fim. Não a ação desenvolvida como requisito ou condição do facere (fato jurídico posto no núcleo da hipótese de incidência do tributo). As etapas, passos, processos, tarefas, obras, são feitas, promovidas, realizadas “para” o próprio prestador e não “para terceiros”, ainda que estes os aproveitem (já que, aproveitando-se do resultado final, beneficiam-se das condições que o tornaram possível). (...). (...) somente podem ser tomadas, para sujeição ao ISS (e ao ICMS) as atividades entendidas como fim, correspondentes à prestação de um serviço integralmente considerado. No caso específico do ISS, podem decompor um serviço – porque previsto, em sua integralidade, no respectivo item específico da lista da lei municipal – nas várias ações-meios que o integram, para pretender tributá-las separadamente, isoladamente, como se cada uma delas correspondesse a um serviço autônomo, independente. Isso seria uma aberração jurídica, além de constituir-se em desconsideração à hipótese de incidência desse imposto.”. (grifo nosso) (BARRETO, 1996, p. 45).



São estes os motivos que nos levam a concluir que não há serviço efetivamente prestado e, portanto, não há o nascimento do fato gerador do ISS quando da realização das atividades exercida pelas Operadoras de Plano de Assistência à Saúde, sendo tal inclusão na lista de serviços inconstitucional.

Considerações Finais.

O Imposto sobre serviços de Qualquer Natureza – ISS não pode incidir sobre as atividades desenvolvidas pelas Operadoras de Plano de Assistência à Saúde, por ser Inconstitucional, ferindo o artigo 156, III da Carta Maior.

Durante o presente estudo, analisamos, de forma breve, as questões históricas, bem como conceituais do ISS.

Conforme delineado no trabalho, o fato gerador do ISS é a efetiva prestação de serviços, que se configura por uma obrigação de fazer e, por conseguinte o sujeito passivo desta relação são os seus prestadores de serviços.

A Lei Complementar nº. 116/03 que dispõe sobre o ISS por atribuição dada pela Carta Maior, trouxe em seu anexo uma lista dos serviços que serão tributados por este imposto, ocorre, que não pode haver a mera inserção de uma atividade rotulada como prestação de serviços na lista, visto que é necessário que a atividade incluída configure realmente uma prestação de serviços.

Entre os pontos necessários para análise quanto ao nascimento do fato gerador - a prestação de serviço, verificamos quem efetivamente presta o serviço que se pretende tributar.

Certo assim, os elementos que fazem nascer à obrigação tributária não surgem quando do cumprimento das atividades desenvolvidas pelas Operadoras de Plano de Assistência à Saúde, tendo restado evidente que a obrigação exercida por estas empresas será a obrigação de dar.

Ao longo do trabalho verificamos que quem efetivamente presta o serviço disponibilizados pelas Operadoras são terceiros contratos, ou seja, os médicos aptos para realizar esta prestação de assistência médica, ao passo que não existe prestação realizada pelas Operadoras, sendo que elas apenas disponibilizarão serviços – frisa-se: que serão cumpridas por terceiros.

O momento do surgimento da relação entre o beneficiário do plano e as Operadoras é quando da adesão de um contrato aleatório. E o município não é competente para tributar sobre contratos.

Verificamos ainda, que as atividades exercidas pelas Operadoras são atividades-meio, que não existiriam se não houvesse a atividade-fim, que consiste na prestação de serviços médicos.

Ademais, quem efetiva a prestação de serviços é o médico sob responsabilidade própria.

Por fim, tem-se que a incidência do ISS nas atividades desenvolvidas pelas Operadoras de Plano de Assistência à Saúde é inconstitucional, pois fere o preceito constitucional disposto no art. 156, III, que atribui aos municípios através de Lei Complementar instituir o Imposto sobre Serviços de Qualquer natureza.

Concluimos assim, que tributar sobre atividades que não constituam serviços, mesmo que elencados na Lei Complementar fere gravemente o preceito Constitucional,

uma vez que o arquétipo constitucional deste Imposto está descrito na Carta Maior, não podendo sofrer alteração por lei hierarquicamente inferior.

	ISS	Operadoras de Plano de Saúde
Fato Gerador:	Efetiva Prestação de Serviços	Disponibiliza Prestação de serviços médico-hospitalares: Contrato Aleatório
Sujeito Passivo:	Prestador de Serviços	Terceiro Contratado: Médicos
Obrigação Necessária:	Obrigação de Fazer	Obrigação de Dar: Reembolso / Cobertura de Custos hospitalares

Referências Bibliográficas.

CARRAZZA, Roque Antônio. **Curso de Direito Constitucional Tributário**. 14ª edição rev., ampl. e atualizada até a Emenda Constitucional n. 26/2000. São Paulo: Malheiros Editores, 2000.

MADEIRA, Anderson S. **Direito Tributário**. Rio de Janeiro: editora Rio. IOB Thomson, 2006.

MELO, José Eduardo Soares de. **ISS - Aspectos Teóricos e Práticos**. 4ª edição rev. São Paulo: Dialética, 2005.

ROSA JUNIOR, Luiz Emiygdio F. da. **Manual de Direito Financeiro e Direito Tributário**. 20ª edição rev. e atualizada. Rio de Janeiro: Renovar Editora, 2007.

SILVA, José Luiz Toro da. **Comentários à Lei dos Planos de Saúde**. 2ª edição rev. e atualizada. Porto Alegre: Síntese, 1998.

VALE, Angelita de Almeida; SANTOS, Ailton. **ISS - Comentários e Jurisprudência**. 2ª edição. São Paulo: Livraria Legislação Brasileira, 1998.

BARRETO, Aires F. "ISS – Atividade-meio e Serviço-fim". **Revista Dialética de Direito Tributário n.º. 5**. São Paulo: Dialética, 1996, p. 72 à 97.

BRASIL. Superior Tribunal Federal. Recurso Extraordinário n. 116.121-3. Ministro Celso de Mello. Tribunal Pleno, DJ. 25.05.2001.



**O NASCITURO E O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA FACE À LIBERAÇÃO
DAS PESQUISAS CIENTÍFICAS COM O USO DE EMBRIÕES**

Elisabete Fumie Tada
Renata Plaza Teixeira.

Resumo:

O Código Civil atual, em seu artigo 2º, dispõe que a personalidade civil da pessoa começa no nascimento com vida, mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro, ou seja, os que ainda não nasceram têm direitos assegurados, desde que venham a nascer com vida. Com a aprovação da Lei de Biossegurança, surgiu a dúvida se os embriões conservados no laboratório estariam protegidos, pois, acima de tudo, deveria se defender a dignidade da pessoa humana, visto que não se pode considerá-los simplesmente coisa, trata-se de embriões de seres humanos que dadas condições necessárias irão se desenvolver e se tornar uma pessoa. O que se pesquisa no presente trabalho somente demonstra que há a necessidade de delimitar o direito em prol de um bem maior que é a vida. Não poderiam ser admitidas essas pesquisas com os embriões, visto que não se trata de coisa que pode ser objeto de experiências. O risco de que essas sejam utilizadas para fins comerciais é grande, podendo resultar em um retrocesso sobre tudo o que se conquistou até hoje relativo aos direitos humanos e quanto à dignidade da pessoa humana. O objetivo do presente trabalho é analisar a partir de que momento o nascituro passa a ser considerado pessoa. Apesar de lhe serem assegurados expressamente os seus direitos, o momento a partir do qual a vida inicia não é mencionado.

Introdução:

O Código Civil atual, em seu art. 2º, dispõe que a personalidade civil do homem começa no nascimento com vida, mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro, ou seja, os que ainda não nasceram têm direitos assegurados, desde que venham a nascer com vida.

Com a aprovação da Lei de Biossegurança, surgiu a dúvida se os embriões conservados no laboratório estariam protegidos, pois, acima de tudo, deveria se defender a dignidade da pessoa humana, visto que não se pode considerá-los simplesmente coisa, trata-se de embriões de seres humanos, que dadas as condições necessárias irão se desenvolver e se tornar uma pessoa.

O nascituro possui direitos assegurados desde o momento da concepção, porém, para ter capacidade de adquirir esses direitos, deve concluir a condição de nascer com vida, somente assim se aperfeiçoa o direito, no momento em que nasce a personalidade jurídica.

Interessante que a legislação concedeu na Lei nº 11.804 de 05/11/2005, denominada Lei de Alimentos Gravídicos, o direito aos alimentos gravídicos, ou seja, enquanto a genitora estiver grávida, o genitor tem obrigação de fornecer valores para o nascituro crescer e nascer com saúde, tais valores se referem às despesas para a manutenção e eventual tratamento enquanto a mulher estiver grávida, que deverão ser custeadas pelo futuro pai e também pela futura mãe, visto que cresce o número de mulheres que foram abandonadas e registram seus filhos sem o reconhecimento de

II CONGRESSO INTERNO NUPE-UNISUZ (23 a 27 de novembro de 2009)

paternidade, mesmo não tendo condições de oferecer um crescimento saudável ao bebê enquanto este ainda está sendo gerado.

Então, mesmo antes do nascimento, o nascituro já é possuidor de direitos, sendo que logo após o nascimento, os alimentos gravídicos converter-se-ão em pensão alimentícia em favor da criança.

Com isso, o dever de prestar alimentos tornou-se uma obrigação para o desenvolvimento adequado do nascituro, que sofre com o eventual descaso do pai.

Assim, o nascituro tem assegurado o direito de receber doações, herança, alimentos, indenização por danos e ser representado antes de nascer.

A Lei nº 11.105 de 24/03/2005, denominada Lei de Biossegurança autorizou que se façam experiências com as células embrionárias congeladas há mais de três anos no laboratório, que seriam descartadas se não fossem utilizadas. De qualquer forma, tanto a utilização das células quanto o descarte acabam ferindo princípios fundamentais como a dignidade da pessoa humana e a prevalência dos direitos humanos.

A Lei de Biossegurança gerou dúvidas quanto aos direitos daqueles que ainda não nasceram, iniciando grandes debates na ordem moral, ética, política e religiosa diante de divergências na questão da vida e integridade física dos embriões, e indaga-se se devemos levar em conta milhares de vidas que se salvarão com a evolução e continuidade das pesquisas científicas com as células em prol da comunidade para descoberta de cura de doenças, ou deve-se preservar incondicionalmente a vida e a dignidade da pessoa humana, visto que o embrião não é mercadoria mesmo que ainda não implantado em útero.

Discute-se a respeito dos direitos dos embriões na área do Direito, devido aos interesses dos pesquisadores utilizarem as células embrionárias em experiências científicas com intenção de tentar melhorar a qualidade de vida daqueles que são portadores de doenças graves e poderiam ser beneficiadas com as pesquisas dessas células na busca de opções de tratamento para perseguir a cura.

Na época, debatia-se muito sobre a inconstitucionalidade do art. 5º da Lei de Biossegurança e sobre os organismos geneticamente modificados (OGM).

Aprovada a Lei, surgiu a preocupação com o poder fiscalizador e regulador sobre a matéria, devido à proibição, pela Lei de Biosegurança, da criação de embriões especialmente para pesquisas, além da proibição do descarte sem as devidas precauções quanto aos organismos geneticamente modificados, descartados no meio ambiente.

Como não há limites para o avanço da ciência, ao menos o ordenamento jurídico poderia limitar o avanço nos casos de interesses que sejam contrários ao direito do ser humano, que é o direito à vida.

O que se pesquisa no presente trabalho somente demonstra que há a necessidade de delimitar o direito em prol de um bem maior que é a vida. Uma vez que o Direito brasileiro pune o aborto indiscriminado, entende-se que não poderia ser admitido o descarte ou doação de embriões para pesquisas que não possuem embasamento para experiências cujo resultado não é assegurado, pois o procedimento assemelhar-se-ia ao crime de homicídio tipificado no Código Penal, que pune aquele que matar, se entendermos que os embriões são pessoas.



II CONGRESSO INTERNO NUPE-UNISUZ (23 a 27 de novembro de 2009)

O art. 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe que, considera-se criança, para os efeitos da Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade, concluindo-se então que o Estatuto não explica desde quando se considera criança, desde a fecundação, da concepção ou somente após o nascimento.

Inicialmente, a maior questão de conflito é sobre o momento em que o nascituro passa a ter direitos, pois doutrinas diferem quanto a essa teoria e causam divergências, trazendo vários questionamentos.

O aproveitamento das células embrionárias para experiências assemelhar-se-ia ao aborto, se reconhecida sua personalidade jurídica?

Devido às divergências entre doutrinadores que trazem confusões e preocupações após a aprovação da Lei de Biossegurança, entende-se que seja necessária a previsão, para assegurar a dignidade da pessoa humana, delimitando a partir de que momento pode-se considerar que a vida inicia.

O objetivo do presente trabalho é analisar a partir de que momento o nascituro passa a ser considerado pessoa. Apesar de lhe serem assegurados expressamente os seus direitos, o momento a partir do qual a vida inicia não é mencionado.

Mas afinal, o nascituro é considerado pessoa? Pois para ser sujeito de direitos é necessária a existência da pessoa.

Se o nascituro é pessoa a partir da sua concepção, poderia lhe ser retirado o direito à sua própria vida, como no caso do aborto ou se ainda está *in vitro*?

São questões que surgem com o decorrer da pesquisa e buscamos a resposta em várias doutrinas e jurisprudências.

Desenvolvimento:

Para obtermos respostas a essas questões tão polêmicas, primeiramente conceituaremos o que é o nascituro.

Pesquisaremos o que entendem as doutrinas referentes aos direitos daqueles que ainda não nasceram quanto à sua capacidade e personalidade.

A seguir, estudaremos os direitos que o nascituro obtém, cumprido o requisito de nascer com vida.

Em seguida, comentaremos a Lei de Biossegurança independentemente de sua denominação, qual seja, nascituro, concebido, zigoto, embrião ou feto.

Considerações Finais:

A pesquisa consistirá em compilação, onde vários autores que escreveram sobre o tema do nascituro opinaram, e também pelo método de comparações entre as duas doutrinas (natalista e concepcionista) a fim de verificar semelhanças e divergências entre os fenômenos jurídicos, com a exposição dos autores sobre o tema, o que permitirá organizar a sequência de observações que serão ainda descritas.

Tentaremos, com a pesquisa, levantar os problemas relacionados ao tema e trazer opções para soluções sobre esse assunto tão atual que reflete no futuro das gerações vindouras.

Referências:



II CONGRESSO INTERNO NUPE-UNISUZ (23 a 27 de novembro de 2009)

- CARNEIRO FILHO, Luís Inácio. **Direito do nascituro a alimentos**. São Paulo: Dissertação (Mestrado em Direito) – PUC/SP, 2008.
- CHAVES, Benedita Inêz Lopes. **A tutela jurídica do nascituro**. São Paulo: LTR, 2000.
- COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Civil**, v. 2. São Paulo: Saraiva, 2004.
- CUNHA, Sérgio Sérvulo. **Dicionário Compacto do Direito**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
- DINIZ, Maria Helena. **O estado atual do Biodireito**, 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
- FERRAZ, Sergio. **Manipulações biológicas e princípios constitucionais: uma introdução**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1991.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.
- FIUZA, César. **Direito Civil: curso completo**, 10. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.
- GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**, v. IV: Responsabilidade Civil. São Paulo: Saraiva, 2007.
- KELSEN, Hans. **O que é justiça? A justiça, o direito e a política no espelho da ciência**. Tradução de Luís Carlos Borges, 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- LEITE, Eduardo de Oliveira. **Procriações artificiais e o direito** (aspectos médicos, religiosos, psicológicos, éticos e jurídicos). São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995.
- MIRANDA, F.C.Pontes de. **Tratado de direito privado**. Parte Geral. 2. ed. Rio de Janeiro: Borsoi, 1954.
- MONTEIRO, Washington de Barros. **Curso de Direito Civil**. Parte geral. São Paulo: Saraiva, 2007.
- MONTORO, André Franco e FARIA, Anacleto de Oliveira. **Condição jurídica do nascituro no direito brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 1953.
- MOREIRA, Márcio Martins. **A teoria personalíssima do nascituro**. São Paulo: Livraria Paulista, 2003.
- PUSSI, William Artur. **Personalidade jurídica do nascituro**, 2. ed. São Paulo: Juruá, 2008.
- RÁO, Vicente Paulo Francisco. **O Direito e a vida dos direitos**. 5. ed. São Paulo: RT, 1999.
- SANTOS, Maria Celeste Cordeiro Leite dos. **Imaculada Concepção. Nascendo in vitro e morrendo in machina**. Aspectos Históricos e bioéticos da procriação humana assistida no Direito Penal comparado. São Paulo: Acadêmica, 1993.
- SEMIÃO, Sérgio Abdalla. **Os direitos do nascituro: aspectos cíveis, criminais e do Biodireito**, 2. ed, Revista atualizada e ampliada. Belo Horizonte: Del Rey, 2000.
- SILVA, De Plácido e. **Vocabulário jurídico**. v. III. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1975.
- SOUZA, Carlos Aurélio Mota de. **Direitos humanos, urgente!** São Paulo: Oliveira Mendes, 1998.
- SPONVILLE, André Comte. **O capitalismo é moral?** São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- ZAINAGHI, Maria Cristina. **Os meios de defesa dos direitos do nascituro**. São Paulo: LTR, 2007.
- Acórdão não publicado referente à Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 3.510-0. Disponível em: <http://jusvi.com/files.com/files/document/pdf_file/003/2039/adi3510relator.pdf>
- DIAS, Maria Berenice. Capa - **Alimentos Gravídicos**. São Paulo: Revista dos Tribunais – Ano IX – nº 56 – Novembro/Dezembro 2008. p. 04.



FACULDADE UNIDA DE SUZANO

II CONGRESSO INTERNO NUPE-UNISUZ (23 a 27 de novembro de 2009)

A INICIATIVA INSTRUTÓRIA DO JUIZ NO INQUÉRITO POLICIAL E NA INSTRUÇÃO CRIMINAL.**Rogério Rodrigues da Silva****Ana Paula de Péta****Resumo**

A iniciativa instrutória do Juiz sempre foi muito importante para o ordenamento jurídico por tratar de assuntos inerentes a liberdade da pessoa humana. Desde a antiguidade o homem vem aperfeiçoando o sistema de produção de provas e a busca pelo que chamamos de paz social como interesse da sociedade. Um dos momentos mais marcantes da produção de provas foi à época da inquisição, marcada por abusos da igreja contra os hereges que não possuíam meios de provar sua inocência, submetidos à tortura muitas vezes confessavam crimes que não haviam cometido. De acordo com a evolução da sociedade as leis devem ser modificadas a ponto de regulamentar seus interesses com objetivo de manter a paz social, logo a iniciativa instrutória do Juiz com o advento da Lei nº 11.690 de 11 de agosto de 2008, trouxe divergências envolvendo as provas produzidas no inquérito policial e sua ratificação durante a instrução criminal. Muitos doutrinadores passaram a entender que o Juiz produzindo provas durante a fase investigatória, se investe na figura de acusador, violando assim o sistema acusatório público, privando também o réu de sua defesa, ferindo o contraditório. Mas outra parte da doutrina entende que o Juiz deve possuir um papel mais ativo do processo para que alcance o verdadeiro interesse do processo penal que é a paz social. Logo, o foco principal desta pesquisa é a produção de provas de ofício antes de iniciada a ação penal, visando à compreensão de tais divergências através das características do sistema inquisitivo no inquérito policial, o sistema acusatório e a Constituição Federal, o Código de Processo Penal e sua recepção com o advento da Constituição Federal e por fim buscaremos expor hipóteses para resolução dos conflitos. Visando assim esclarecer as divergências acerca do tema.

Introdução

Com o advento da Lei nº 11.690 de 11 de agosto de 2008, divergências doutrinárias surgiram acerca do tema.

A iniciativa instrutória do Juiz deve obedecer às regras estabelecidas pelo devido processo legal, ou seja, respeitar o princípio do contraditório, da ampla defesa, da imparcialidade, da verdade real dos fatos, do estado de inocência etc.

O artigo 156, I do Código de Processo Penal, permite que o magistrado ordene, mesmo antes de iniciada a ação penal, a produção de provas que sejam consideradas urgentes e relevantes, observando a necessidade, adequação e proporcionalidade da medida.

O assunto em questão é de fundamental importância ao ordenamento jurídico, pois a falta da devida aplicação do artigo ao caso concreto pode ocasionar desrespeito aos princípios constitucionais. Alguns doutrinadores entendem que o Juiz ao determinar à produção de provas antes de iniciada a ação penal, sem atentar-se aos requisitos necessários, pode tornar-se um Juiz inquisidor, ou seja, acusando, defendendo e julgando na persecução penal, deixando de ser imparcial ao processo.

II CONGRESSO INTERNO NUPE-UNISUZ (23 a 27 de novembro de 2009)

Entretanto, outra parte da doutrina entende que o Juiz ao produzir provas durante a persecução penal, ou antes, dela, não se torna inquisidor, pois busca apenas uma apuração mais completa dos fatos.

Sistemas Processuais Penais.

O sistema acusatório privado surgiu com intuito de colocar o autor e réu em pé de igualdade, ficando marcado pelo direito ao contraditório, pois até então o acusado não possuía o direito de apor-se as provas que lhe eram imputadas, o réu apenas era arremessado a um lago, com mãos e pernas amarradas, onde sua absolvição seria a sair do fundo do lago com vida. Pois acreditava-se que se fosse inocente, Deus o libertaria. Portanto, a possibilidade de contradizer as provas nesta fase foi uma revolução. O acusador passou a ser obrigado e mostrar as provas em praça pública para que o acusado apresentasse sua defesa. O julgamento ficava sob a responsabilidade do povo, que absolvía ou condenava o acusado. Mas com o passar dos anos notou-se varias falhas, tais como: o suborno por parte de um membro da elite local, para que uma testemunha de um delito não oferecesse a acusação, restando assim impune; alguns apenas por vingança ofereciam falsas acusações; o acusado respondia o processo em liberdade podendo assim destruir provas e ameaçar testemunhas.

Com isso o sistema acusatório privado foi substituído pelo sistema inquisitivo, que concentrava a iniciativa do processo ao Juiz de ofício, visando acabar com acusações indevidas, proporcionando a devida aplicação da justiça, e para evitar os erros cometidos pelos sistemas anteriores a função de acusar, defender e julgar ficava concentrada nas mãos de uma única pessoa, o Juiz. As testemunhas de acusação eram secretas, para evitar que fossem ameaçadas, e a pratica da tortura passou a ser considerada a rainha das provas.

O sistema inquisitivo foi então substituído pelo sistema Misto que surgiu após a Revolução Francesa, unindo características dos dois sistemas, sendo uma primeira fase inquisitiva, pois a investigação é secreta e a segunda fase contraditória admitindo-se o exercício do direito de defesa.

Já o sistema acusatório Público surgiu com o advento da Constituição Federal de 1988, criando a instituição do Ministério Público como responsável pela propositura da ação penal, concedendo a constituição de advogado dativo ou constituído, sujeitos ao julgamento de um Juiz imparcial com iniciativa instrutória para alcançar a verdade real dos fatos.

Características do Sistema Inquisitivo no Inquérito Policial

O artigo 20 do Código de Processo Penal assegura o sigilo necessário para elucidação do fato ou exigido pelo interesse da sociedade, ou seja, a autoridade policial pode manter o sigilo necessário para manter a segurança de suas investigações. Característica considerada pela maior parte da doutrina como inquisitiva. Entretanto, vale-se ressaltar que a Súmula Vinculante nº 14 concede ao advogado o acesso aos elementos probatórios de procedimento investigatório desde que já documentos e que digam respeito ao exercício do direito de defesa.

Não objetivando presumir má fé do advogado, observamos que o advogado ao obter acesso aos elementos probatórios, poderá orientar seu cliente, e este tomando

II CONGRESSO INTERNO NUPE-UNISUZ (23 a 27 de novembro de 2009)

conhecimento dos elementos probatórios que lhe estão sendo imputados, pode ameaçar testemunhas, destruir provas, comprometendo em parte o sigilo protegido pelo dispositivo legal.

O artigo 10, § 1º do Código de Processo Penal dispõe que a autoridade Policial devesse encaminhar um minucioso relatório e encaminhá-lo para o Juiz competente. Assim alguns doutrinadores passaram a questionar a competência, alegando que o Ministério Público possui a legitimação para propositura da ação penal logo, a ele caberia o recebimento do relatório final do Inquérito Policial. Mas, na prática tal competência não viola princípios constitucionais, pois o Juiz ao receber encaminha ao Ministério Público. O artigo 34 do Projeto de Lei do Senado nº 156 de 2009, visa adequar tal competência, transferindo o recebimento para o Ministério Público.

O Sistema Acusatório e a Constituição Federal

A Professora Ada Pellegrini Grinover entende que o Juiz ao produzir provas antes de iniciar a ação penal torna-se um Juiz Inquisidor, violando o Sistema Acusatório garantido pela Constituição Federal.

“Tanto no processo penal quanto no civil a experiência mostra que o Juiz que instaura o processo por iniciativa própria acaba ligado psicologicamente à pretensão, colocando-se em posição propensa a julgar favoravelmente a ela. Trata-se do denominado processo inquisitivo, o qual se mostrou sumamente inconveniente pela constante ausência de imparcialidade do Juiz.” (GRINOVER, 2004, pg.58).

Já o Professor Marcos Alexandre Coelho Zilli, diz: “(...) a atuação pessoal do Juiz, na busca por dados acobertados pelo sigilo, quebraria a integridade do processo penal acusatório, abraçado pelo legislador constituinte, notadamente por instituir a figura de um Juiz inquisidor, comprometendo, destarte, além de sua imparcialidade, a publicidade dos atos processuais.” (ALEXANDRE Coelho Zilli, 2003, pg.10).

Ao contrário senso, o Professor José Roberto dos Santos Bedaque nos ensina que para assegurar a igualdade entre os litigantes no processo, várias medidas vêm sendo adotadas pelo legislador processual, entre elas o reforço do poder instrutório do Juiz. Pois somente com um comportamento ativo, o julgador conseguirá garantir a igualdade real entre as partes. (BEDAQUE, 1994, pg.72)

Assim pactuando com o entendimento do Professor José Roberto dos Santos Bedaque, o Professor Vicente Greco Filho ao examinar o texto constatou que o artigo atribui primeiramente, a iniciativa probatória para as partes, e depois ao Juiz para dirimir dúvida sobre ponto relevante, ou seja, ponto já colocado, sobre o qual já houve atividade probatória, mas restou duvidoso. Assim, podemos dizer que no processo penal, os poderes instrutórios do Juiz, quanto à determinação de provas de ofício, são poderes complementares à iniciativa das partes que têm o ônus originário de requerer ou propor as provas pertinentes. (GRECO FILHO, 2009, pg.206)

Buscando esclarecer a divergência acerca do tema, o Professor José Roberto dos Santos Bedaque menciona:

“Ademais, quando o Juiz determina a realização de alguma prova, não tem condições de saber, de antemão, seu resultado. O aumento do poder instrutório do julgador, na verdade, não favorece qualquer das partes. Apenas proporciona uma apuração mais completa dos fatos, permitindo que as normas de direito material sejam

atuadas corretamente. E tem mais: não seria parcial o Juiz que, tendo conhecimento que a produção de determinada prova possibilitará o esclarecimento de um fato obscuro, deixe de fazê-lo e, com tal atitude, acabe beneficiando a parte que não tem razão? Para ele não importa quem vença o autor ou réu. Importa, porém, que saia vitorioso aquele que efetivamente tenha razão, ou seja, aquele cuja situação da vida esteja protegida pela norma de direito material, pois somente assim se pode falar que a atividade jurisdicional realizou plenamente sua função.” (BEDAQUE, 1994, pg.80).

A utilização de provas da fase inquisitiva no sistema acusatório.

O Professor Guilherme de Souza Nucci nos ensina que a livre apreciação da prova não significa uma livre convicção. Em suma, o Juiz possui a liberdade de examinar e atribuir valores às provas, mas está atrelado a elas no tocante à construção de seu livre convencimento em relação ao deslinde da causa, devendo atribuir a fundamentação expondo as razões pelas quais chegou ao veredicto. O legislador indica a fonte principal, em que o Magistrado colhe os elementos probatórios ocorridos durante a instrução, sob o crivo do contraditório e da ampla defesa, entretanto, não descartou a hipótese de extração de elementos de prova advindos da fase investigatória, calcada no inquérito policial, desde que não faça desta fonte a única para formação de sua convicção. (NUCCI, 2009, pg.19)

“O artigo 155 do Código de Processo Penal equipara provas do inquérito policial como provas coletadas em Juízo, as quais possuem o contraditório diferido. São elas: cautelares; não repetíveis e antecipadas. As cautelares são aquelas consideradas urgentes, mercedoras de produção imediata, sob pena de perda irreparável. Exemplo: a busca e apreensão, como modo de evitar a perda do produto do crime. As não repetíveis são as que necessitam de sua imediata realização devido ao seu grau de perecimento, como o laudo necroscópico, exame de DNA de sangue colhido em local de crime. As provas antecipadas, elemento advindo do artigo 156. I do Código de Processo Penal, o qual possibilita à parte interessada a produção de determinada prova considerada urgente e relevante, a qual em regra deveria ser produzida na instrução da ação, mas como exemplo de uma testemunha idosa, de forma antecipada, colhe-se o depoimento ainda na fase investigatória, não deixando de ter sua eficácia, pois é considerada como prova produzida em contraditório judicial, pois é designada uma audiência especialmente para tal.” (NUCCI, 2009, pg.20).

O Sistema Misto na Constituição Federal

Há quem sustente que o sistema adotado pela Constituição Federal é o Sistema Misto, inserindo o inquérito na compreensão de processo. Logo, se possuímos o inquérito como processo, nosso sistema seria o misto, por unir o sistema acusatório e inquisitivo. O artigo 5, inciso LV, menciona que, aos litigantes em processo judicial ou administrativo e aos acusados em geral, serão assegurados o direito ao contraditório e à ampla defesa.

“(…) a expressão “processo administrativo” não se refere à fase do inquérito policial, e sim ao processo instaurado pela Administração Pública para a apuração de ilícitos administrativos ou quando se tratar de procedimentos administrativos fiscais,



II CONGRESSO INTERNO NUPE-UNISUZ (23 a 27 de novembro de 2009)

mesmo porque, nesses casos, haverá a possibilidade da aplicação de uma sanção (...) é natural deva haver o contraditório e a ampla defesa, porquanto não seria justa a punição de alguém sem o direito de defesa.” (TOURINHO FILHO, 2007, pg. 96).

Para termos a figura do sistema misto, o inquérito policial deveria fazer parte da ação penal de forma secreta e sigilosa, reunindo elementos de acusação para formar a convicção do Juiz.

O Código De Processo Penal e a sua recepção com o advento da Constituição Federal

Código de Processo Penal Brasileiro surgiu com o Decreto-Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941, influenciado pelo modelo do Estado Novo regido pela então autoritária Constituição Federal de 1937. Não se valorizavam os direitos do cidadão, não havia o respeito à dignidade da pessoa humana. Entretanto, em 1988 com o advento da Constituição Federal, surgiu o sistema acusatório público, regido por proteções aos direitos e garantias fundamentais, tais como; contraditório, a ampla defesa, publicidade dos atos processuais, entre outros.

Por possuir vestígios do sistema inquisitivo no inquérito policial, podemos imaginar que o Código de Processo Penal não foi recepcionado pela Constituição Federal, mas ao analisarmos que inquérito policial é peça administrativa destinada a formar a convicção do Ministério Público, desvinculada da ação penal. Portanto, os vestígios inquisitivos do Inquérito Policial, não pertencem a ação penal, logo, não violam os princípios do contraditório e da ampla defesa, protegidos pela Constituição Federal, assim esclarecemos que o Carta Magna recepcionou o Código de Processo Penal.

A ratificação de provas do inquérito policial durante a instrução penal.

As provas produzidas no inquérito policial a princípio não podem ser utilizadas na instrução criminal, ou seja, uma prova produzida no inquérito deve ser novamente produzida na fase da instrução criminal sob o crivo do contraditório e da ampla defesa.

Entretanto, temos que ressaltar suas exceções.

“As provas produzidas na fase do inquérito policial a princípio podem ser classificadas como: Renováveis ou repetíveis são aquelas consideradas meramente informativas, tais como o depoimento pessoal, que terá validade apenas quando colhido novamente na instrução criminal. Não renováveis ou não repetíveis, consideradas por possuírem o contraditório diferido, a exemplo temos as provas periciais, exame de DNA colhido em local de crime. E por fim temos as provas prontas, ou seja, estão acabadas antes da instauração da persecução penal, logo não há muito que se exigir somente colocá-las à disposição do contraditório.” (CLAUDIO TOVO, 2008, pg.116).

Assim podemos dizer que existem provas colhidas na fase inquisitiva que são utilizadas na instrução probatória, sem violar princípios constitucionais.

Prova Antecipada



II CONGRESSO INTERNO NUPE-UNISUZ (23 a 27 de novembro de 2009)

O Professor Vicente Greco Filho demonstra como podem ser consideradas as provas antecipadas. A primeira parte do artigo consagra o que a doutrina pacificou há décadas, ou seja, que não é possível condenação com base exclusivamente em provas não concedidas ao contraditório. (Art. 155. O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas). Em tese, não é possível a condenação com base exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, mas a ressalva diz que isso é possível, desde que sejam provas cautelares, não repetíveis e antecipadas. (GRECO FILHO, 2009, pg.204)

Logo, o artigo 155 do Código de Processo Penal criou o instituto da prova antecipada, que deve ser aplicada de acordo com o previsto no artigo 156, I código.

O artigo 156, I do Código de Processo Penal, ao permitir que a parte interessada solicite ao magistrado (e este, de ofício, faça o mesmo) a produção de determinada prova, cuja coleta seria, como regra, durante a instrução do processo. De forma clara, podemos exemplificar o depoimento de uma testemunha muito idosa, de forma antecipada, ainda na fase investigatória, em razão da urgência e requerido pelo caso concreto, pois a morte poderá causar prejuízo na busca pela verdade dos fatos. Assim, estipula-se uma audiência especial, onde seu depoimento é colhido com todos os requisitos estipulados pelo contraditório. (NUCCI, 2009, pg.20)

O Professor Vicente Greco Filho, ensina que o legislador atribui primeiramente às partes a iniciativa instrutória, depois ao Juiz para dirimir dúvida sobre ponto relevante, ou seja, ponto já colocado, sobre o qual houve a atividade probatória, mas restou duvidoso. Assim é possível concluir que mesmo no processo penal, os poderes instrutórios do Juiz, quanto à determinação de provas de ofício, são poderes complementares à iniciativa das partes que têm o ônus originário de requerer ou propor as provas pertinentes. (GRECO FILHO, 2009, pg.206)

Assim a produção de provas de ofício pelo Juiz antes de iniciada a ação penal, não viola princípios constitucionais, pois deve obedecer a requisitos intrínsecos e extrínsecos

Requisitos intrínsecos:

A urgência caracteriza-se pela necessidade de realização imediata, sob pena de se perder o objeto pretendido (ex: a iminente morte de testemunha).

Já a relevância, exige-se importância ímpar e valor destacado para prova pretendida (ex: testemunha única do fato criminoso).

Já os requisitos extrínsecos são a necessidade que traduz, binômio excepcionalidade/ *“periculum in mora”*, considerando-se excessiva a medida preconizada no art.156, I do CPP, quando se dispuser de outras, igualmente eficazes e menos danosas.

A adequação deve ser vista sob o vértice temporal, no sentido de que as circunstâncias objetivas do caso deverão demonstrar, claramente, a urgência na realização antecipada da prova em dado momento, sob pena de restar ineficaz sua produção em época posterior (...).

E por fim a proporcionalidade, em que o Juízo acerca da proporcionalidade envolve o sopesamento de valores igualmente protegidos, determinando-se, diante das peculiaridades do caso concreto, qual deles deve ter prevalência. Impõe, enfim, que se

II CONGRESSO INTERNO NUPE-UNISUZ (23 a 27 de novembro de 2009)

measured the interests that are under discussion, evaluating the advantages and disadvantages of the measure that is being considered, that is, its cost-benefit ratio.

Considerações Finais.

Portanto, notamos que o artigo 156 do Código de Processo Penal, criou a possibilidade do Juiz regulamentar situações que proporcionam condições melhores para busca da verdade real dos fatos através da produção antecipada de provas.

Assim o Juiz deve analisar a urgência, sob pena de se perder o objeto pretendido, ou seja, iminente morte de testemunha.

Relevância, importância ímpar e valor destacado, como uma única testemunha do fato, pois havendo outra testemunha deixa de ser relevante.

Necessidade traduzindo o perigo da demora.

Adequação sob o vértice temporal, esclarecendo a necessidade da produção daquela prova no referido momento.

Proporcionalidade garantindo a relação custo e benefício para sua aplicação ao caso concreto, ou seja, o risco da falta de sua produção compensa para instauração de uma audiência exclusiva para produção de tal prova?

Desta forma notamos que legislador concede poder probatório limitado ao Juiz, devendo ser fundamentado.

Não concede a livre produção de provas, mas busca regulamentar situações que proporcionam melhoria para busca da verdade real dos fatos.

Assim, não transforma o Juiz em um inquisidor, não transforma o sistema acusatório público em misto, não viola Princípios Constitucionais.

Apenas ajusta as fases da persecução penal aos moldes exigidos pela evolução da sociedade.

Referências

GRINOVER, Ada Pellegrini. **Teoria Geral do Processo**, 12ª ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

ALEXANDRE Coelho Zilli, Marcos. **A iniciativa instrutória do Juiz no Processo Penal**, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. **Poderes Instrutórios do Juiz**, 2ª.ed.rev. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1994

GRECO FILHO, Vicente. **Manual de processo penal**, 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. **Poderes Instrutórios do Juiz**, 2ª.ed.rev. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1994.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Provas no Processo Penal**, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Manual de Processo Penal**, 9ª ed.rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2007.

CLÁUDIO TOVO, Paulo, BATISTA MAQUES TOVO, João. **Princípios de Processo Penal**, Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2008.



**A GESTÃO POR COMPETÊNCIAS COMO INSTRUMENTO PARA
ADMINISTRAÇÃO ESTRATÉGICA DE RECURSOS HUMANOS**

**Meire Almeida de Souza
João de Andrade Filho**

Resumo

A imprevisibilidade do mundo moderno, causada pelo advento da globalização, provocou nas organizações intensas mudanças devido as constantes inovações tecnológicas. Competição acirrada, busca por novos mercados fazem que as organizações atualizem e busquem modelos gerenciais que sejam mais eficazes. Neste contexto a gestão de pessoas passou a ter um foco diferenciado, já que o conhecimento proveniente do capital humano passa ser visto como potencial vantagem competitiva. Desta realidade surge a gestão por competências como instrumento para a administração estratégica de recursos humanos, cujo direcionamento estratégico são: os conhecimentos, habilidades e atitudes do indivíduo. E, se propõe a alinhar esforços para que as competências humanas possam gerar e sustentar as competências organizacionais necessárias para a consecução dos objetivos da organização.

Palavras Chave: Competências. Estratégias. Vantagem Competitiva.

Introdução

Com o advento da globalização e suas inúmeras vertentes, as empresas passaram a atuar num ambiente de acirrada competição, na constante busca por excelência em produtos e serviços. Esse ambiente de mudança acelerada impõe às organizações uma dinâmica permanente no sentido de se ajustarem às demandas de transformações. O avanço tecnológico traz em seu encaixo a necessidade constante de inovação e a de renovação, diante da velocidade que produtos, informações e serviços tornam-se obsoletos.

Neste cenário, adquirir tecnologias, novos processos de trabalho, equipamentos, implementar mudanças de estruturas organizacionais fazem parte do processo de modernização, mas, ainda não representam o diferencial de competição, porque qualquer organização tem acesso aos mesmos mecanismos e alternativas. (LUCENA, 2004, p.17).

Neste contexto, gerenciar ou administrar através de competências pode ser uma opção aos tradicionais métodos de gestão. O modelo de gestão por competências possibilita a identificação das carências, referentes aos recursos humanos que implicam a geração de ideias e a eficiência dos projetos de pesquisa e desenvolvimento, enfim, o alcance das metas e os objetivos estratégicos da empresa.

O objetivo deste trabalho é valer-se de seu referencial teórico para responder a questão: O que é a gestão por competências e como implementá-la como instrumental para administração estratégica de recursos humanos? A fundamentação da pesquisa foi desenvolvida por meio de estudo teórico e pesquisa bibliográfica. Este trabalho pretende contribuir para uma visão sobre o modelo de gestão como fonte de valor para as necessidades da empresa e de seus colaboradores.

Mudanças e Transformações Organizacionais

II CONGRESSO INTERNO NUPE-UNISUZ (23 a 27 de novembro de 2009)

O século XX trouxe intensas mudanças e transformações, que influenciaram fortemente as organizações. Estas transformações marcaram definitivamente a maneira de gerenciar e de administrar as pessoas, neste sentido é possível notar três fases organizacionais distintas:

A era industrial: marcada pelo fenômeno da industrialização em ambiente mundial. As organizações viviam num ambiente conservador, que não oferecia desafios devido ao relativo grau de certeza quanto às mudanças externas (Chiavenato, 2004). Nesta fase as empresas têm uma visão dos funcionários como meros recursos necessários ao sistema de produção.

Era da industrialização neoclássica: com final da segunda guerra mundial, em meados da década de 50, algumas mudanças se intensificaram e tornaram-se menos previsíveis, acentuando a competição entre empresas. Este período tem como marco a implementação de um modelo de produção desenvolvimentista e multicultural, onde é consolidada a profissionalização. Apesar das organizações ainda manterem processos e estruturas inflexíveis e burocráticas. Surge maior preocupação em relação aos recursos humanos, onde já se fala em treinamentos e benefícios.

A era da informação se incumbiu de mudar esse panorama, iniciada na década de 90 até os dias de hoje, a principal característica desta nova era são as transformações que ocorrem numa velocidade implacável. A automatização e a robotização assumiram grande parte dos processos organizacionais. A competitividade tornou-se muito mais intensa e complexa entre as organizações.

Antes as organizações tinham seu valor de mercado definido por seu patrimônio tangível e contábil, conforme se depreciavam em seu valor tangível, as empresas passavam a valer cada vez menos, a não ser que reinvestissem continuamente. O capital humano torna-se o bem mais valioso e poderoso para as organizações, no sentido de garantir sua competitividade e permanência no mercado, este tem valor e poder aumentado à medida que se distribui e transforma-se em produtos e serviços, e em criatividade e inovação. Com isto, tornar conhecimento útil e produtivo passou a ser o maior desafio gerencial.

Do ponto de vista profissional, o avanço tecnológico exige muito mais competências para lidar com essa tecnologia, isto obriga as organizações à busca por pessoas com competências individuais em potencial que, alinhadas às necessidades estratégicas da organização, possam satisfazer as expectativas do negócio.

Toda essa movimentação das empresas em busca de atualização e de ser referencial é o resultado de decisões e ações operacionalizadas. E, como diz LUCENA (2004), "*as decisões são tomadas por pessoas e praticadas por pessoas*". As pessoas que promovem as mudanças para manter a empresa em ritmo de crescimento, quer dizer que o sucesso das empresas esta apoiado fundamentalmente na competência, na capacidade inovadora e no desempenho de sua força de trabalho.

Administração Estratégica De Recursos Humanos

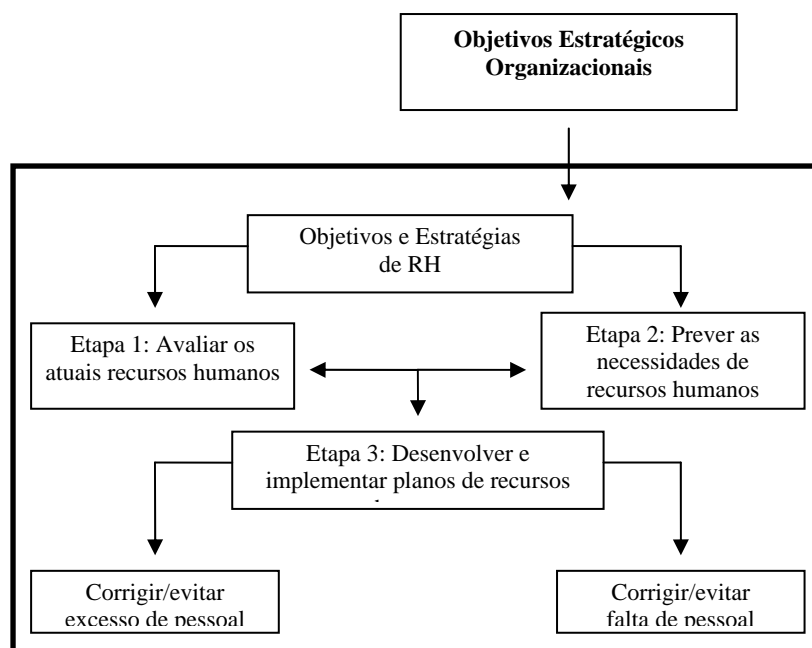
Ao longo dos anos as organizações adotaram uma postura mais consciente em relação à administração de pessoas, que ultrapassou a simples identificação e a alocação adequada de habilidades, aptidões, talentos e experiências de seus integrantes e adaptou-se ao ambiente dos negócios da empresa.

II CONGRESSO INTERNO NUPE-UNISUZ (23 a 27 de novembro de 2009)

A administração estratégica de recursos humanos tem como objetivo principal a formação das macro diretrizes da empresa e a partir destas agregar, valor a organização por meio do capital humano existente. (Marras, 2000). Figura 01. Além de apontar as principais diretrizes a serem assumidas para a ação da gestão de recursos humanos interligada estreitamente ao planejamento estratégico organizacional, sendo capaz de promover mudanças de paradigmas que modifiquem substancialmente, o rumo dos resultados organizacionais e o perfil cultural da organização.

A abordagem estratégica proporciona e favorece a flexibilidade e adaptabilidade das pessoas às mudanças organizacionais e ambientais.

Figura 01
Os passos do Planejamento Estratégico de Recursos Humanos



Fonte: Chiavenato, 2004 p. 76

As pessoas passam a ser gerenciadas para criar vantagem competitiva, o que é possível por meio do planejamento estratégico de recursos humanos, através de decisões que demandam flexibilidade e capacidade empreendedora e geram ajustes no processo de gestão. (LUCENA, 2004, p. 17). A organização tem vantagem competitiva diferenciada quando consegue melhorar a qualidade de seus recursos com a ajuda de seus colaboradores, pois à medida que souber usá-la com eficácia, se sobressai às demais empresas, já que está é uma vantagem sustentável e não pode ser copiada.

A Evolução do Conceito de Competências

Conforme Carbone (2006), até o fim da Idade Média, o termo competência era utilizado essencialmente do vocabulário jurídico, e atribuía a alguém ou a uma instituição a capacidade julgar determinadas questões. Depois o termo assumiu o significado de reconhecimento social, que denominava a capacidade de alguém

pronunciar-se a respeito de um certo assunto, sendo utilizado posteriormente para qualificar o indivíduo capaz de realizar determinado trabalho.

Com a revolução industrial, o conceito de competência começou a ser incorporado ao contexto organizacional, e passou a ser relacionado a um desempenho eficiente de determinada tarefa, reflexo dos conceitos propostos por Taylor que sinalizava sobre importância das empresas contratarem “*homens eficientes*”. Carbone (2006), comenta que Gilbert em 1970, foi um dos primeiros a relacionar o conceito de competência ao desempenho da pessoa no trabalho, conceito que engloba o comportamento que o indivíduo adota e também suas consequências relativas a realizações.

Em decorrência as intervenções trabalhistas e pressões sociais que causaram maior complexidade nas relações de trabalho, as organizações passaram a focalizar no processo de desenvolvimento profissional de seus empregados, não só os aspectos técnicos, mas, também as variáveis sociais e comportamentais, ligadas diretamente a um melhor desempenho na tarefa.

Dutra (2007) cita duas correntes de discussão sobre o tema. Uma representada pelos teóricos norte-americanos que entende a competência como um estoque de qualificações (conhecimentos, habilidades e atitudes) que certifica a pessoa a exercer determinado trabalho. A outra proposta pela literatura francesa, associa a competência além do conceito de qualificação, e diz que o trabalho torna-se o prolongamento direto da competência que o indivíduo mobiliza em face de uma situação profissional.

Dutra (2007) ratifica as ideias propostas, ao definir competência como a capacidade de entrega do indivíduo (de suas habilidades, conhecimentos, e atitudes) para a organização. E, cita que é preciso que a pessoa seja capaz de entregar-se à organização pelo seu modo de atuação, como perspectiva mais adequada para avaliar e orientar o seu desenvolvimento profissional.

Para Dutra (2007) as competências devem ser relacionadas a dois aspectos corporativos, de um lado temos a organização e as competências que lhes são próprias: formadas pelas vertentes de sua constituição, seus valores, direcionamento estratégico, seu crescimento e desenvolvimento ao longo do tempo e que podemos defini-las como sendo características de seu patrimônio, o que lhe confere vantagens competitivas no contexto em que se insere. De outro lado, temos pessoas que possuem um conjunto de competências que podem ser benéficas ou não para a organização. Essas competências podem ser definidas como a capacidade da pessoa de agregar valor ao patrimônio de conhecimentos da organização.

Conforme os conceitos expostos, conclui-se que há diversidade de definições a cerca do tema competências, que podem ser complementares. De um lado as competências ligadas ao indivíduo que são relacionadas ao conjunto de conhecimentos, habilidade e atitudes necessárias para a exercer um determinado trabalho e do outro lado às competências estão relacionadas essencialmente à entrega do indivíduo para a organização, em forma de processos, inovação, criatividade, e serviços que geram as competências organizacionais.

Competências Essenciais para Organização e para o Indivíduo

II CONGRESSO INTERNO NUPE-UNISUZ (23 a 27 de novembro de 2009)

As competências essenciais podem ser definidas como as competências básicas e fundamentais para o sucesso de uma organização em relação aos clientes, à sociedade e aos concorrentes, estas correspondem ao que a organização sabe fazer melhor que qualquer outra empresa.

Conforme, Prahalad e Hamel (1998), uma competência essencial é uma fonte de vantagem competitiva. Elas podem ser comparadas à alma da empresa e como tal precisam ser parte integrante do processo administrativo, são as oportunidades futuras da organização, pois efetivamente, as competências mais valiosas são as que abrem portas e são capazes de gerar uma ampla variedade de produtos inesperados.

Nesta perspectiva, entende-se que as competências podem ser classificadas como individuais (aquelas relacionadas às pessoas ou a equipes de trabalho) e organizacionais (próprias da organização e suas unidades de produção).

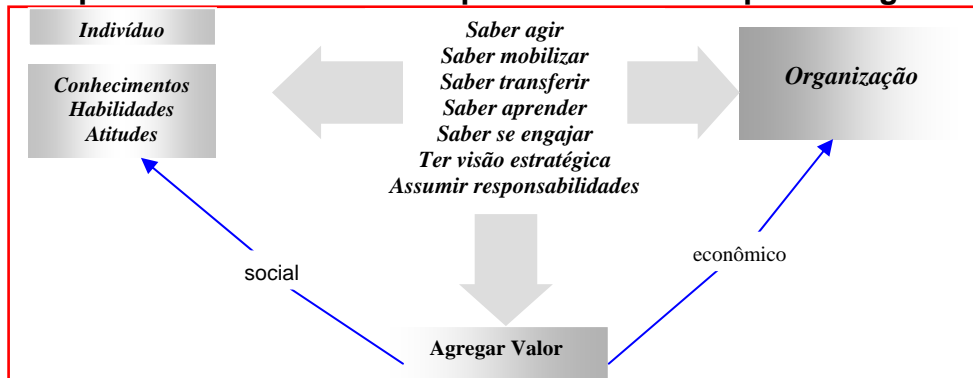
A instituição de competências individuais deve ser diretamente atrelada às competências organizacionais, pois, é evidente que é mútua a influência de umas sobre as outras. Prahalad e Hamel (1998), dizem que as competências podem ser comparadas as raízes de uma árvore, visto que estas oferecem a organização o alimento, sustentação e estabilidade. E, a medida que se aprendem novas formas de serem utilizadas, às competências impulsionam as organizações ao seu uso constante e as fortalece com isso agrega muito mais valor à organização.

Carbone (2006), sintetiza que, uma competência é o resultado da mobilização, por parte do indivíduo, de uma combinação de recursos e insumos, que seriam os conhecimentos, habilidades e atitudes. E, estas competências podem ser percebidas quando o indivíduo atinge um resultado no trabalho decorrente da aplicação conjunta destes recursos.

O conhecimento corresponde às informações que ao serem reconhecidas pelo indivíduo causam impacto sobre seu julgamento ou comportamento, refere-se ao saber acumulado pelo indivíduo ao longo de sua vida. A habilidade corresponde ao saber o que fazer, Carbone (2006, p. 45), acrescenta que a habilidade é *“a capacidade da pessoa de instaurar conhecimentos armazenados em sua memória e utilizá-los em uma ação”*. A atitude por sua vez é o querer fazer, e está relacionada aos aspectos sociais e afetivos do trabalho, diz respeito à determinação da pessoa, e a sua conduta em relação aos outros, ao trabalho e as situações.

Por meio da figura 02, observa-se que a aplicação sinérgica dessas competências ou insumos do indivíduo, gera o desempenho profissional, e este é expresso pelos comportamentos que a pessoa manifesta no ambiente organizacional e pelas consequências em termos de realizações e resultados.

Figura 02
Competências como de valor para o indivíduo e para a organização



Fonte: Fleury e Fleury, 2001 p.188

Fleury (2001) segue a mesma linha de pensamento, define competências como “*um saber agir responsável e reconhecido, que implica mobilizar, integrar, transferir conhecimentos, recursos e habilidade, que agreguem valor econômico à organização e valor social ao indivíduo*”.

Assim, nota-se que quando são colocados lado a lado indivíduo e organização, é perceptível um processo contínuo na troca de competências. Ao passo que, a organização transfere ao indivíduo seu patrimônio de conhecimentos, desenvolve-o, treina-o e prepara-o para lidar com novas situações e constantes desafios. O indivíduo ao desenvolver sua capacidade individual, transfere seu aprendizado para organização em forma de inovação, criatividade, fortalecendo a excelência operacional, que traduz-se num potente diferencial competitivo. O processo acaba tornando-se natural e poderá ser gerenciado e potencializado com efeitos benéficos para a organização e para as pessoas. (DUTRA, 2007).

A Gestão por Competências

De acordo com Carbone (2007) a gestão por competências surgiu para responder as questões particulares do cenário empresarial. Onde a busca por diferenciação, inovação tecnológica e agilidade nos processos, torna-se cada vez mais agressiva. A gestão por competências está direcionada para o desenvolvimento de competências e novos conhecimentos, fonte de excelência que garantem vantagem competitiva sustentável a qualquer organização. E, define gestão por competências como uma metodologia de orientação empresarial para o mercado e para o cliente, o que demonstra que a gestão por competências representa um importante sistema de informação estratégica para orientar e estabelecer as ações de desenvolvimento profissional e organizacional na direção certa.

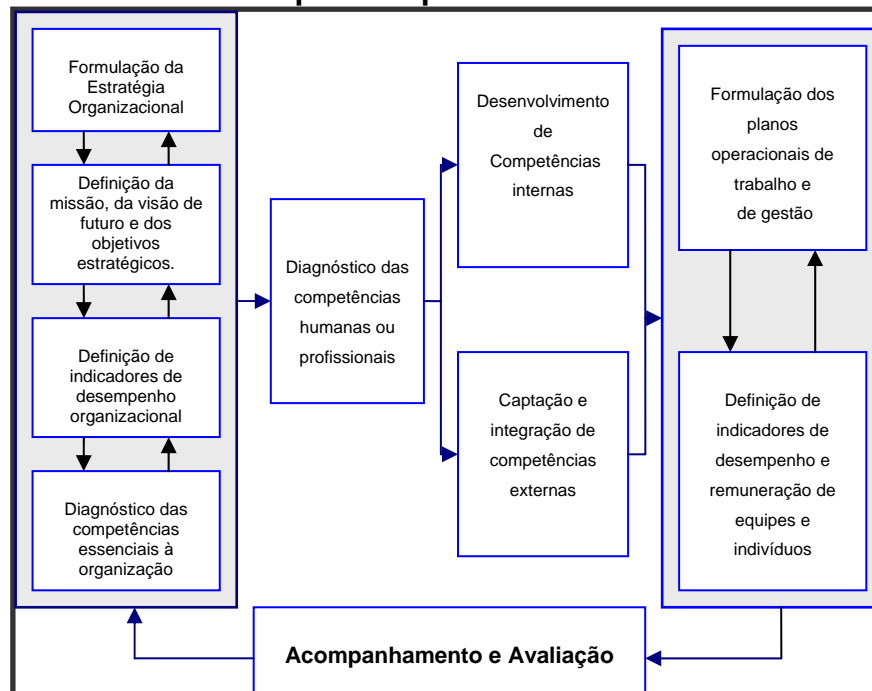
Chiavenato (2005) conceitua gestão por competências com “*um programa sistematizado e desenvolvido no sentido de definir perfis profissionais que proporcionem maior produtividade e adequação ao negócio*” em que devem ser identificados os pontos de excelência e os pontos de carência, com isto suprir lacunas ou *gap* e agregar conhecimento.

A gestão por competências pode ser definida como um instrumento que proporciona uma visão mais ampla das necessidades futuras do negócio e de como as pessoas poderão agregar valor à empresa. E, pode se dizer ainda, que este modelo de gestão se propõe principalmente a alinhar esforços no sentido de garantir que as competências humanas possam gerar e sustentar as competências organizacionais de maneira a assegurar o alcance dos objetivos da organização.

Implantação De Um Modelo De Gestão Por Competências

Para a implantação de um modelo de gestão por competências, é toma-se como base os processos integrados e fundamentados em conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias aos funcionários em seus ambientes ocupacionais, adotando como referencial os objetivos estratégicos da organização e as singularidades de cada área de negócio.

Figura 03
Modelo de Gestão por competências



Fonte: Carbone (2006, p. 50)

Conforme Brandão e Guimarães (2004), a gestão de competências é um processo contínuo, figura 03 e sua etapa inicial é a formulação das estratégias da organização, onde serão definidos sua missão, visão de futuro, valores e os objetivos estratégicos. A missão de uma organização é a razão pela qual ela foi criada e desenvolvida, propósito pelo qual ela existe.

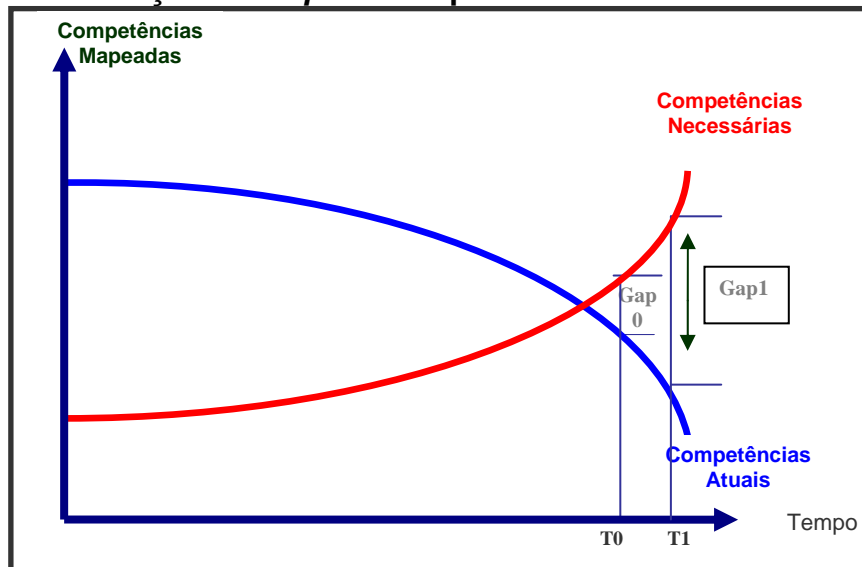
A visão reflete aquilo que a empresa deseja ser no futuro. Os objetivos estratégicos representam os desígnios que se pretende atingir, pode se dizer que é a situação em que a organização almeja estar num determinado período de tempo. Com

base nos objetivos estratégicos definidos, torna-se possível à definição de indicadores de desempenho e as metas.

Segundo Carbone (2007), a partir da formulação das estratégias é possível realizar o diagnóstico ou mapeamento das competências (organizacionais e humanas). Este é o processo de identificar o *gap*, ou a diferença existente entre as competências necessárias para concretizar a estratégia formulada e as competências internas já disponíveis na organização, conforme ilustra a figura 04.

Nesta etapa, torna-se de suma importância para a organização à identificação continua das competências necessárias ao atingimento de seus objetivos estratégicos. Este processo pode ser realizado através de relatórios gerenciais, usados para medir grau de satisfação dos clientes em relação aos processos, aos produtos e aos profissionais da empresa.

Figura 04
Identificação do Gap de Competências



Fonte: Brandão e Guimarães (2001 *apud* Carbone 2006, p. 52)

A captação refere-se, as ações de recrutamento, seleção e integração de pessoas ao ambiente da organização, é um meio de prover as necessidades da organização em longo prazo. Neste processo a ênfase na eficácia é primordial, já que agregar pessoas está estreitamente ligado a aquisição de novas habilidades e capacidades que permitam a organização realizar seus objetivos. Neste enfoque é realizada seleção por competências, que trata-se da busca de capital humano, que tenha competências em potencial que se alinhem às competências essenciais da empresa e ainda qual valor que o indivíduo, a ser contratado, agrega à estratégia da organização.

O desenvolvimento está relacionado diretamente aprimoramento das competências internas na organização tem foco em certificar o uso dos potenciais do indivíduo e também em desenvolvê-lo continuamente. As estruturas de carreira passam a permitir um trânsito maior do indivíduo de uma área para outra, o que possibilita o desenvolvimento multifuncional. Em todas estas práticas, o cargo passa a um segundo plano e, em primeiro, vem à estratégia da empresa e o potencial do indivíduo.

II CONGRESSO INTERNO NUPE-UNISUZ (23 a 27 de novembro de 2009)

Conforme Chiavenato (2004) a habilidade de se aprender mais rápido que os concorrentes pode ser a única vantagem competitiva sustentável.

A avaliação do desempenho ou dos resultados no modelo de gestão por competências deve ser bastante ampla, no sentido de parametrizar não só os resultados decorrentes do trabalho executado, mas também, evidenciar por parte dele os conhecimentos, habilidade e atitudes relevantes para atingir os objetivos organizacionais.

Conforme Carbone (2006) nesta etapa a organização tem a oportunidade de verificar se as ações adotadas foram eficazes, no sentido de alcançar os objetivos estabelecidos e apurar os resultados por meio de um processo de gestão do desempenho. Essa fase retro-alimenta o sistema na medida em que gera informações que subsidiam as demais etapas do processo.

Após todas estas etapas, é possível formular os planos operacionais mais eficazes, rever aspectos relativos a gestão, além instituir indicadores de desempenho e de remuneração de equipes e indivíduos, nesta fase a organização pode definir como será o processo de forma diferenciada, as pessoas e equipes de trabalho que mais se destacaram na consecução dos resultados planejados, o que também caracterizaria estímulo à manutenção dos comportamentos desejados e à correção de eventuais desvios. (CARBONE, 2006, p. 54).

As etapas descritas no modelo de gestão por competências devem estar atreladas aos processos de gestão de pessoas e seus subsistemas, pois um torna-se consequência do outro. Cada processo ou etapa tende a favorecer ou prejudicar os demais. Estes processos precisam ser equilibrados, pois na falha de um todos são comprometidos, visto que, são desenhados de acordo com as exigências e influências ambientais da organização sejam internas ou externas. (CHIAVENATO, 2004, p. 15).

Concomitantemente, uma mudança no estilo de gestão de pessoas para um direcionamento estratégico, faz que novas premissas passem a nortear a área de recursos humanos, e fundamentá-la na negociação e entendimento entre capital e trabalho e promover ações que levem ao desenvolvimento mútuo da organização e dos trabalhadores.

Considerações Finais

Consoante às exigências do mundo globalizado, torna-se urgente para as organizações buscar novos modelos de administração que possibilitem vantagens para competição num mercado onde produtos, serviços e informações tornam-se obsoletos muito rapidamente.

O avanço tecnológico exige muito mais competências para lidar com essas transformações lancinantes. Isto obriga as organizações à busca por pessoas com competências individuais em potencial que alinhadas às necessidades estratégicas da organização possam satisfazer as expectativas do negócio.

Neste contexto a gestão por competências permite que a organização potencialize o seu capital humano e o associe às suas estratégias empresariais, com isso, criando um importante diferencial competitivo frente à concorrência.

Por fim, a gestão de pessoas por competências, é percebida como um modelo dinâmico que tem como referencial as estratégias adotadas pela organização em



II CONGRESSO INTERNO NUPE-UNISUZ (23 a 27 de novembro de 2009)

relação ao planejamento, a captação, ao desenvolvimento e avaliação de competências, para os departamentos e níveis da organização, mesmo porque são as competências das pessoas que compõem a empresa que aliadas a outros recursos, dão origem e sustentação à competência organizacional.

Referências bibliográficas.

- CARBONE, Pedro Paulo; BRANDÃO, Hugo Pena; LEITE, João Batista Diniz. **Gestão por Competências e Gestão do Conhecimento**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Gerenciando com as Pessoas**, transformando o executivo em um excelente gestor de pessoas. Rio de Janeiro: Editora Campus. 2005
- _____, **Introdução à Teoria Geral da Administração**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- _____, **Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. Rio de Janeiro: Elsevier. 2004.
- DUTRA, J. S. **Competências: conceitos e instrumentos para a gestão de pessoas na empresa moderna**. São Paulo: Atlas. 2007.
- FLEURY, A.; FLEURY, M. T. **Estratégias Empresariais e Formação de Competências: um quebra cabeça caleidoscópico da indústria brasileira**. São Paulo: Atlas. 2001.
- LUCENA, Maira Diva da Salete. **Planejamento Estratégico e Gestão do Desempenho para Resultados**. São Paulo: Atlas. 2004.
- MARRAS, Jean Pierre. **Administração de Recursos Humanos do operacional ao estratégico**. São Paulo. Futura. 2000
- PRAHALAD, C. K, HAMEL, Gary, **Competindo pelo futuro**. Rio de Janeiro. Elsevier. 1998